

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

**UM OLHAR WINNICOTTIANO SOBRE O IMAGINÁRIO
COLETIVO DAS MÃES SOCIAIS ACERCA DO CUIDADO
INFANTIL NA SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO**

Larissa Garcia Ponce

Mestrado em Psicologia Clínica

SÃO PAULO - SP

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

**UM OLHAR WINNICOTTIANO SOBRE O IMAGINÁRIO
COLETIVO DAS MÃES SOCIAIS ACERCA DO CUIDADO
INFANTIL NA SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO**

Larissa Garcia Ponce

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título de
MESTRE em Psicologia Clínica, sob a orientação
do Dr. Alfredo Naffah Neto.**

SÃO PAULO - SP

2013

**UM OLHAR WINNICOTTIANO SOBRE O IMAGINÁRIO
COLETIVO DAS MÃES SOCIAIS ACERCA DO CUIDADO
INFANTIL NA SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO**

Larissa Garcia Ponce

Banca Examinadora

Dr. Alfredo Naffah Neto
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Dra. Diana Pancini de Sá Antunes Ribeiro
Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP

Dra. Ida Kublikowski
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Este trabalho foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, mediante concessão de bolsa de Mestrado, processo número 2012/11096-6.



Ao meu avô, lembrança terna que sempre me arranca um sorriso. Seus rastros de doçura e persistência marcaram minha trajetória profundamente.

À beleza da vida sem a qual não teria razões para enfrentar com esperança os trechos obscuros do caminho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por direcionar cada passo da minha existência.

À minha família, especialmente a minha mãe, meu pai e irmão, agradeço pela paciência e apoio durante toda a vida. Foi neste espaço que descobri a riqueza das vivências mais diversas. Todas as lágrimas, sorrisos, discordâncias, sonhos e angústias que vivemos juntos, me tornaram quem sou. Palavras não conseguem expressar minha gratidão e amor.

Ao Dr. Alfredo Naffah Neto, agradeço a acolhida como orientanda e pelo aprofundamento teórico winnicottiano por meio de suas aulas e orientações.

À Dra. Diana Pancini de Sá Antunes Ribeiro, por ser uma das referências mais importantes e significativas nas diversas áreas de minha vida. Por ter acreditado no meu potencial e por despertar em mim o interesse pela clínica winnicottiana e docência acadêmica.

Ao Prof. Dr. Luis Cláudio Mendonça Figueiredo, por ter me proporcionado um encontro mais aprofundado com a Psicanálise em suas aulas, e pelas sugestões pertinentes que teceu sobre meu trabalho no momento da qualificação.

À Dra. Ida Kublikowski, pela disponibilidade para participar da banca de defesa.

Ao meu amor, Brunno, por ser meu grande incentivador, meu companheiro de crescimento, e o porto seguro de todas as horas. Sou grata por incitar meu riso, minha paz, meu equilíbrio e minha alegria de viver. O encontro mais feliz e verdadeiro da minha história.

Aos meus sogros Vera e Renato, pelo carinho, almoços e jantares em família, e sentimento de pertença que me transmitiram desde o primeiro momento.

Aos meus amigos, que participaram deste processo, seja com um sorriso, escuta ou com alguma palavra de incentivo. Em especial às amigas Gina, Diana, Ana Carolina, Anna Gabriela e Milena por estarem sempre comigo. Obrigada pela parceria afetuosa e sustentadora.

Aos meus companheiros de estudo Francisco, Kênia, Patrícia e Marcus. Obrigada por todos os almoços, risadas, segredos e conhecimentos compartilhados. A convivência com vocês tornou este percurso agradável e inesquecível.

À Me. Valéria Dias Jorge pela criteriosa correção gramatical e ortográfica da dissertação. Seus chás calmantes, aulas de francês e dicas de escrita foram e ainda são partes indispensáveis do meu caminhar.

A minha terapeuta Ana Maria Uliana que por grande parte deste processo esteve pacientemente ao meu lado. Obrigada por ter capacitado minha retomada maturacional.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pela recepção e aceitação do projeto de pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP) pelo auxílio financeiro que tornou possível a realização deste trabalho.

Pode acontecer que alguém ame uma criança e, no entanto, fracasse porque essa criança não tem o sentimento de estar em casa. [...] se você constrói um lar para uma criança, você está lhe dando um pouco do mundo que ela pode compreender e em que pode acreditar, nos momentos em que o amor falha. (Winnicott, 1957/1987, p. 42)

SUMÁRIO

RESUMO	11
ABSTRACT	12
LISTA DE TABELAS	13
APRESENTAÇÃO	14
1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Dimensões históricas e institucionais	16
1.1.1 Breve percurso histórico da criança enjeitada	16
1.1.2 A situação da criança institucionalizada no Brasil: estatísticas de uma condição nada provisória	20
1.1.3 Caracterização da instituição pesquisada	22
1.2 Dimensões psicanalíticas	25
1.2.1 O imaginário coletivo	25
1.2.2 Alguns aspectos da Teoria do Amadurecimento Emocional de Winnicott ...	27
1.2.2.1 De que o indivíduo em desenvolvimento necessita?	27
1.2.2.2 O que deve ser evitado na trajetória de desenvolvimento do indivíduo	35
1.2.3 A institucionalização e suas possíveis consequências emocionais para crianças e adolescentes, segundo Winnicott, Bowlby, Spitz e outros autores	39
2 O PAPEL DESEMPENHADO PELA MÃE SOCIAL	45
3 E O PAI SOCIAL? – A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE FAMÍLIA NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO	48
4 OBJETIVO GERAL	62
4.1 Objetivo específico	62
5 METODOLOGIA	63
5.1 O método psicanalítico	63
5.2 Participantes	65

5.3 Instrumentos de pesquisa	65
6 RESULTADOS: O ACONTECER CLÍNICO	72
6.1 Narrativas interativas sobre o uso do procedimento Desenho-Estória com Tema realizado pelas mães sociais	72
6.1.1 Ana	73
6.1.2 Beatriz	80
6.1.3 Cláudia	84
6.1.4 Dayane	90
6.1.5 Elisa	96
6.2 Discussão e síntese das análises referentes ao primeiro tema	103
6.3 Discussão e síntese das análises referentes ao segundo tema	104
6.4 Entrevista Terapêutica Grupal para a Abordagem Pessoaalidade Coletiva	105
6.5 Discussão e síntese sobre os aspectos comuns aos dois temas e aos conteúdos surgidos na entrevista terapêutica grupal para a abordagem da pessoaalidade coletiva	107
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	119
ANEXOS	134

PONCE, Larissa Garcia. **Um olhar winnicottiano sobre o imaginário coletivo das mães sociais acerca do cuidado infantil na situação de abrigo.** 2013. 139f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Orientador: Dr. Alfredo Naffah Neto. São Paulo, 2013.

RESUMO

No Brasil, a proteção a crianças e adolescentes se confirmou com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Instituído pela Lei nº 8.069 o Estatuto prevê prioridade absoluta no atendimento dos direitos de crianças e adolescentes como cidadãos brasileiros. Quando os vínculos familiares, por questões de violência e outras violações de direitos, se rompem ou se encontram fragilizados de forma a expor a criança ou adolescente a risco ou ameaça de morte, deve-se encaminhar o sujeito de vulnerabilidade a uma instituição de acolhimento. Para acolher esses indivíduos, a figura da Mãe Social foi instituída no Brasil pela Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dedicar-se à assistência ao menor abandonado exercendo o encargo em nível social, dentro do sistema de Casas-Lares. A finalidade deste estudo foi captar o imaginário coletivo das mães sociais, de uma Casa-Lar do interior do Oeste Paulista nomeada W, no intuito de compreender como imaginam e comunicam a experiência de maternagem que oferecem aos abrigados. Buscou-se realizar uma investigação psicanalítica, utilizando o Procedimento de Desenho-Estória com Tema, desempenhado individualmente e a Entrevista Terapêutica Grupal para a Abordagem da Pessoalidade Coletiva, realizados em conjunto. Por meio das inúmeras associações encontradas nos desenhos-estórias, foram elaboradas narrativas interativas pautadas nos pressupostos da psicanálise, com ênfase nas contribuições winnicottianas. Pretendeu-se apreender os campos psicológicos não conscientes presentes nos discursos gráficos e escritos sobre as temáticas “criança cuidada pelos pais” e “criança cuidada pela mãe social”, para então, observar e discutir os possíveis reflexos das concepções e crenças abordadas, nos discursos e práticas destas cuidadoras em seu cotidiano profissional. A entrevista, realizada logo em seguida, se constituiu como um momento de comunicação entre pesquisadora-pesquisado que permitiu aos participantes entrarem em contato com questões individuais evocadas pelo uso do PDE-T, com o devido acolhimento e suporte psicológico para elaborar estes conteúdos. Da interpretação do material surgiram os campos do imaginário que abordam os seguintes assuntos: a configuração e funcionamento da família tradicional e da família tradicional contemporânea; a descrição dos pressupostos de cuidado suficientemente bons e as características consideradas indispensáveis para a mãe social suficientemente boa; a necessidade de desempenhar o papel de mãe adotiva; as crenças de que a criança institucionalizada e sua família natural são problemáticas e inadequadas em contraponto com as famílias naturais e/ou biológicas que são sinônimos de famílias felizes; idealizações: das funções e sentimentos que uma mãe social deve apresentar, da inexistência de aspectos profissionais negativos, do trabalho como mãe social não ser mero emprego e sim missão; e por fim indícios que revelam a ambivalência da mulher-mãe por ter que trabalhar e deixar seus próprios filhos. Destacou-se por fim, a importância da seleção, preparação e formação criteriosa de cuidadores, para que possam compreender as psicodinâmicas, necessidades e peculiaridades de cada indivíduo abrigado. Apontou-se também a relevância de se promover um espaço de acolhida, escuta e sustentação psicológica aos profissionais do cuidado de modo a oferecer-lhes condições para que lidem com eventuais sentimentos e aspectos problemáticos referentes à função.

Palavras-chave: Psicanálise. Mães sociais. Imaginário coletivo. Procedimento de Desenho-Estória com Tema. Crianças institucionalizadas.

PONCE, Larissa Garcia. **A Winnicott look on the collective imaginary of Social Mothers about child care in a sheltering situation**. 2013. 139pp. Thesis (Master's degree) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Advisor: Dr. Alfredo Naffah Neto. São Paulo, 2013.

ABSTRACT

In Brazil, the protection of children and adolescents was confirmed with the promulgation of a “Children and Adolescents Statute”, in 1990. Established by the Law number 8.069, this statute provides absolute priority in fulfilling the rights of children and adolescents as Brazilian citizens. When the family bonds, for issues of violence and other rights violations, break or find itself weakened, exposing the child or adolescent to risks or death threat, the subject of vulnerability must be submitted to a host institution. To shelter these individuals, the Social Mother figure was instituted in Brazil by the Law number 7.644, from December 18th, 1987, with the purpose to devote themselves on assisting the homeless children, exercising the role in a social level, within the system of “Casa-Lares” (House-Home). This study proposal was to capture the collective imaginary of Social Mothers, from a “House-Home” in the west part of São Paulo state, named W, in order to understand how to think and communicate the experience of motherhood offered to the sheltered. The study sought to conduct a psychoanalytic investigation, using a “Drawing Procedure - Story with Theme”, played individually, and a “Group Therapeutic Interview” to the “Approach of Collective Personhood”, accomplished together. Through the numerous associations found in these “drawing-stories”, interactive narratives were developed, guided by the assumptions of psychoanalysis, emphasizing Winnicott's contributions. It was intended to seize the unconscious psychological fields presented in these graphic and written speeches on the themes “children raised by parents” and “children raised by a Social Mother”, and then observe and discuss the possible reflections on conceptions and beliefs addressed in discourses and practices of these caregivers in their daily work. The interview, conducted right after, constituted as a communication period between researcher-researched, that allowed participants to get in touch with individual matters, raised by the use of PDE-T, with the due care and psychological support to develop these contents. From the interpretation of the material emerged the imaginary fields that address the following subjects: the configuration and operation of the traditional family and the traditional contemporary family; the description of the assumptions of good enough care and the features considered essential for the good enough Social Mother; the need to play the role of an adoptive mother; the beliefs that the institutionalized child and her biological family are problematic and inadequate, against natural and/or biological families, that are synonymous with happy families; idealizations: of the functions and feelings that a Social Mother shall submit, of the lack of negative professional aspects, of the work as a social mother not being a mere job but a mission, and finally, of the clues that reveal the ambivalence of the woman-mother for having to work and leave their own children. In the end, highlighted the importance of the selection, preparation and careful training of caregivers, so that they can understand the psychodynamics, needs and peculiarities of each individual sheltered. It also pointed out the importance of promoting a place of welcome, listening and psychological support to the care professionals in order to provide conditions for dealing with any eventual feelings and problematic aspects related to this function.

Keywords: Psychoanalysis. Social Mothers. Collective Imaginary. Procedure of Drawing-Story with Theme. Institutionalized children.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Áreas de Atividades Específicas da Mãe Social segundo a CBO (MTE, 2002)	135
Tabela 2 - Competências Pessoais Indicadas pela CBO (MTE, 2002) para a Mãe Social	136
Tabela 3 - Dados pessoais e profissionais das participantes	73
Tabela 4 - Campos e subcampos do imaginário coletivo das Mães Sociais da Casa-Lar W	109

APRESENTAÇÃO

No Brasil, a proteção a crianças e adolescentes se confirmou com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Instituído pela Lei nº 8.069 o Estatuto prevê prioridade absoluta no atendimento dos direitos de crianças e adolescentes como cidadãos brasileiros. Quando os vínculos familiares, por questões de violência e outras violações de direitos, se rompem ou se encontram fragilizados de forma a expor a criança ou adolescente a risco ou ameaça de morte, deve-se encaminhar o sujeito de vulnerabilidade a uma instituição de acolhimento.

Para acolher esses indivíduos, a figura da Mãe Social foi instituída no Brasil pela Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dedicar-se à assistência ao menor abandonado, para exercer o encargo em nível social, dentro do sistema de casas-lares. Apesar dos 26 anos de aprovação legal do cargo, poucos estudos se dedicaram a analisar as nuances que envolvem a lida cotidiana destas mulheres no desempenhar da função. Diante deste desinteresse, motivada pelo ímpeto de conhecer as mais diversas experiências de maternagem, e reconhecida a relevância do tema “cuidados infantis” na ciência psicológica, especialmente na psicanálise, apresenta-se a presente pesquisa.

A finalidade desta dissertação de mestrado foi compreender como as mães sociais, de uma Casa-Lar do interior do Oeste Paulista nomeada W, imaginam e comunicam a experiência de maternagem que oferecem aos abrigados. Realizou-se uma investigação psicanalítica, por meio do uso do Procedimento de Desenho-Estória com Tema (AIELLO-VAISBERG, 1999) e da Entrevista Terapêutica Grupal para a Abordagem da Pessoaalidade Coletiva (AIELLO-VAISBERG, 1995) sobre as produções gráficas e escritas das participantes, bem como do conteúdo verbal expresso por elas no momento da coleta de dados. O intuito foi captar campos do imaginário que revelassem as concepções coletivas das participantes sobre o cuidado infantil pela família natural e o oferecido por elas, para então discutir os possíveis reflexos das percepções e crenças levantados em seus discursos e práticas profissionais. Pretendeu-se também promover às participantes um momento de autorreflexão sobre como suas vivências pessoais e profissionais influenciam seu relacionamento com os institucionalizados.

Para se alcançar tal finalidade e expor adequadamente os fundamentos teóricos e empíricos necessários para desenvolver e sustentar os objetivos propostos *a priori* organizou-se o trabalho em sete capítulos.

O capítulo 1 trata das dimensões históricas e institucionais do abrigo infantil e a caracterização da Casa-Lar que sediou este estudo, e logo em seguida, são esboçados os pressupostos psicanalíticos norteadores do estudo. O capítulo 2 aborda o papel desempenhado pela mãe social, a descrição de suas atividades na instituição, algumas pesquisas acadêmicas e considerações teóricas sobre esta figura de cuidado.

O terceiro capítulo destina-se à discussão do papel do homem na educação e criação dos filhos através dos tempos e sobre a possibilidade recente de inserção da figura do pai social no quadro de cuidadores responsáveis pelo cuidado direto com os institucionalizados, dentro das instituições de acolhimento.

No capítulo 4 delineiam-se os objetivos da dissertação e no quinto, são apresentados o percurso metodológico, os participantes e os instrumentos de pesquisa.

O sexto capítulo contempla os resultados e discussão dos dados, no qual são expostas as Narrativas Interativas sobre o uso do Procedimento Desenho-Estória com Tema de cada participante, e a Entrevista Terapêutica Grupal para a Abordagem da Pessoaalidade Coletiva realizada em conjunto.

O sétimo capítulo, o das considerações finais, estabelece-se as últimas elaborações do trabalho, concebidas como relevantes. Em seguida, constam as referências e os anexos utilizados na pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Dimensões históricas e institucionais

1.1.1 Breve percurso histórico da criança enjeitada

O abandono de crianças indesejadas é um fenômeno que ocorre desde a Antiguidade, no Ocidente, segundo o levantamento de Marcílio (1998). Há na tradição judaica, hebraica e grega indícios de que esta circunstância era frequente. Por meio das leis da época, da mitologia e do Antigo Testamento é possível perceber como os antigos lidavam com esta problemática.

Na Grécia Clássica, o pai poderia dispor de seus filhos da forma que desejasse: vendendo-os alegando miséria, tornando-os escravos, ou como objeto de piedade para conseguir esmolas. O infanticídio dos enjeitados também era uma opção viável e não condenada na época, sendo praticado tanto em bebês defeituosos, como nos saudáveis. Apenas uma pequena parcela das crianças enjeitadas era acolhida em família substituta, com melhores condições econômicas do que a família de origem. (MARCÍLIO, 1998).

Foi somente durante o Império Romano que a prática de abandonar, vender, escravizar, e expor crianças foi questionada e desaprovada pelo Governo, sendo classificada como ilícita e censurável (MARCÍLIO, 1998).

Na Alta Idade Média, por volta do século XII, a fim de erradicar o infanticídio, a Igreja Católica passou a se posicionar mais ativamente no acolhimento das crianças abandonadas. Os mosteiros recebiam os abandonados dando-lhes alimento, educação, vestimenta, e os meios de obter o que acreditavam ser a *salvação*, por meio do batismo, e o perdão dos familiares pecadores (MARCÍLIO, 1998).

Os mosteiros católicos da Europa Medieval criaram a Roda dos Expostos na tentativa de evitar que o destino final dos enjeitados fosse o lixo, a casa de famílias abastadas, e que sucumbissem à morte ao esperar serem encontrados por alguém disposto a adotar uma criança. A criança era colocada em uma Roda e seu expositor girava até que se alcançasse o outro lado do muro, onde soava imediatamente a sineta de alerta para que o vigilante responsável pudesse recolher o bebê. O sistema funcionava a fim de preservar a identidade de quem entregava a criança. (MARCÍLIO, 1998).

A autora relata que, a princípio, as rodas cilíndricas eram utilizadas pelos monges, que não faziam contato com o exterior para receber alimentos e tudo de que precisassem para subsistir dentro do mosteiro. Também eram deixadas ali as crianças oferecidas para seguir a vida religiosa, os *oblatos*. Entretanto, esse sistema começou a ser utilizado também por pais que tinham o intuito de se desfazer de um filho indesejado. Desta forma, a Roda passou a ter como finalidade receber os pequenos abandonados. Uma das vantagens de se deixar a criança na Roda era a certeza de que os pequenos receberiam dos religiosos o batismo, o cuidado e uma educação de alto nível (MARCÍLIO, 1998).

Após serem depositadas na Roda, as crianças eram levadas a uma ama-de-leite que era encarregada de cuidar e amamentar os pequenos em troca de dinheiro até completarem três anos, período este chamado de “criação”. Por ser uma “profissão” desempenhada por mulheres pobres, muitas faziam desta atividade um meio de ganhar a vida, algumas tiravam proveito desta condição, levando seus próprios filhos à Roda para receber por seus cuidados, ou continuavam a embolsar o dinheiro das muitas crianças que faleciam sob a sua responsabilidade, jamais comunicando seu óbito. Havia, sem dúvida, as que cuidavam com afincos dos pequenos chegando a desejar ficar com eles, entretanto, representavam uma pequena parcela destas mulheres, tal como confirmam os documentos da época (MARCÍLIO, 1999).

Após o terceiro ano de vida, eram encaminhados às Casas dos Expostos, onde continuavam até os sete anos, período nomeado “educação”. Os esforços neste momento se concentravam no sentido de encaminhar as crianças a casas de família para que aprendessem algum trabalho. Aos meninos oferecia-se o ofício de ferreiro, marceneiro, e às meninas, a ocupação de empregada doméstica. Devido ao grande número de abandonados, nem todos tinham esta oportunidade e acabavam vagando nas ruas (MARCÍLIO, 1999).

Este foi o primeiro modelo institucionalizado de proteção à criança e, por esta razão, foi copiado em outras localidades. No Brasil, o sistema chegou apenas no período colonial, no século XVIII, importado de Portugal, onde foram instaladas as primeiras Rodas, no final da Idade Média. As três maiores Rodas brasileiras situavam-se nas principais cidades da época: Salvador, depois Rio de Janeiro e, por último, em Recife. Após a Independência, no ano de 1825, foi instalada outra Roda em São Paulo (FREITAS, 2001).

Até 1828, a iniciativa de cuidar dos Expostos não era uma obrigação governamental. Havia uma lei que isentava os municípios que tivessem as chamadas Misericórdias, para prover assistência aos abandonados. Com a aprovação da Lei dos Municípios, as Rodas passaram a ter caráter filantrópico e eram parceiras do governo. Foram abertas no Brasil treze Rodas no período de 1726 a 1870, distribuídas nos territórios onde atualmente estão situados os estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Espírito Santo (FREITAS, 2001).

Motivada pelos ares do liberalismo, a Europa do século XIX, vivenciando o ápice do racionalismo científico e filosófico, viu ter início um movimento a favor do fechamento das Rodas. Tanto lá como no Brasil, essa campanha foi liderada pelos médicos higienistas que, espantados, constataram o grande índice de mortalidade dos Expostos dentro das instituições e o enorme desperdício de vidas humanas que poderiam ser revertidas em força de trabalho produtiva.

No início do século XX, outra preocupação chamou a atenção do Governo Brasileiro: a exploração do trabalho infantil nas fábricas. Graças ao barulho provocado pelos movimentos trabalhistas, e pela imprensa da época, as denúncias do alarmante número de crianças entre nove e quatorze anos definhando devido ao trabalho pesado no chão das indústrias, teve seu impacto na jurisdição brasileira. O Estado elaborou o Código de Menores visando proteger os menores abandonados e delinquentes, passando a regulamentar o trabalho infantil e proibindo o emprego de menores de quatorze anos sem permissão da justiça (PRIORE, 1999).

Além da preocupação com as terríveis condições de vida destas crianças e adolescentes, havia outro fato social inquietante decorrente do abandono: os jovens infratores. Por esta razão houve grande apoio dos legisladores à campanha de extinção das Rodas, a fim de diminuir os enjeitados que perambulavam pelas ruas e acabavam, sem outra opção, ingressando na vida criminosa (PRIORE, 1999).

A internação, como medida corretiva de comportamentos de delinquência, apareceu pela primeira vez no Código de Menores no decreto nº 17.343 de 12 de outubro de 1927. O termo “menor” passou a designar crianças desvalidas e abandonadas, que eram tratadas como delinquentes em potencial. Os internatos que absorveram a menoridade indesejável isolavam os indivíduos do convívio social com o propósito de devolvê-los à sociedade devidamente “reformados” (PRIORE, 1999).

Em 1938, foi criado em São Paulo o Serviço Social de Menores Abandonados e Delinquentes para recolher por determinado período os que estivessem sob investigação e processo, receber e encaminhar para as instituições os menores julgados, e vigiá-los enquanto estivessem sob a custódia do Estado (CARVALHO, 1993).

Foi apenas em 1964, com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, que houve por parte do governo a iniciativa de criar programas interdisciplinares de reeducação. Em parceria com programas nacionais de desenvolvimento econômico-social, essa iniciativa buscava considerar os aspectos sociais, biológicos e psíquicos das crianças internadas. Esta política de atendimento se preocupava em promover a educação dos reclusos e almejava a integração social da criança e não apenas com a correção dos seus desvios de conduta. Apesar da nova proposta mais humanizada, o regime de internação não foi capaz de reduzir a imensa gama de prejuízos trazidos pelo isolamento da reclusão. São eles: diminuição dos contatos e da mobilidade social, despersonalização e problemas de autoestima, dificuldade no desenvolvimento de sentimentos de pertença, e não introjeção das noções de propriedade e autoridade (CARVALHO, 1993).

Este *modus operandi* altamente restritivo foi questionado por profissionais da saúde, agentes comunitários, técnicos e pesquisadores, na década de 80. A partir das reivindicações da Pastoral do Menor e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, surgiram novos modelos assistenciais a favor da desinstitucionalização, e o interesse de se buscar alternativas para combater as causas do abandono (CARVALHO, 1993).

O Estatuto da Criança e do Adolescente veio confirmar esta mudança de mentalidade com a exclusão do termo “menor”, usado de forma pejorativa na redação da lei anterior, colocando fim à equivalência implícita entre os conceitos de pobreza e delinquência. A lei regulamentou a política de descentralização das ações de atendimento aos direitos da criança, estipulando a participação governamental e não governamental a fim de ampliar o rol de procedimentos válidos em cada caso, de acordo com o artigo 90 (ANEXO 1).

A ampliação das possibilidades permite à criança carente ser sujeito de direito e alvo de medidas de proteção que priorizam sua permanência na família e na comunidade. Depois da promulgação do ECA, ela tem seus direitos sociais básicos

garantidos e só passa a ser privada de liberdade se praticar ato infracional grave (MARIN, 1999 /2010).

No que se refere à definição de acolhimento institucional – antigamente denominado “Abrigo” – presente no artigo 92 (ANEXO 2) do Estatuto da Criança e do Adolescente, é descrito no texto legal como uma medida de proteção especial e integral, com caráter provisório e excepcional, para crianças e adolescentes em situação de risco psicossocial e pessoal. Para que a criança ingresse na instituição é necessária a abertura de um processo judicial, estar afastada (provisoriamente ou não) da convivência familiar e ter sua guarda temporariamente transferida ao dirigente do abrigo (GULASSA, 2006/2010).

Segundo Oliveira (2006/2010) nem o ECA nem o Conanda, determinaram o número limite de crianças por casa. Os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo e do Rio de Janeiro estabeleceram vinte e vinte e cinco respectivamente, o limite para um atendimento personalizado. A autora atenta para o fato de que nas instituições onde há menor número de habitantes, em torno de dez, há maiores chances de se oferecer melhores condições de vida para os institucionalizados, sendo este o modelo mais próximo do desejável.

Cunha (2003) assinala que as instituições podem ser classificadas de acordo com o tamanho: as casas pequenas têm capacidade para até vinte crianças e as médias podem receber no máximo trinta e cinco. O tempo de permanência é outro critério a ser considerado. As instituições de Permanência Breve abrigam os indivíduos por um tempo curto, e as chamadas de Permanência Continuada, ficam com aqueles que não puderam ser reintegrados nem à família de origem nem às famílias substitutas, em um prazo curto. Outra diferenciação diz respeito à especificidade do atendimento. Há locais de Atendimento Convencional e outros de Atendimento Especializado preparados para acolher crianças e adolescentes com comprometimentos físicos ou mentais que demandam cuidados especiais.

1.1.2 A situação da criança institucionalizada no Brasil: estatísticas de uma condição nada provisória.

O que se observou com o passar do tempo foi que a eliminação das Rodas de Expostos não erradicou o problema do abandono (material e emocional) de crianças no Brasil e no mundo. São muitas as razões pelas quais milhares de crianças ainda são abandonadas ou se encontram longe de suas famílias de origem, e em consequência disso, acabam passando longos e decisivos anos em instituições sem um cuidado familiar individualizado, sob a tutela do Estado.

Como já referido anteriormente, a institucionalização de crianças e adolescentes é o último recurso do Estado em caso de esgotamento de outras possibilidades de acolhimento em ambiente familiar. Estes locais, a princípio, são instituições de moradia provisória de crianças e adolescentes recolhidos. Verifica-se, entretanto, que a realidade brasileira apresenta um cenário bem diferente do idealizado por lei.

O “Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada” (SAC) encontrou aproximadamente vinte mil crianças e adolescentes vivendo nas 589 instituições pesquisadas em todo o Brasil (IPEA/ DISOG, 2003).

Foram encontrados por Silva (IPEA/CONANDA, 2005) na apuração das estimativas levantadas: em relação à faixa etária delineada em percentual, que 11,7% tinham de zero a três anos; 12,2%, de quatro a seis anos; 19,0%, de sete a nove anos; 21,8%, de dez a doze anos; 20,5%, de treze a quinze anos; e 11,9% tinham entre dezesseis e dezoito anos incompletos. Vale registrar que, apesar da medida de instituição de acolhimento se aplicar apenas à população menor de dezoito anos, 2,3% dos pesquisados ultrapassavam esse limite etário.

A pesquisa também revelou algumas das principais razões pelas quais as crianças tiveram de ir para instituições de acolhimento. Dentre elas estão: os relacionados à pobreza: 24,1%, carência de recursos materiais da família: 18,8%, abandono pelos pais ou responsáveis: 7,0%, e 1,8% se dividem entre vivência de rua, exploração no trabalho infantil, tráfico ou mendicância (IPEA/CONANDA, 2005).

Contrariando o pensamento corrente de que a maioria das crianças nas instituições é órfã ou abandonada, o espantoso percentual encontrado foi de que mais de 80% das crianças e adolescentes abrigados têm família, sendo que 58% delas mantêm algum vínculo com seus familiares (IPEA/CONANDA, 2005).

O entrave burocrático para adoção de crianças foi outra surpresa revelada pelo estudo. Apenas uma minoria (10,7%) dos institucionalizados estavam judicialmente em

condições de serem adotados. A grande maioria ainda não estava liberada por lei e permaneciam judicialmente ligadas às famílias de origem (IPEA/CONANDA, 2005).

O tempo de permanência nas Casas-Lares também foi apurado por Silva (IPEA/CONANDA, 2005). Metade das crianças e dos adolescentes abrigados vivia lá há mais de dois anos, período prolongado tendo em vista a provisoriedade do abrigo prevista pela lei brasileira.

Por último, o estudo revelou que apenas metade das crianças e dos adolescentes abrigados tinha processo na Vara de Justiça. As demais talvez estivessem nas instituições de abrigo sem conhecimento judicial, por motivo de falta ou ineficiência de fiscalização por parte do Judiciário, do Ministério Público e dos Conselhos Tutelares. Outra situação que complica a reinserção dos abrigados no seio familiar é a inexistência de profissionais habilitados a realizar intervenções no ambiente da família natural, segundo Silva (IPEA/CONANDA, 2005).

Mais do que realizar estimativas, os percentuais levantados delineiam o verdadeiro panorama das crianças brasileiras que vivem em Casas-Lares. Diante do afastamento familiar, e das peculiaridades das instituições de acolhimento considera-se a hipótese de que os processos de desenvolvimento dos abrigados sejam afetados, até mesmo dificultados, devido às ausências de cuidado individualizado, troca de cuidadores, e outros percalços desestruturantes, do ponto de vista winnicottiano. A fim de esclarecer o referencial teórico que norteia este trabalho, serão expostos mais adiante alguns conceitos da Teoria do Amadurecimento de Winnicott, que versam sobre as condições necessárias para um desenvolvimento saudável, e de que maneira o impacto de determinadas falhas ambientais traumáticas podem afetar a saúde emocional do sujeito em formação.

No próximo item, será apresentada a Casa-Lar W, local onde se efetivou a coleta de dados deste trabalho.

1.1.3 Caracterização da instituição pesquisada

Algumas informações sobre as instalações e *modus operandi* da instituição foram apuradas em entrevista informal com funcionários e consulta ao Website da

associação. A instituição W¹ foi fundada em 1960, e se configura como Sociedade Civil Beneficente, não governamental e sem fins lucrativos. Atualmente oferece serviços de proteção especial e básica, e depende para se manter, de recursos do governo municipal, estadual e federal, além da ajuda da comunidade. Desde 2012, além de atender os moradores da Casa-Lar, acolhe em sua sede oito projetos sociais que desenvolvem atividades de formação e recreação para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que frequentam a instituição em contraturno escolar.

A equipe de trabalho da instituição na data de apuração das informações era formada por cinquenta e um funcionários, divididos nas seguintes funções: administrativa, coordenação pedagógica, educadores pedagógicos, educadora física, educadora musical, secretaria, auxiliares da coordenação, assistente social, psicóloga, nutricionista, cozinha e auxiliar de serviços gerais.

Há três casas pertencentes a esta associação beneficente, duas Casas-Lares localizadas dentro complexo, que acolhem crianças de ambos os sexos de até 12 anos, e outra com sede em outro local, que abriga meninos de 12 a 18 anos. O número de crianças nas duas casas situadas dentro do espaço físico do Lar W somavam 25, além dos outros dez meninos na instituição fora do complexo. Há uma tentativa, sempre que possível, de dividir o número de crianças entre as casas de modo a não sobrecarregar nenhuma mãe social.

Com a construção das Casas-Lares em 2001, modificou-se a configuração do abrigo, transformando a habitação dos moradores em residências menores, que se assemelham a uma casa familiar. Com um número menor de crianças, as casas contam com uma área de convivência coletiva, um quarto para as meninas, um para os meninos, e um para a mãe social. As crianças de até dois anos dormem no quarto com a cuidadora. Cada residente tem sua própria cama, um espaço no guarda-roupa, brinquedos e pertences individuais.

No que se refere à escolha das profissionais que trabalham diretamente com os abrigados, a instituição, sempre que possível, busca contratar mulheres maiores de vinte e cinco anos, com diploma do ensino médio, que tenham afinidade com crianças e adolescentes, e aptidão para desenvolver as tarefas básicas inerentes à função. Quando há vagas para o cargo são analisados os currículos, agendada uma entrevista com a

¹ A fim de preservar a identidade dos envolvidos o nome da instituição foi alterado.

psicóloga e aplicado um teste prático. Durante o período de testagem, a candidata passa um dia na casa para conhecer a rotina de trabalho e os institucionalizados que ficarão sob sua responsabilidade. Segundo o relato dos funcionários, muitas desistem do emprego neste momento, por não conseguirem lidar com crianças ou adolescentes. Outro motivo de desistência elencado é a dificuldade de se adequar ao horário de trabalho. As mães sociais devem permanecer na instituição por sete dias consecutivos, tendo direito de folgar apenas três dias no final da jornada. Devido à falta de profissionais que aceitem esse sistema de horas, a instituição fez uma experiência recente com a carga horária diferenciada de 24 por 48 horas, na tentativa de manter as cuidadoras no emprego. A ideia, entretanto, não beneficiou os habitantes do lar, pois, verificou-se a dificuldade de convivência, vinculação, estabelecimento de autoridade com três mães sociais diferentes, uma a cada dia. O regime de trabalho anterior foi retomado, e a partir de então, cada casa conta com duas mães sociais, uma fixa e outra que cobre as folgas desta, tal como estabelece o Artigo 10 da Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987 ².

O trabalho destas profissionais começa logo cedo, ao preparar o café da manhã e aprontar as crianças para ir à escola, sempre as acompanhando, juntamente com o motorista da instituição. Ao retornar à casa devem cuidar dos afazeres domésticos, verificar as tarefas escolares das crianças, e quando há necessidade, levá-las a médicos. Quando chega a noite organizam o banho e a hora de dormir dos institucionalizados.

Apesar das mães sociais confrontarem diariamente às dificuldades impostas pelo trabalho com indivíduos que têm um histórico de sofrimento e separação familiar, apenas recentemente surgiu a iniciativa institucional de oferecer a elas um horário semanal, para que cada dupla de profissionais pudesse discutir os problemas relativos aos abrigados e à casa, e buscar alternativas para solucionar os impasses, junto à assistente social e psicóloga da instituição. Ainda que este espaço de discussão seja extremamente positivo para que as cuidadoras possam resolver as questões domésticas cotidianas, não há total liberdade para que possam revelar conteúdos emocionais negativos à equipe do Lar, uma vez que a finalidade da reunião é fornecer orientações e

² De acordo com o Art. 10 – “A instituição manterá mães sociais para substituir as efetivas durante seus períodos de afastamento do serviço.

§ 1º - A mãe social substituta, quando não estiver em efetivo serviço de substituição, deverá residir na aldeia assistencial e cumprir tarefas determinadas pelo empregador.

§ 2º - A mãe social, quando no exercício da substituição, terá direito à retribuição percebida pela titular e ficará sujeita ao mesmo horário de trabalho.” (BRASIL, 1987)

não propiciar um espaço de escuta terapêutica. Outro empecilho que dificulta às cuidadoras se expressarem sem defesas, reside no fato de que tanto a assistente social, quanto a psicóloga, por seu vínculo empregatício, buscam atender os propósitos institucionais e se encontram em posição de “fiscalizadoras” do trabalho das mães sociais, não conseguindo, portanto, atuar de forma imparcial e terapêutica junto a elas. Este foi provavelmente um fator que mobilizou a adesão de participação das cuidadoras³ nas atividades propostas pela psicóloga-pesquisadora neste trabalho de mestrado.

1.2. Dimensões psicanalíticas

1.2.1 O imaginário coletivo

A partir da década de 60 o conceito de imaginário desvinculou-se da noção de ficção, ilusão, e passou a ser reconhecido como uma categoria relevante para o entendimento das condutas humanas (VASCONCELLOS, 2011). Dentre as inúmeras acepções atribuídas à palavra, a proposição de Castoriadis (1989) se revelou a mais próxima do termo utilizado nos trabalhos sobre o imaginário coletivo, em uma perspectiva psicanalítica intersubjetiva, segundo Tachibana (2011).

Para Castoriadis (1982, 1992), o denominado “imaginário social” diz respeito às representações formadas por um determinado grupo social em um contexto e período específicos da história em que está inserido. O cotidiano e o imaginário são, portanto, dimensões complementares da existência humana.

Diferencia-se do conceito de Moscovici (1961/1978) de “representação social”, ao passo que este procura investigar a influência dos meios de comunicação na criação de representações da sociedade sobre o mundo, para convencionalizar e prescrever tudo o que há. Para Tachibana (2011), entretanto, estas noções não estão plenamente desconectadas considerando-se que o indivíduo humano é atravessado simultânea e inevitavelmente pela realidade objetiva e por sua peculiar subjetividade.

A fim de demarcar as diferenças conceituais diante do conceito de representações sociais, delineou-se a abordagem de imaginário coletivo, em consonância com a perspectiva intersubjetiva da psicanálise.

³ Cinco das seis mães contratadas participaram do estudo. A cuidadora que não participou estava de folga na data da coleta de dados.

O imaginário coletivo é compreendido, portanto, como o conjunto de concepções, imagens e emoções dotados de significados e sentidos, que um determinado agrupamento social produz sobre determinado fenômeno, influenciando suas ações em relação a ele (AIELLO-VAISBERG; AMBROSIO, 2006). Ocorre num tempo, “histórico-social-pessoal”, no qual a pessoa é “cocriadora e transformadora da cultura e, portanto, de sua própria natureza humana” (GONÇALVES, 2008, p.41). Se refere à conduta que acontece no campo intersubjetivo, que orienta o substrato afetivo-emocional das manifestações simbólicas, que direcionam as ações no mundo de acordo com o preconizado por Bleger (1963) (AIELLO-VAISBERG, 1999).

Para Simões (2012, p. 6) ao tratar o imaginário coletivo como conduta

[...] referimo-nos não apenas à atividade imaginativa, como produção de imagens psíquicas, mas também às práticas que geram produtos concretos, ou seja, objetos, procedimentos que se constituem como cultura, como ambiente humano, incluindo usos e costumes, crenças, e valores socialmente compartilhados.

Devereux (1958) define o imaginário coletivo como um conjunto de pensamentos-sentimentos que são elaborados psiquicamente em um plano intersubjetivo, não ocorrendo na dimensão meramente individual.

Considerando que um dos objetivos das pesquisas clínicas comumente almejados, sobretudo as de abordagem psicanalítica, é investigar e analisar experiências emocionais de indivíduos e grupos, a noção de imaginário coletivo é ferramenta útil para alcançar as concepções dos fenômenos inter-humanos⁴ coletivos dentro de contexto espaço-temporal, a partir da personalidade individual (GONÇALVES, 2008). Outro aspecto importante a ser conquistado com o estudo do imaginário coletivo é a identificação de campos afetivo-emocionais inconscientes que orientam pensamentos e práticas. A partir da identificação destes campos é possível constituir um canal para uma transformação de possíveis posicionamentos e condutas preconceituosas, que perpassem concepções e condutas de determinado grupo, ao se realizar uma escuta psicológica preventiva e interventiva⁵, consoante com a proposta de psicoprofilaxia de Bleger (1976/1999).

⁴ Segundo Aiello-Vaiberg (2004) o fenômeno inter-humano diz respeito à condição existencial do indivíduo perpassado por múltiplas determinações.

⁵ No ponto de vista blegeriano, a própria escuta, em si, viabilizada pela pesquisa, se constitui como intervenção, ao propiciar um contato do participante com suas vivências, fantasias e concepções (BLEGER, 1976/1999).

Para que seja possível alcançar o imaginário coletivo de determinado grupo é necessário então conhecer as concepções individuais de, pelo menos, uma parcela dos sujeitos pertencente ao agrupamento de pessoas em questão. A fim de captar as concepções coletivas de maneira fidedigna é fundamental considerar todos os campos psicológicos inconscientes⁶ de sentidos surgidos, inclusive os que foram evidenciados apenas por um indivíduo. Se o grupo é resultante da soma de seus indivíduos, cada sujeito é parte fundamental e indispensável, do coletivo social, cultural ou profissional aos quais pertence.

Optou-se deste modo, por realizar a investigação da personalidade coletiva⁷ primeiramente por meio da investigação na esfera individual (com a aplicação de dois Procedimentos de Desenho-Estória com Tema), e posteriormente realizou-se um momento coletivo de conversa com as participantes sobre os conteúdos emocionais despertados pelos PDE-T. O método e os instrumentos de pesquisa utilizados para alcançar tal objetivo serão expostos no capítulo “Metodologia”.

1.2.2 Alguns aspectos da Teoria do Amadurecimento Emocional de Winnicott

1.2.2.1 De que o indivíduo em desenvolvimento necessita?

Donald Woods Winnicott, psicanalista inglês trabalhou sua teoria sobre o processo de amadurecimento emocional do ser humano, dedicando-se especialmente a analisar a importância da função de maternagem no desenrolar do desenvolvimento orgânico e psíquico do sujeito. Para este teórico, todo ser humano traz em si uma tendência inata a se desenvolver e se integrar numa totalidade. O amadurecimento do indivíduo começa desde cedo e se dá numa longa linha, na qual não devem existir lacunas excessivas de provisão ambiental. E em caso de ocorrência destas, há a possibilidade de doença. A saúde indica que o desenvolvimento prosseguiu no seu

⁶ O conceito de “campo” para Bleger (1963) consiste no agrupamento de elementos particulares que coexistem do fenômeno total, que estão localizados em um determinado contexto de espaço e tempo. Qualquer relação interpessoal, representação e conduta humana podem ser organizadas a partir de um campo, e assim, é possível que as manifestações do imaginário coletivo sejam entendidas como um fenômeno transicional que tem influência sobre as condutas humanas.

⁷ Aiello-Vaisberg (1999) denomina personalidade coletiva os agrupamentos sociais que se reúnem graças às vivências comuns aos indivíduos desse grupo.

próprio ritmo e se completou, chegando tão longe quanto se poderia esperar que chegasse (WINNICOTT, 1962/1990a).

Para que o sujeito se sinta um todo, é imprescindível que as condições do ambiente sejam adequadas às necessidades do bebê. A mãe – ou seu substituto – é o primeiro ambiente para o bebê e a relação estabelecida entre esta figura e a criança, facilita ou obsta o livre transcurso do amadurecimento emocional e biológico deste sujeito (WINNICOTT, 1969/1994).

O conceito de ambiente, além de compreender a mãe, como mãe e mulher, também inclui o pai, os irmãos e o restante da família, bem como a sociedade e mundo que rodeiam este novo ser. Num primeiro momento, a criança depende exclusivamente deste ambiente para sobreviver, sendo este período denominado por Winnicott de “fase de dependência absoluta” (WINNICOTT 1967/1971).

A mulher que está se preparando para a maternidade, durante a gestação entra num estado especial de sensibilidade e identificação com seu filho, a ponto de saber de que ele está precisando, estado denominado pelo autor “preocupação materna primária”. No decorrer do período gestacional, nascimento e primeiros dias de seu filho, ela tem a atenção completamente voltada para estes acontecimentos, deixando quaisquer outros em segundo plano. Winnicott também ressalta a importância da nova mãe contar com o apoio de seu companheiro ou de pessoas em quem confie para que se ocupem das exigências da realidade, enquanto ela se dedica exclusivamente a seu rebento (WINNICOTT, 1949/1996).

É do nascimento, até aproximadamente seis meses, que o bebê está totalmente à mercê do meio que lhe é oferecido pela mãe ou seu substituto. Neste estágio, o sujeito está imerso em sensações que não consegue nomear, pois ainda não distingue o mundo de si mesmo. Ao usufruir dos cuidados de alguém que desempenhe a função de mãe suficientemente boa, a criança conquista gradativamente a integração e segue na direção da independência proposta por Winnicott (1962/1990).

O autor apontou quatro tarefas iniciais que devem ser cumpridas pela criança que indicam seu progresso desenvolvimental e possibilitam que ele caminhe em direção à integração. São elas: a temporalização, espacialização, personalização e realização⁸. Para que o bebê consiga vivenciar com sucesso estas etapas necessita de um ambiente facilitador, que desempenhe um cuidado suficientemente bom. É importante ressaltar

⁸ Estes conceitos serão apresentados posteriormente, ao longo do capítulo.

que essas conquistas nunca serão concluídas totalmente pelo indivíduo, ele pode oscilar e retornar a níveis anteriores de integração para logo depois avançar ainda mais no amadurecimento (WINNICOTT, 1963/1994).

O ambiente facilitador é representado pela mãe suficientemente boa, que deve oferecer ao filho: o *holding*, o *handling* e a *apresentação de objetos* (WINNICOTT, 1949/1996). Para o autor, a sustentação física e emocional do bebê, se dá pelo *holding*, que inclui a rotina completa de cuidados, e protege o pequeno das agressões fisiológicas e psicológicas. Na falta de um *holding* apropriado, o indivíduo entra num estado de agonias impensáveis⁹, sente que está se despedaçando, caindo num buraco sem fundo, pois tem a sensação de não ser segurado e protegido de forma confiável. Caso o desenvolvimento se dê de forma apropriada, esta sustentação também é vivenciada na forma de tranquilidade e regularidade ambiental oferecida pela mãe.

Winnicott (1969/1994) define o *handling* como a manipulação do bebê enquanto é cuidado. O cuidador deve ter a capacidade de sentir o que a criança está precisando. Esta função atua na promoção do bem-estar físico do pequeno ser, além de possibilitar a união da vida psíquica ao corpo, formando a unidade psicossomática. O estado da mãe ao segurar o bebê é importante. Se a criança é segurada de forma tranquila, com firmeza, com a mãe identificada com seu filho, ele se sente seguro e quando necessário, pode relaxar e voltar ao estado não integrado.

A função de *apresentação de objetos* diz respeito ao início do relacionamento do bebê com os objetos do mundo externo. Cabe à mãe, como agente adaptativo apresentar o mundo em pequenas doses, de maneira que consiga fornecer ao filho a experiência de onipotência¹⁰, vivência que constitui o alicerce apropriado para que, depois, ele entre em acordo com o princípio da realidade. É por este caminho que a dependência absoluta vai se tornando dependência relativa (WINNICOTT, 1967/1999).

Como já foi citada, a “integração” no tempo e espaço é uma conquista importante no processo de amadurecimento. A princípio, a integração representa breves

⁹ Ocorrem nas etapas iniciais, quando não há um *self* integrado para sustentar o mundo subjetivo. Segundo Winnicott (1963/1994) as agonias impensáveis promovem o “sofrimento máximo” ao bebê que por sua vez, tem que construir defesas para não vivê-las novamente. A natureza destas agonias depende do estágio de amadurecimento emocional vivido até então. As defesas que podem surgir são: retorno ao estado não integrado; ter a sensação de ter que se autossustentar pois, sente que pode “cair para sempre”; perda do conluio psicossomático (e para se proteger inicia a despersonalização); deformação do sentido do real e retorno ao narcisismo primário; e por último um prejuízo na capacidade de se relacionar com os objetos, culminando em estados autistas.

¹⁰ A onipotência surge a partir da ilusão que o bebê tem de que criou o mundo. Há um paradoxo aqui, na medida em que nessa fase inicial o bebê cria o objeto; no entanto, o objeto já está lá. Esse paradoxo deve ser aceito e não resolvido (WINNICOTT, 1960/1982).

momentos e tem origem no “estado de não integração”, sendo propiciados por fatores internos e externos. Os fatores internos são as tensões instintuais, que aglutinam o *self*¹¹ como um todo. Os fatores externos são representados por cuidados do ambiente, os de *holding* principalmente, que auxiliam o bebê a não se sentir em pedaços o tempo todo, possibilitando a ele, alguma unidade, ainda que provisória (WINNICOTT, 1954a/1990).

No começo, o tempo é representado pela própria continuidade de ser, que está atrelada à presença materna. O estado de ser tem origem na presença dela. Conforme o bebê guarda em si esta sensação, apesar de ainda não ter recursos para percebê-la, sente seus efeitos e forma uma memória de presença. Essa memória pode desaparecer com facilidade no início da vida, quando a criança é tomada por tensões instintuais e a mãe não está lá para atendê-la, ou no caso de demora no atendimento da solicitação infantil. Uma vez excedido o tempo que o indivíduo pode tolerar, ele fica aflito. Se a mãe tarda muito a aparecer, o sentimento de presença se apaga e o sujeito vivencia uma sensação de aniquilamento, uma “agonia impensável” (WINNICOTT, 1954a/1990).

Os primeiros marcadores de tempo são inaugurados pela convivência com a mãe, por seus movimentos e pulsações, tal como as oscilações da respiração e as batidas cardíacas. Outros dados obtidos pelo bebê para estabelecer esse sentido de temporalidade vêm de seu próprio corpo, pela distensão e contração cardíaca, por seu próprio ritmo respiratório, bem como nos períodos de alimentação, evacuação, adormecimento e eliminação de urina. Estes eventos vão apresentando à criança um tempo subjetivo. Além dos aspectos corporais de mãe e filho, os ruídos e cheiros também funcionam como marcadores temporais, se ocorrerem com regularidade (WINNICOTT, 1954a/1990).

Dos seis meses aos dois anos aproximadamente, o indivíduo vivencia a experiência de dependência relativa da mãe ou do substituto parental. A união entre o psíquico e o corpo é possível pela gradativa tomada de consciência da separação da mãe. A realidade externa é efetivamente percebida e a noção de tempo e espaço está se aprimorando. Memórias fragmentadas vão se formando no corpo infantil, e conforme o sujeito caminha em direção à integração, acabam se agrupando e se transformando em um depósito de experiências. Deste modo, o indivíduo começa a perceber

¹¹ *Self* no sentido winnicottiano se constitui como o sentimento de ser subjetivo e é composto por todos os aspectos da personalidade que constituem o eu. Tem origem como um potencial no recém-nascido, graças ao suprimento de um ambiente suficientemente bom. O *self* total é constatado a partir da capacidade de sentir-se real, bem como pela discriminação entre o eu e mundo externo, que se estabelece no estágio de concernimento (ABRAM, 2000).

paulatinamente a noção de passado e presente, e tem possibilidade de responder melhor às frustrações provenientes de falhas maternas, nesta fase, indispensáveis e estruturantes para a evolução da humanização do sujeito (WINNICOTT, 1954a/1990).

O modo como a mãe, ou quem realiza a função de maternagem, faz a assistência no cuidado, e na apresentação gradual do mundo para a criança, determinará a estruturação da vida psíquica e suas relações com outros objetos (WINNICOTT, 1949/1996).

O tempo e constância do comportamento de cuidado, somados aos sentimentos maternos dirigidos ao rebento, propiciarão o nascimento da subjetividade e da personalização (WINNICOTT 1945/2000). Até que o indivíduo possa habitar seu próprio corpo, há inúmeros percalços a serem superados. Enquanto isso não ocorre, a criança não é capaz de reconhecer como suas as tensões instintuais que a assaltam, ou os sinais de seu funcionamento corporal. Esses episódios, quando indistinguíveis, constituem uma ameaça à sua continuidade de ser (WINNICOTT, 1945/2000).

Por meio da imaginação, a criança vai compreendendo os acontecimentos fisiológicos de seu corpo, processo esse denominado “elaboração imaginativa”. O que é elaborado neste processo segundo Loparic (2000, p.364) é “o corpo vivo capaz de se mover, entrar em repouso, expirar, ficar tenso, mamar, digerir, evacuar, ter coordenação motora, tônus muscular, ficar excitado, ereto, andar e assim por diante” para se tornar soma.

O ambiente, por meio do *handling*, facilita a personalização e a instauração da união psicossomática. Ao segurar a criança com firmeza, ao acariciá-la, e considerá-la como uma pessoa, e não apenas um corpo, promove-se bem-estar e segurança ao bebê. Se o ambiente materno viabiliza a consolidação do psicossoma, os limites entre estas duas instâncias começam a se ajustar. Quando finalmente passa a habitar o corpo, a criança conquista a espacialização e passa a lidar com proximidades e distâncias (WINNICOTT, 1949/2000).

Nos estágios iniciais da vida, o bebê ora se mantém isolado, ora em contato com a mãe, vista nesta fase como uma extensão de seu próprio corpo. Quando a criança faz um contato espontâneo com o ambiente, devido a um impulso, ou buscando satisfação para as necessidades, isso passa a fazer parte de sua vida, de modo que essas experiências são sentidas como reais. Sua continuidade de ser é protegida quando o ambiente se adapta às suas necessidades, e o mundo é encontrado de maneira positiva.

Se esta forma de encontrar o mundo ocorrer repetidas vezes, pode se tornar um “padrão de relacionamento” (WINNICOTT, 1990).

No caso do ambiente invadir a criança, ela é obrigada a reagir à invasão. Esta reação causa uma ruptura em sua continuidade de ser, que só pode ser retomada se retornar aos estados isolados. Neste contexto, o isolamento tem caráter defensivo. Se as intrusões forem frequentes, instaura-se um padrão de relacionamento, com o resultado catastrófico de um progressivo e perigoso isolamento do bebê a fim de proteger seu *self* verdadeiro. As experiências de invasão não são espontâneas, não partem do processo vital do indivíduo e, portanto, não podem ser sentidas como reais (WINNICOTT, 1990).

Winnicott (1990) nomeou os estados em que o bebê está em isolamento de “estados tranquilos”. Aqueles em que a criança é atacada pela tensão instintual são chamados de “excitados”. O indivíduo oscila entre estes dois estados ao longo da vida, e o transitar de um estado a outro depende de como encontrou o ambiente nas etapas iniciais do desenvolvimento, e ter ou não sofrido contínuas intrusões naquele momento.

Os momentos de excitação, provocados pelas tensões instintuais são expressos pela sua motilidade. A vitalidade infantil se manifesta nestas situações possibilitando ao bebê que entre em contato com o mundo externo. Das situações excitatórias também surgem as primeiras experiências de integração, oriundos dos estados de não integração (WINNICOTT, 1945/2000).

Quando tomado pelas tensões instintivas, o indivíduo age no ambiente no intuito de satisfazer suas necessidades, embora não saiba o que é satisfação e nem de que modo ela ocorre. A este gesto nascido de um estado de repouso, Winnicott nomeou “gesto espontâneo”. Se o ambiente responder favoravelmente satisfazendo o impulso, e ainda houver uma experiência de comunicação e mutualidade com a mãe, o bebê terá condições de relaxar e voltar aos estados não integrados, caso contrário o gesto ficará suspenso, e a criança sofrerá uma ruptura de sua continuidade de ser (WINNICOTT, 1945/2000).

Os estados tranquilos correspondem aos momentos de isolamento do bebê, quando este entra em contato com seu mundo subjetivo. É esperado de todo ser humano, na saúde, e ao longo de toda a vida, que se dirija a estes estados. Após curtos períodos de integração vivenciados nos primeiros estágios do amadurecimento, a criança vai para este estado onde relaxa, e se entrega à contemplação de sua fisiologia e do ambiente. Nestas ocasiões, a mãe cuida do ambiente para que nada perturbe este

isolamento, protegendo de invasões externas, controlando ruídos, luminosidade e temperatura. Ao realizar um gesto espontâneo, a mãe apresenta o mundo em pequenas doses, na medida em que seu filho possa suportar. A repetição desta experiência é imprescindível para que o indivíduo entenda que o mundo permanece vivo quando ele se retira para o relaxamento, podendo retornar para encontrá-lo, se necessitar. Essa vivência ocorrida repetidamente também sedimenta o trajeto para a conquista da capacidade de estar só¹² (WINNICOTT 1958/1990).

Se nos momentos de tensão instintual infantil, a mãe frequentemente apresentar o mundo objetivo do jeito que seu bebê suporta, ele começa a desenvolver a capacidade para confiar. A regularidade e monotonia são essenciais para que não haja intrusões que rompam com a continuidade de ser da criança. Se o ambiente falha, um sistema de defesas toma o ambiente do *self*, e este passa a ficar sempre alerta às possíveis invasões que venham atormentá-lo (WINNICOTT, 1949/1996).

Outra peculiaridade deste momento do desenvolvimento é a não integração da figura materna para o bebê. A mãe dos estados tranquilos não é a mesma dos estados excitados no plano subjetivo, embora seja, no plano objetivo, a mesma mãe com tarefas diferentes. Apenas em outra etapa maturacional, no estágio do concernimento¹³, a criança terá a possibilidade de integrá-las. Nas situações de excitação, a mãe tem o dever de apresentar-lhe fragmentos do mundo na medida em que possa suportar, representando a “mãe-objeto”. Quando está no relaxamento, a tarefa da mãe é manter a situação no tempo, e atuar como pano de fundo para os momentos excitatórios de seu rebento, e ser o mundo onde ele encontre os objetos, sendo a “mãe-ambiente”. Quando o bebê integra as mães dos dois estados, percebe a coincidência que existe entre a figura alvo de seus ataques, e aquela que oferece os cuidados essenciais à sua sobrevivência. Diante deste conflito de imagens recém-percebido, surge a culpa e uma tentativa de reparação (WINNICOTT, 1954b/1990).

Nas situações de tensão, o ataque à figura de cuidado é inevitável. Depois de infligi-lo, o bebê entra em estado de relaxamento, e durante a digestão, é assaltado por uma ansiedade devido ao ataque que realizou. Ele deve, portanto reparar o mal que

¹² Winnicott ao escrever sobre este conceito o define como um paradoxo. Quando está no isolamento, o bebê não está sozinho, mas, na presença de outro, da mãe. Esse estado tem origem no eu sou, e ocorre quando o bebê adquire a consciência da existência continuada da mãe confiável, e pode ter prazer em estar sozinho por um período limitado de tempo. É uma expressão de saúde (WINNICOTT 1958/1990).

¹³ Ou “estágio da preocupação” (ABRAM, 2000) ocorre após a integração do indivíduo, quando o bebê começa a se preocupar com os efeitos de seu amor e ódio implacáveis dirigidos à sua mãe.

causou, e o faz imaginativamente e concretamente (dando a mãe um sorriso, ou suas fezes, por exemplo). Se ela estiver presente e puder aceitar estes gestos, a criança pode então relaxar tranquilamente, na certeza de que é possível exercitar sua instintividade. É importante ressaltar que a criança só pode realizar reparações, se houver um cuidado materno contínuo e pessoal. Winnicott nomeou os eventos de ataque e reparação de “ciclo benigno” (WINNICOTT, 1954/1990).

No caso de interrupção do ciclo benigno, o indivíduo pode ter que: inibir o instinto (ou sua capacidade de amar); lidar com o ressurgimento da dissociação inicial, que separa os estados excitados dos tranquilos; perder a capacidade para brincar (trabalhar); e não ter mais a tranquilidade a seu alcance (WINNICOTT, 1954b/1990).

Os fenômenos transicionais são destacados por Winnicott com um processo importante na conquista maturacional humana. O apego a ursinhos, fraldinhas, como substitutos maternos, pode auxiliar a criança a se separar progressivamente da mãe, transitando do mundo subjetivo para o mundo objetivamente percebido. A união entre estes dois planos é possibilitada pelo espaço potencial. Diferentemente da mãe, o objeto transicional não se adapta perfeitamente às demandas infantis. A criança então, procura aplacar sua ansiedade por meio da manipulação. Graças à peculiaridade destes objetos é possível transitar gradualmente da dependência absoluta para a relativa, pela desilusão que vai destruindo a onipotência (WINNICOTT, 1990c).

Falhas ambientais significativas, tal como a ausência materna por um período maior do que a criança possa suportar, colocam em risco a saúde do mundo subjetivo, impedindo que o bebê atue na transicionalidade. A capacidade de simbolização é lesada, os fenômenos transicionais perdem seus significados, e com isso toda a área intermediária, bem como os contatos afetivos e criatividade são prejudicados. Caso a falha ocorra em período de dependência absoluta, durante a simbiose entre mãe e filho, a perda é sentida como parte do seu próprio corpo, do *self* (DIAS, 1998).

A distância que vai se estabelecendo entre mãe-criança é denominada “espaço potencial”. O estabelecimento deste espaço ocorre graças à confiabilidade, sendo o local da brincadeira e da simbolização. O que existe é o eu, objetos e fenômenos que não estão no controle onipotente do indivíduo. Os fenômenos ocorridos ali não pertencem nem ao mundo externo nem ao subjetivo (WINNICOTT, 1971).

Cabe à mãe oferecer condições para que seu filho crie aquilo que descobre e propicie a ele um viver criativo, com capacidade de brincar, alcançar a experiência

cultural, e de se vincular à herança cultural. Neste espaço, poderá ser desenvolvido a religiosidade, o gosto pela arte, e ali, terá a oportunidade de descansar da eterna empreitada humana de discriminar fantasia e realidade. A perda do objeto de confiabilidade, entretanto, provocará no bebê a perda do símbolo da união entre estes dois mundos, prejudicará sua entrada na área do brincar, e conseqüentemente, sua vinculação cultural (WINNICOTT, 1971).

1.2.2.2 O que deve ser evitado na trajetória de desenvolvimento do indivíduo

As falhas traumáticas são acontecimentos bastante significativos na vida da criança em desenvolvimento. Podem ser acidentais, caso haja uma hospitalização prolongada da mãe, ou podem revelar uma impossibilidade desta em estreitar a comunicação com o filho por não ter desenvolvido a preocupação materna primária e não conseguir se identificar com ele. Esta segunda hipótese se deve principalmente por problemas passados da mãe, que em seu próprio processo de integração não obteve um resultado satisfatório. As conseqüências deste insucesso podem se desdobrar: uma experiência psicossomática insatisfatória de *holding* e *handling*, o que impossibilita a mãe de ofertar ao filho o que lhe faltou; ou na reclusão do *self* para mantê-lo protegido, e por essa razão não é possível manter o contato com o mesmo (WINNICOTT, 1967/1994). No que se refere à última hipótese Winnicott destacou, em seus últimos textos sobre o assunto, a diferenciação entre verdadeiro e falso *self*, com ênfase em um *self* central não comunicado, que necessita permanecer protegido em favor da saúde mental (ABRAM, 2000).

Sobre o falso *self* saudável, Winnicott (1960/1990) o define como uma estratégia para sobrevivência social, pela qual se deve sacrificar algumas das verdadeiras aspirações e opiniões, em nome da aceitação social.

O que ocorre na formação patológica do falso *self* é

A formação do falso *self* cindido, como defesa esquizofrênica, segundo a descrição de Winnicott, ocorre sempre que o bebê tem de interromper a sua continuidade-de-ser, para reagir a uma mãe insuficientemente boa, ou seja, incapaz de garantir que as suas necessidades básicas sejam atendidas nas formas e tempos conformes à sua singularidade. Ou seja, sempre que o infante não encontra, no ambiente, suporte suficiente para a criação de um mundo subjetivo, expressão de seu gesto espontâneo. Mas o falso *self* cindido também se faz necessário quando esse mundo subjetivo é criado e, enquanto

tal necessita ser protegido desse ambiente, devido ao caráter caótico, inesperado, e ameaçador do mesmo (NAFFAH NETO, 2007, p.78).

De acordo com o mesmo autor (NAFFAH NETO, 2007) ocorre uma cisão entre os dois *selves*, criando uma barreira protetora contra a intrusão ambiental. Deste modo, o verdadeiro *self* fica protegido seja das falhas ambientais, seja dos impulsos vitais ameaçadores, comprometendo o processamento do fato como experiência. Esta situação dificulta também a apropriação dos impulsos sexuais, “impedindo a formação da sexualidade ou, no melhor dos casos, gerando uma sexualidade incipiente” (p.79-80).

Na teoria winnicottiana, o termo trauma diz respeito a uma intrusão sofrida pelo bebê e sua reação a ela. Se o gesto espontâneo infantil não encontra resposta ambiental, ou se sofre uma invasão externa, a continuidade de ser da criança é interrompida, uma vez que o indivíduo teve de reagir organizando defesas para se proteger das agonias impensáveis que o assaltaram (WINNICOTT, 1967/1994).

Para ser traumática, a intrusão depende do momento maturacional em que o bebê está vivendo. Winnicott (1965/1994) elenca diferentes traumas que prejudicam significativamente o sujeito. São eles:

- Durante a dependência absoluta, o trauma corresponde ao colapso de confiabilidade no ambiente, e como resultado desta quebra, há uma falha na estruturação da personalidade e na organização do ego, já que o sentimento de confiança ambiental é fundamental para o progresso maturacional infantil. (WINNICOTT, 1965/1994)
- Quando ocorre na passagem da dependência absoluta para relativa, a falha ocorrerá caso a mãe não falhar em pequenas doses. Ao frustrar a criança na medida em que possa suportar, promove a desilusão e a gradativa quebra da onipotência, permitindo ao filho que vá entrando em contato com as exigências do mundo externo (WINNICOTT, 1965/1994).
- No período em que o bebê tem consciência da separação do que é eu e não-eu, a falha traumática consiste em um abalo na confiabilidade ambiental, que deixa de proporcionar algo bom. Ele cobrará futuramente do ambiente o ressarcimento do que lhe foi retirado. É o momento em que a tendência antissocial tem origem (WINNICOTT, 1965/1994).
- Quanto mais o indivíduo tiver avançado rumo à integração, menos os traumas podem feri-lo significativamente. Sendo um sujeito total, é capaz de se

relacionar com outras pessoas também integradas, e quando atingido por tensões instintuais insuportáveis, desenvolverá neuroses e não psicoses, pois a integração já foi alcançada e não há mais o risco de aniquilamento. Sofrerá, mas prosseguirá no amadurecimento sem danos maiores. (WINNICOTT, 1965/1994).

A imprevisibilidade é a marca das falhas ambientais. Por ser a integração no tempo a empreitada mais básica no início do desenvolvimento, a previsibilidade é imprescindível para que a criança consiga delinear uma noção de futuro. Se não houver regularidade ambiental, não é possível temporalizar-se e nem confiar no ambiente, o que obriga o bebê a organizar defesas para se proteger (WINNICOTT, 1965/1994).

Algumas falhas ambientais podem alterar drasticamente o rumo da vida dos que a sofreram. Se ocorrerem na primeira etapa do amadurecimento emocional, de maneira a se tornar um padrão, podem desencadear uma psicose já que o bebê ainda não tem condições para discernir as falhas como externas, colocando em risco sua integração. Neste caso, ela sofreu o que Winnicott denomina “privação” (WINNICOTT, 1958/2002).

A falha nomeada “deprivação”, acontece no segundo estágio do amadurecimento emocional, após a criança ter experienciado um ambiente bom no primeiro período da vida, atingindo maior grau de integração. A tendência antissocial – expressa por meio de furtos, mentiras, destrutividade, conduta caótica, e da avidez entre outros atos – tem origem nesse momento. A lembrança de ter sido amada permanece na memória inconsciente, e a criança cobra da sociedade aquilo que foi retirado, quando não pode recorrer à família (WINNICOTT, 1946/1958/2002).

O autor (WINNICOTT, 1958/2002) afirma ainda que nem sempre a criança consegue entender ou nomear o que está ocorrendo com ela. Atacada por uma agonia impensável reage, mas ao perceber que não há nada a ser feito acaba se submetendo ao ambiente. Caso surja esperança de reaver o que foi perdido, um impulso incita o indivíduo a voltar ao momento anterior à privação, para assim combater o medo da agonia impensável ou da desordem que existia previamente (WINNICOTT, 1958b/2001).

O impacto da privação na criança antissocial também depende da figura de quem foi afastada. A mãe é quem permite à criança a criação dos objetos e do mundo, graças à sua adaptação às necessidades infantis. Se a criança é separada da mãe, perde

contato com os objetos e vivencia uma agonia impensável, necessitando se adequar e se submeter ao ambiente. Se a esperança de localizar o objeto vem à tona, ela furta, embora a posse deste objeto não lhe satisfaça ou não lhe agregue nenhum valor. O que importa é que a “capacidade de encontrar” (a mãe) esteja preservada. O papel do pai neste contexto, no momento em que pode ser percebido pelo filho como parte do mundo externo, traz segurança à dupla mãe-criança, pois impõe limite a ação destrutiva infantil e protege a mãe das consequências deste gesto. Na situação de separação do casal, o controle exercido pelo pai desaparece, e a criança assume a função paterna ao se identificar mais com esta figura do que com seu próprio *self* ainda imaturo. Por ainda não ter condições de realizar este papel, perde sua espontaneidade, e ao ter que cuidar do ambiente, fica impedido de exercitar sua destrutividade. Para os que cuidam da criança, fica a impressão de que não há nada de errado com ela, pois permanece tranquila e adequada. Caso sinta que há esperança de reaver a segurança perdida, pratica um ato antissocial em busca de uma estabilidade ambiental que suporte sua impulsividade e destrutividade, para então, voltar a agir espontaneamente outra vez (WINNICOTT, 1982).

Se o ambiente que se encarrega de cuidar da criança oferecer razões para que o indivíduo acredite que irá retomar a segurança perdida, ele retornará ao momento anterior à privação, para retomar seu amadurecimento de onde parou. No momento de esperança, a criança vislumbra um novo espaço com determinadas características que inspiram confiabilidade. Ao temer que a ausência de compaixão dos que a rodeiam se transforme num padrão, o indivíduo antissocial agita o ambiente na intenção de alertá-lo para o perigo e tolerar a perturbação decorrente. Se houver firmeza ambiental, haverá novos testes para confirmar se realmente existe capacidade para suportar a agressividade infantil. São eles: se o ambiente consegue prevenir ou reparar a destruição; se tem condições de reconhecer o aspecto positivo desta situação e, por fim, se há maneiras de prover e preservar o objeto – uma figura de cuidado confiável – que deve ser buscado e encontrado (WINNICOTT, 1949/2000).

Após estas considerações teóricas sobre o desenvolvimento humano, serão elencadas a seguir algumas consequências emocionais de permanecer em uma instituição por um período prolongado, sem gozar efetivamente de uma convivência familiar e um cuidado constante e individualizado.

1.2.3 A institucionalização e suas possíveis consequências emocionais para crianças e adolescentes, segundo Winnicott, Bowlby, Spitz e outros autores

Convocado a ser Consultor Psiquiátrico no Plano de Evacuação do Governo de Londres, Winnicott observou os efeitos da separação familiar nas crianças evacuadas. Constatou que diante do afastamento dos pais em virtude da Guerra, surgia cada vez mais recorrente nas crianças, um comportamento antissocial que precisava ser administrado. Para que este objetivo fosse alcançado, as equipes dos alojamentos procuravam oferecer aos evacuados um ambiente continente e acolhedor para que pudessem restabelecer parte da segurança perdida naquele panorama tão hostil de destruição e morte (WINNICOTT, 1984).

A convivência com as crianças e adolescentes evacuados auxiliaram Winnicott a repensar a estrutura dos alojamentos em busca de alternativas mais adequadas às peculiaridades que a situação exigia. Um dos problemas recorrentes eram as crianças evacuadas não adaptadas aos lares adotivos para os quais foram mandadas. A solução encontrada pelo grupo de gestores foi tratar de forma individualizada estes indivíduos para prepará-los para retornar aos abrigos. A primeira ideia foi de alojar os que não se ajustaram aos lares em uma grande instituição desativada. Com o passar do tempo, Winnicott mudou de opinião quando concluiu que seria terapêutico que as acomodações deveriam se assemelhar a uma casa. Prepararam então, alojamentos menores visando um acolhimento mais pessoal e individualizado (WINNICOTT, 1947/2002).

Depois de um curto período, o autor percebeu que tratar as crianças desta forma para colocá-las nestes lares adotivos não resolveria o problema. Ele finalmente compreendeu que a dificuldade de adaptação era relacionada com problemas que elas tinham vivido no lar de origem, tal como desintegração ou risco de dissolução familiar e pais insuficientes. Deste modo, o que estas crianças precisavam era de um “lar primário”, e para que isso ocorresse, foi decidido que elas seriam mantidas nos alojamentos terapêuticos por tempo indeterminado (WINNICOTT, 1948/2002).

Este local seria adaptado às necessidades peculiares da criança, e nele se poderia encontrar alguém disponível e atento, capaz de prover razoavelmente a satisfação dos instintos básicos, o desenvolvimento e a integração da personalidade. No lar primário é permitido que se tenha sentimentos ambivalentes de amor e ódio pela mesma pessoa, para então descobrir o sentimento de culpa e o desejo reparatório de restaurar o que

tentou destruir. É neste clima que se pode testar a resistência do ambiente frente aos impulsos agressivos, que surgem inevitavelmente (WINNICOTT, 1948/2002).

Segundo a concepção winnicottiana, nada pode ser melhor para uma criança do que o convívio familiar. Em caso de impossibilidade de estar junto à família, o lar substituto é uma opção, mas apenas como opção paliativa. Para este psicanalista, viver em um abrigo, não oferece ao indivíduo recursos emocionais suficientemente bons para o transcorrer adequado do amadurecimento emocional (WINNICOTT 1945/2002).

O psicanalista adverte ser necessário entender o que ocorre com uma criança quando não há um bom ambiente, ou quando este deixa de existir. Como consequências negativas o autor elenca: ódio reprimido ou perda da habilidade de amar as pessoas; acirramento das defesas na personalidade infantil e possibilidade de cisões; introversão patológica; e regressões às etapas primitivas do desenvolvimento, nas quais vivenciou experiências mais satisfatórias (WINNICOTT, 1950/2002).

Outra consequência importante, de acordo com a perspectiva winnicottiana, destacada por Cunha (2003) é a maior dificuldade por parte das crianças institucionalizadas de realizar o ciclo benigno, principalmente nas Casas-Lares onde os funcionários trabalham em turnos e fazem rodízio de horários. No momento em que a criança decide reparar a destruição causada por sua agressividade, ela pode não encontrar a pessoa que atacou.

No caso das instituições de acolhimento, tal como eram os alojamentos para evacuados, o principal objetivo deve ser o de minimizar o fracasso do próprio lar original da criança (WINNICOTT, 1948/2002). É importante lembrar que os principais motivos de institucionalização no Brasil estão relacionados a lares insatisfatórios, pais incapazes de prover o que é imprescindível para a saúde física e emocional de seus filhos, por motivo de doença mental dos responsáveis, dificuldades financeiras graves e violência doméstica.

Para que um lar substituto oferecido pela instituição possa fornecer estabilidade ambiental, deve se propor a seguir as recomendações supracitadas, e se possível, procurar conhecer a história pregressa de cada um de seus moradores, a fim de compreender a dinâmica de comportamento de cada criança. Cunha (2003) reforça:

O fato da criança ter tido um bom começo de vida familiar, por exemplo, significa que os alicerces da saúde mental podem ter sido bem assentados e que essa experiência saudável pode ser descoberta e reativada se ela encontrar um bom ambiente. Num outro extremo, se a criança não teve esta

boa experiência, os alicerces de sua personalidade não foram bem assentados, torna-se doente e frágil. O bom ambiente terá assim que ser criado pela primeira vez, ou nem poderá ser aproveitado, devido ao seu estado de debilidade. (CUNHA, 2003, p.67)

Infelizmente, em muitos casos, as informações sobre a história de vida das crianças não é acessível aos cuidadores. Deste modo, o ideal é que se ofereça um ambiente bom e se observe se elas podem aproveitá-lo.

Ao analisar a reação das crianças desde a chegada à instituição, Winnicott (1962/1990) descreveu algumas reações infantis a este novo ambiente. Na primeira fase, de curta duração, o indivíduo apresenta um comportamento normal, devido à idealização que nutre por seus colegas e cuidadores. Passado algum tempo, há uma ruptura da idealização e começam os testes por parte da criança em relação ao prédio e às pessoas, a fim de averiguar a amplitude dos danos que pode provocar na instituição. Se verificar que pode ser controlada fisicamente e que não desperta temor nos responsáveis, o sujeito passa, então, a incitar conflitos entre as pessoas, fazendo-as discutir, tentando se beneficiar ao máximo desta situação. Estas atitudes ocorrem graças à nova provisão ambiental que por um lado, necessita ter sua confiabilidade testada, e por outro, traz lembranças das privações passadas. O terceiro período é marcado pela calma, no qual o abrigado percebe que o ambiente resiste aos confrontos e pode contê-los apropriadamente (WINNICOTT, 1947/2002).

Cunha (2003) assinala que em razão desta difícil fase de adaptação e constante possibilidade de mudança, é necessário que os cuidadores, em especial as mães sociais, procurem manter atividades, objetos e atitudes significativos na vida de cada criança, tal como contar uma história, cantar uma música familiar, ou manter um brinquedo importante para ela, como um meio transicional para facilitar a adaptação a este ambiente novo e ajudá-las a tolerar frustrações, privações e novas situações, que serão cada vez mais presentes em seu cotidiano.

Bowlby (1961/1995), o precursor da teoria do apego, também postulou considerações importantes sobre o vínculo mãe-bebê e os efeitos da privação na criança que está separada do convívio familiar.

Segundo a teoria deste autor, no decorrer do primeiro ano de vida, o processo de vinculação e o desenvolvimento do apego a quem dispensa os cuidados maternos são cruciais para o bebê. Esta ligação permanece significativa durante a primeira infância e,

caso haja privação afetiva desta figura no transcurso deste período, a criança pode ter sua capacidade de vínculo e apego parcialmente comprometidos. Para Bowlby (1961/1995), um apego seguro, além de estabelecer a maneira como se darão os vínculos posteriores, também fornece meios para a exploração do ambiente.

Ainsworth, Blehar, Waters e Wall (1978/1991) compartilham da opinião de Bowlby e destacam ainda que o conceito de apego abrange não só a busca do bebê pela proximidade física da mãe, mas também a procura pela segurança necessária para a descoberta do espaço que o envolve.

Por volta dos três ou quatro anos, os modelos internos vão se modificando gradativamente. Os vínculos afetivos, antes restritos apenas aos cuidadores dedicados e constantes na provisão de conforto e segurança, neste momento, se propagam a outras pessoas, inclusive aos parceiros de brincadeiras (AINSWORTH; BOWLBY, 1978/1991).

Ao longo de sua obra Bowlby (1968/2001) descreve os efeitos que a privação materna produz na criança particularmente na situação de institucionalização. Para ele, se houver separação materna prolongada, a criança menor de três anos tenderá a apresentar problemas no desenvolvimento da personalidade. Ele postula ainda que o histórico de vários vínculos afetivos tem correlação direta com o surgimento de personalidade depressiva, psicopática (ou sociopática), que podem culminar em delinquência e suicídio.

Bowlby (1968/2001) corrobora a ideia de Winnicott (1962/1990) sobre a dificuldade de manter vínculos afetivos, caso a privação ocorra por um longo tempo, em período inicial da vida do indivíduo.

Sobre as crianças institucionalizadas que sofrem privação materna total, Bowlby (1951/2002a) enfatiza que estas vivenciam um profundo abandono emocional e falta de atenção. São carentes das brincadeiras e afagos maternos, do contato corporal com a mãe no momento do banho, ao serem vestidos e amamentados, sobretudo lhes falta o que o autor denomina “orgulho e carinho materno”, através dos quais o bebê percebe o seu próprio valor (BOWLBY 1951/2002a, p.8).

A falta de contato com a figura de apego inibe o desenrolar de muitos processos físico-emocionais da criança abrigada. Segundo o autor, a falta de encorajamento familiar pode: prejudicar o andamento natural dos processos de abstração e de organização do comportamento no espaço e no tempo; atrasar o início e o

desenvolvimento da fala e do andar e comprometer a capacidade simbólica e de expressão do indivíduo. Falta para os institucionalizados, o incentivo familiar, sobretudo o realizado pela mãe, que impulsiona o aprimoramento destas atividades cotidianas tão imprescindíveis para o desenvolvimento humano (BOWLBY, 1951/2002b).

Outro problema destacado por Bowlby (1951/2002b) refere-se ao não incentivo à singularidade de cada criança. Ele escreve:

A criança não é encorajada à atividade individual, porque isto causa aborrecimentos; é mais fácil se ela ficar onde foi colocada e só fizer o que lhe for mandado. E, mesmo que a criança se esforce por mudar seu ambiente, não consegue. (BOWLBY, 1951/2002b, p.56).

Para Bowlby, assim como para Winnicott, uma relação de cuidado satisfatória com a mãe é fundamental para um desenvolvimento saudável de um indivíduo. Na perspectiva destes autores, as crianças que por alguma razão ficaram impossibilitadas de receber um cuidado constante e amoroso, sofrerão prejuízos incontestáveis por toda a vida.

Spitz (1965/1991), igualmente mobilizado pelo assunto, direcionou sua atenção ao percurso desenvolvimental da criança desde a primeira infância, buscando averiguar fatores favoráveis e desfavoráveis no desenvolvimento infantil até os dois anos de idade. Realizou um estudo comparativo entre crianças que viviam em um orfanato com excelentes condições físicas e outras que habitavam o berçário de uma prisão.

O autor empenhou-se em explicar o modo como se estabelecem as relações de objeto da criança a partir do contato com a mãe. Perturbações na relação mãe-filho trazem prejuízos às relações de objeto. Caso o bebê, de até um ano, sofra uma privação afetiva parcial da mãe, correrá o risco de adquirir uma depressão anaclítica – uma perturbação relacionada à vinculação. No entanto, se ocorrer a privação afetiva total, o prognóstico pode se agravar, necessitando a hospitalização da criança afetada. (SPITZ, 1965/1991).

Por meio das relações de objeto estabelecidas com a mãe, o funcionamento do psiquismo infantil gradativamente vai se orientando pelo princípio da realidade e não mais somente pelo princípio do prazer. A abstração começa a aparecer pela recusa

expressa no balançar da cabeça, por volta dos quinze meses, como marco do início da comunicação verbal (SPITZ, 1965/1991).

O autor (SPITZ, 1965/1991) assinala também que perturbações na relação mãe-filho trazem prejuízos ao estabelecimento das relações de objeto, pois, o modo como esta se estabelece se dá a partir do contato que a criança faz com a mãe. A privação do contato materno equivale, segundo ele, a realidade terrível dos prisioneiros de guerra.

No entendimento de Golse (2002), não há cuidado que se equipare à relação mãe-criança, porém, para Burlingham e Freud (1954/1960), se houver um cuidador a quem ela possa se apegar é possível que ocorra um desenvolvimento infantil saudável. O cuidador deve ser presente e confiável; deste modo, pessoas estranhas, voluntárias ou visitantes esporádicos não conseguem desempenhar esta função de maneira satisfatória. O cuidador não capacitado, segundo David (2001, 2002), Falk (1986) e Golse (2002), pode até contribuir para a desumanização da criança, prejudicando a sua adaptação e possibilidade de desenvolvimento e estruturação psíquica.

David (1998a) elenca a carência precoce como um problema comum nesta população, afetando a construção do *self*, as relações de objeto e também as funções cognitivas. A autora também enfatiza a importância do planejamento do ambiente dos abrigos, evidenciando que eles devem primar por condições apropriadas ao desenvolvimento harmonioso dos abrigados (DAVID, 1972).

A seguir, serão expostas algumas considerações sobre a principal figura de cuidado familiar das Casas-Lares: A mãe social.

2 O PAPEL DESEMPENHADO PELA MÃE SOCIAL

No Brasil, a proteção de crianças e adolescentes se confirmou com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Instituído pela Lei nº 8.069 prevê prioridade absoluta no atendimento dos direitos de crianças e adolescentes como cidadãos brasileiros. A lei salvaguarda que estes têm direito à vida, saúde, alimentação, cultura, dignidade, respeito, lazer, educação, profissionalização e convivência em família e comunidade (BRASIL, 1990/2002).

Quando os vínculos familiares, por questões de violência e outras violações de direitos, se rompem ou se encontram fragilizados de forma a expor a criança ou adolescente a risco ou ameaça de morte, cabe ao Conselho Tutelar iniciar o procedimento para encaminhar o sujeito de vulnerabilidade a uma instituição de acolhimento. Também podem ser abrigados quando perdidos nas ruas, quando os pais estão presos e não têm familiares ou pessoas de referência para cuidar delas e protegê-las. Outras possibilidades de institucionalização ocorrem nos casos de calamidade pública, sinistros, desastres, morte dos pais. Em todas essas situações, a primeira providência deve ser o acolhimento na família extensa ou com pessoa de referência. Esgotadas estas possibilidades, o acolhimento institucional é a medida de proteção assegurada pelo ECA.

Para acolher os abrigados, a figura da Mãe Social foi instituída no Brasil pela Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987.

De acordo com o artigo segundo desta Lei:

“Considera-se mãe social, para efeito desta Lei, aquela que, dedicando-se à assistência ao menor abandonado, exerça o encargo em nível social, dentro do sistema de casas-lares”. (BRASIL, 1987).

E continua no artigo quarto:

São atribuições da mãe social:

I - propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados;

II - administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes;

III - dedicar-se, com exclusividade, aos menores e à casa-lar que lhes forem confiados.

Parágrafo único. “A mãe social, enquanto no desempenho de suas atribuições, deverá residir, juntamente com os menores que lhe forem confiados, na casa-lar que lhe for destinada” (BRASIL, 1987).

A especificidade das tarefas que devem ser desempenhadas pela mãe social está regulamentada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ela está inserida na categoria de ocupação “Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos”, e suas atribuições estão descritas nas tabelas 1 e 2, encontradas no ANEXO 3.

Observa-se de acordo com as atribuições descritas pela CBO que cabe à figura da mãe social a responsabilidade de promover na situação de abrigo, o cuidado físico e alguma referência de família aos que não podem gozar da convivência da sua família de origem. Espera-se também que ela cumpra a função de educadora, transmita valores morais e bons exemplos, ofereça apoio afetivo, auxilie na socialização e no desenvolvimento psicológico das crianças e adolescentes que estão sob seus cuidados.

Alguns trabalhos realizados com esta figura demonstraram resultados bem variados. Teixeira (2009) realiza um estudo interessante que busca desvendar o sentido de desabrigo para mães sociais em uma determinada Casa-Lar. Os dados apurados revelam a oscilação entre “profunda ternura e proximidades” a conclusões pessimistas quanto ao futuro desses jovens. A dificuldade de separar exercício profissional de relação entre mãe e filho, e o desgaste físico e emocional destas mulheres também foram questões destacadas pelas mães sociais.

Na perspectiva de Bosse-Platière, (1989) e David (2001, 2002), as mães sociais são as principais responsáveis por acompanhar de forma mais direta as crianças, observando e participando da comunicação de angústias, dificuldades, alegrias, bem como das aquisições de desenvolvimento das crianças nas Casas-Lares e por esta razão, é imperativo que compreendam que no exercício de sua função ela também se torna alvo da afeição das crianças que cuida. Sendo assim, deveriam de alguma forma, ampliar a atuação com os abrigados para além do ato de apenas “educar”.

Interessadas em entender como se dá a relação entre abrigados e mães sociais, Nogueira e Costa (2005) observaram o cotidiano desta dupla num abrigo responsável por receber crianças de zero a três anos de idade. A primeira constatação que fazem as autoras é relativa à falta de preparo destas profissionais. Não é oferecida a elas uma orientação formal e sólida que demonstrasse a importância do apoio psicológico delas para com as crianças, a fim de auxiliar os moradores da Casa-Lar a lidar com situações cotidianas, tal como a separação familiar que sofreram, a falta dos parentes, a possível circunstância de violência a qual foram submetidas, dentre outras ocasiões complicadas

de difícil elaboração. As referidas autoras relatam que, no tempo que ali estiveram, perceberam certa incapacidade das mães sociais observadas de compreensão do ritmo e singularidade diferenciada de cada criança na realização das tarefas cotidianas, atuando em alguns momentos com rispidez com as que não atendem prontamente as ordens por elas impostas.

Outra situação preocupante observada por Nogueira e Costa (2005) diz respeito aos cuidados não individualizados que os habitantes da instituição recebiam. Muitos deles nunca chegam a desfrutar da convivência familiar, da experiência de se sentir “em casa”, e de ter preservados seus itens pessoais como brinquedos e histórico de vida. Estes sujeitos crescem, sem passado, sem fantasias e qualquer perspectiva de futuro.

Longe de tecer generalizações, questiona-se, se os relatos acima não corresponderiam à realidade de tantos outros lares espalhados pelo Brasil. Uma vez apresentada aqui os poucos estudos sobre a figura da mãe social, e uma pequena parcela dos problemas ocorrentes em algumas Casas-Lares, o tema deve ser considerado com a atenção merecida por parte das autoridades responsáveis, no sentido de reavaliar a estrutura destes locais e a capacitação dos profissionais envolvidos no cuidado.

Justificam-se, por meio de todas estas informações, as questões principais que se colocam à pesquisadora nesta proposta de trabalho. São elas: as mães sociais têm condições de oferecer às crianças abrigadas cuidados afetivos e materiais suficientes, constantes, adequados e individualizados, para se tornarem seres humanos amadurecidos e espontâneos, do ponto de vista winnicottiano? É possível inferir que a vivência como filha, ou como mãe natural, destas mulheres influenciou no modo como se implicam com a tarefa de ser mãe social destas crianças impedidas de gozar da convivência familiar? A concepção das atribuições que a função exige é diferente, nas profissionais que não têm filhos, das que têm filhos próprios?

Estas são algumas das problemáticas que se pretende discutir ao longo deste estudo.

No próximo capítulo serão apresentadas uma discussão sobre a desconsideração da figura “paterna” ao longo da história e na instituição de acolhimento, e algumas reflexões pertinentes sobre funções familiares e gênero.

3 E O PAI SOCIAL? – A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE FAMÍLIA NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

O ser humano é atravessado por inúmeras determinações internas e externas para se constituir no mundo como indivíduo e assumir papéis sociais ao longo da vida. A família, nos mais variados contextos culturais, provê condições materiais para a sobrevivência do sujeito e tem participação decisiva em processos psíquicos importantes no amadurecimento deste novo ser.

Em nossa sociedade ocidental, o recorrente valor dado à mãe como principal figura de cuidado infantil tem ofuscado o imprescindível papel que o pai desempenha no desenrolar bem sucedido das conquistas maturacionais do filho. Em decorrência dessa crença de que o papel paterno é secundário, e por isso menos importante na vida da criança e do adolescente, esta figura foi desconsiderada por muito tempo no espaço das Casas-Lares no Brasil.

Por esta razão, julgou-se imperativo abordar neste capítulo os preceitos teóricos que reafirmam o papel crucial da figura paterna no amadurecimento emocional do ser humano; e levantar as raízes históricas que contribuíram para que essa figura não fosse considerada para o convívio dos moradores das instituições de acolhimento, por tantos anos.

O conceito de família, até a Era Neolítica, ainda não havia sido integrado no conjunto de saberes do homem primitivo. A ideia de laços consanguíneos foi assimilada pelo homem apenas neste período, a partir da compreensão do nexos causal entre relação sexual e procriação. Em época anterior, as organizações religiosas e familiares funcionavam de acordo com a lógica matrilinear, na qual se atribuía apenas à mulher a procriação e filiação da prole (FLORENTINO, 2002).

Dupuis (1989) assinala que a consciência da participação do homem na concepção de filhos foi considerada aproximadamente no ano 5000 a.C. Com o surgimento da ideia de paternidade e parentesco, iniciou-se a formação de grupos familiares. O poderio do homem foi se estabelecendo gradualmente na medida em que se tornavam deuses, reis, e chefes de família. As guerras entre comunidades próximas aconteceram no mesmo período e colaboraram incisivamente para a afirmação e valorização da força masculina. Os reinos se formaram em torno das famílias, e o

homem foi instituído como o representante e porta-voz da religião, da moral e do poder político. O sistema patriarcal se confirmou definitivamente milênios depois, devido às participações beligerantes, ao sedentarismo, e à noção de propriedade privada. A supremacia masculina não foi questionada até o início da Idade Moderna.

Na obra de Castro (1996) encontra-se uma menção à modificação ocorrida nas práticas socioculturais e dos costumes por volta dos séculos XVIII e XIX. Foi neste momento histórico segundo Badinter (1985), que se iniciou um movimento ideológico em prol da exaltação da maternidade como um momento especial e divino na vida da mulher, no qual brota um amor instantâneo e incondicional por seu rebento. A influência religiosa católica colocava Maria, mãe de Jesus, como um exemplo de sacrifício e devoção a ser seguido por todas as que receberam o dom da procriação. Kamers (2006) destaca que as mulheres passaram a serem consideradas “guardiãs da moral” e seu poder perante os filhos foi um recurso usado em favor da ordem pública e privada.

Dentre os fatos que compõem o pano de fundo da transformação nos modos de relacionamento familiar estão: o fortalecimento dos ideais de igualdade motivados pela Revolução Francesa, a Revolução Industrial e o advento do capitalismo; a substituição do discurso religioso pela racionalidade científica e a organização do sistema educacional. Ariès (1981) apontou como decorrente deste panorama novos métodos e práticas de criação dos filhos, fato esse que desencadeou mudanças estruturais, psicológicas e emocionais na constituição familiar.

A urbanização, provocada pela Revolução Industrial, deu início à nuclearização da família, instaurando a intimidade e a discrição. A união dos casais não era mais por arranjo e a livre escolha do cônjuge passou a ser uma prática comum. Aos pais coube zelar pela educação, saúde e felicidade dos filhos. O poder do pai tornou-se relativo, mas manteve-se como figura de respeito no espaço do lar e permanecendo reverenciado no espaço público. A mãe se servia do temor que o pai provocava para impor limites à prole, lembrando-os da possibilidade do castigo, caso não houvesse obediência (ARIÈS, 1981; TOMÁS, 2001; CHAVES et al., 2002).

O encargo principal da mulher até décadas atrás foi essencialmente o de mãe e dirigente do espaço doméstico, sendo assim a principal responsável pela educação e saúde dos filhos (ARIÈS, 1981). Segundo Birman (2007) ao pai era relegado o papel de provedor financeiro da família.

No começo do século XX houve preocupação estatal em confeccionar leis que versavam sobre divórcio, autoridade parental, contracepção, interrupção de gravidez e escolarização precoce das crianças. A crescente intervenção da justiça e do Estado na defesa dos direitos infantis colaborou significativamente para uma mudança de mentalidade excluindo o homem do centro da família, tornando sua presença até mesmo dispensável. Em auxílio às famílias com apenas um dos pais foi lançada a previdência social e criou-se um incentivo à poupança com abonos, nestes casos. Todas estas medidas contribuíram para que o governo atuasse como substituto marital, permitindo assim às mulheres/mães que desempenhassem atividades profissionais (SINGLY, 2007).

Nas últimas décadas, as intensas transformações sociais, culturais e econômicas, incidiram sobre os papéis de homens e mulheres dentro da família. Fatos como a massiva entrada e estabelecimento da mulher no mercado de trabalho; a dicotomia entre reprodução e sexualidade, o aumento da expectativa de vida, o impacto de novas tecnologias, sobretudo, as de comunicação; o aumento do número de separações/divórcios, a diversidade dos arranjos familiares, a monoparentalidade, marcam este período denominado pós-modernidade¹⁴. Amazonas e Braga (2006) afirmam que essa nova configuração de sociedade disparou mudanças significativas na divisão de tarefas entre pai e mãe nos cuidados com os filhos.

Scaglia (2012) reconhece a realocação do homem na família no que se refere à educação e ao desenvolvimento do filho, desde o declínio do patriarcado, entretanto, aponta que não há um movimento acadêmico expressivo que se proponha a investigar reflexos do amor paterno no amadurecimento emocional da criança.

¹⁴ A utilização do termo ‘pós-moderno’, para determinar este novo período na história mundial, não é plenamente referendado na literatura. Independentemente da denominação, é unânime o reconhecimento deste momento que disparou um novo paradigma cultural, político e econômico mundial, por volta da década de 60. Jameson (1996) preconizou que o marco desta fase é a “lógica cultural do capitalismo tardio”. Para Lipovestky (2005) foi a partir de 1970 que a mudança no cenário cultural é sentida mais fortemente. Giddens (1995) concebe como alta modernidade o conjunto de reestruturações sociais institucionais e interpessoais marcadas pelo desencaixe, risco, perigo. Lévy (2000) aponta a propagação das mídias eletrônicas e a conquista dos mercados econômico, cultural, social e político; a pluralidade cultural e a acentuação da diferença de classes; o consumismo e o esgotamento do discurso de liberdade igualdade e fraternidade; como fatores que culminaram numa lógica cultural da indiferença, do relativismo, das manifestações intelectuais flutuantes e indefinidas. As transformações também ocorreram nos sistemas de produção e nas relações humanas, como é possível perceber pela erupção da cultura narcisista de massa. Ao longo de sua obra, Bauman (1997, 1998, 2001, 2004, 2005, 2007 e 2008) descreveu as mudanças ocorridas nas relações neste novo contexto mundial. A insegurança é indubitavelmente uma das consequências mais perceptíveis da contemporaneidade. Em consequência do novo e fragmentado panorama cultural, econômico, político, social, artístico, o desejo intenso de liberdade disparou um assombroso rompante individualista culminando no desprendimento das redes de pertencimento social, sobretudo a família (BAUMAN, 1998).

Segundo o levantamento de Rohner (1998) os estudos sobre a paternidade anteriores à década de 70 sugeriam duas hipóteses: alguns tentaram demonstrar que os pais são inaptos biologicamente para realizar o cuidado infantil; outros insinuam que a participação desta figura é incipiente e indireta, ou mesmo irrelevante, no desenvolvimento infantil. De 1970 a 1990 os esforços dos pesquisadores se direcionaram no sentido de desmistificar tais crenças, assinalando as consequências físico-emocionais negativas e descrevendo os problemas psíquicos e comportamentais de pessoas que não puderam desfrutar da presença de um pai.

Apesar da mudança significativa nos modos de subjetivação masculino e feminino na contemporaneidade, a milenar e incipiente participação masculina nos cuidados dispensados às crianças contribuiu para que os teóricos da psicanálise não valorizassem devidamente a importância do pai no desenvolvimento afetivo-emocional do filho, especialmente no início da vida deste. O surgimento desta ciência, no fim do século XIX recebeu inevitavelmente influências do momento histórico, tal como da cultura machista, e de paradigmas científicos rígidos que ditavam os papéis sociais e reforçavam a hierarquia de gênero (VITALE, 2006/2010). Diante da distribuição de tarefas entre homens e mulheres que vigorava na época, muitos autores focaram sua observação apenas nos desdobramentos da relação mãe e filho e da influência feminina sobre o bebê.

É perceptível nas teorizações de Freud sobre a mulher, certas nuances do pensamento do final do século XIX. Mannoni (1999) esclarece que para o autor a sexualidade feminina se estabelece sob critérios totalmente biologizantes. A crença freudiana de que a mulher sente inveja do pênis guarda em si a crença da natural superioridade masculina. Sobre a feminilidade, Mannoni (1999) relembra que este assunto não foi um quesito bem explorado pelo autor, ao passo que ele se deixou capturar por defesas existentes em todo inconsciente masculino: as mulheres usam a sedução para dissimular seus verdadeiros planos malignos.

Com certa renovação das ideias sobre a mulher problematizada pelo movimento feminista, foi possível que se ampliassem as possibilidades da expressão da sexualidade e dos papéis de mãe e esposa para além do lar. Métodos anticoncepcionais seguros surgiram como possibilidade de controle de fertilidade, propiciando à mulher a decisão de gerar ou não filhos (KAMERS, 2006).

Mannoni (1999) aponta que apesar da enorme transformação na mentalidade e nos costumes provocada pelo feminismo, ainda persiste no imaginário social resquícios das velhas representações negativas sobre o feminino reafirmando a fragilidade e a maldade inerentes à mulher. Esses valores são transmitidos às gerações seguintes, sob a forma de crenças e mitos populares.

Para esta psicanalista, apesar dos esforços de autores contemporâneos em realizar releituras das teorias tradicionais a fim de valorizar a figura do pai no decorrer da vida do filho, ainda

Não há como evitar: a mulher, como mãe, encontra-se na origem da ‘guerra dos sexos’ que ocorre no inconsciente dos homens. Em nome da ‘mãe excessivamente presente’ e do ‘pai ausente’, ela está também na origem da relação de amor-ódio que as mulheres têm entre si mesmas. Sua função de educadora é sempre marcada por ‘ter mãe demais ou de menos’. (MANNONI, 1999, p.103).

Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) discutem a dificuldade de se identificar as construções histórico-sociais que estão por trás dos modelos idealizados de feminilidade. Discursos científicos, políticos, filosóficos e religiosos reafirmaram por um longo período as atribuições femininas de cuidadora, educadora e principal responsável pelos sucessos ou fracassos dos filhos.

Embora o papel da mãe estivesse em evidência em muitas teorias psicanalíticas, a função do pai não foi totalmente desconsiderada como terceira pessoa importante no desenvolvimento infantil, conforme se observa em obra de psicanalistas tais como Winnicott, Lacan, Dolto entre outros.

O enfoque principal no referencial teórico winnicottiano, que norteia este estudo, solicita que se detalhe a teoria do amadurecimento pessoal para que se compreenda o papel do pai neste processo.

Diferentemente do que se divulga, Winnicott não desmereceu a importância paterna, ao longo de sua obra. Algumas referências sobre esta figura encontram-se nos textos “The Piggie” (1977/1987) e “ *Holding e Interpretação*” (1986/1991), “E o pai?” (1945/1982), “A criança no grupo familiar” (1966/1999a) e no livro *Natureza Humana* (1954/1967/1990).

Em 1945 Winnicott já o apresenta como a terceira pessoa indispensável na relação mãe-bebê, responsável por garantir à mãe se “sentir bem em seu corpo e feliz em seu espírito” (WINNICOTT, 1945/1982, p. 129), possibilitando que a mulher

desempenhe as atribuições da mãe suficientemente boa e realize a identificação materna primária com seu filho.

Outra característica desejável de um pai, segundo os preceitos winnicottianos, é a de manter a criança segura no que diz respeito à relação do casal, pois considera que o pequeno sente e é atingido pelo relacionamento dos pais. A figura paterna deve agir como “ambiente facilitador”, exercendo um papel imaginário e real para a criança. Cabe a ele fazer o *holding* da díade mãe-bebê, protegendo a dupla das exigências da realidade externa e de situações em que a mãe sob a preocupação materna primária tenha dificuldade de considerar (OUTEIRAL; CELERI, 2002 e FULGÊNCIO, 2007). A sustentação psicológica paterna ao par mãe-filho é importante, pois permite à mãe, por meio dos cuidados, colaborar para o início do processo de integração do eu da criança (FULGÊNCIO, 2007).

Neste primeiro estágio de dependência absoluta, o pai funciona como “duplicação da figura materna” correspondente à parcela rígida e austera da mãe. Aos poucos, em circunstâncias adequadas, a representação da figura paterna se modifica, e ele se torna para o filho, um ser humano separado, podendo ser alvo de sentimentos como temor, ódio, amor e respeito (BOGOMOLETZ, 2003).

Espera-se que o pai ofereça apoio moral à mãe e seja a base, a lei e a ordem para a autoridade que ela exerce na vida do rebento. Winnicott (1945/1982, p. 129) acrescenta ainda que o filho necessita encontrar na figura paterna qualidades positivas de um bom homem, tal como “a vivacidade que reveste a sua personalidade”.

O autor apresenta (WINNICOTT, 1969/1994f) outras considerações sobre a relevância da função paterna na fase de dependência relativa do amadurecimento emocional infantil. O pai:

[...] começa a desempenhar, ou assim me parece, um grande papel. O pai pode haver sido ou não um substituto materno, porém o certo é que se sente que ele está ali em um papel distinto; e sugiro que é então quando o bebê provavelmente o use como modelo de sua própria integração, ao converter-se, por momentos, em uma unidade. Se o pai não está presente, o bebê tenderá a ter a mesma evolução, porém lhe resultará mais difícil ou terá que usar alguma outra relação bastante estável com uma pessoa total. Desta maneira, pode-se ver que o pai pode ser o primeiro vislumbre que a criança tem da integração e da totalidade pessoal (WINNICOTT, 1969/2000, p. 188).

Para Bogomoletz (2003) Winnicott (1969/2000) é original ao considerar a figura paterna como “o primeiro vislumbre que a criança tem da integração e da totalidade

peçoal”. Ele é a primeira figura a ser percebida como pessoa, portadora de direitos, vista como ser humano e homem, antes de ser efetivamente pai. Este processo ocorre de maneira diferente com a mãe. Ela é não é vista tão cedo por seu bebê como mulher e como pessoa total, com outras preocupações para além de seu rebento, pois permite a fantasia onipotente, tornando-se, por um tempo, objeto subjetivo do filho. Quando o pai está presente e desempenha essencialmente a função de pai, ele pode prover aos filhos o exemplo do que é necessário para se inserir no mundo adulto. Propicia o amadurecimento emocional ao ser notado como objeto concretamente percebido, desde muito cedo. Por essa razão o bebê pode notar características importantes do pai, tal como determinação, consistência e força.

Quando a criança atinge a terceira etapa do amadurecimento, rumo à independência, se torna uma pessoa unificada, sendo o pai uma das três pessoas percebidas por ela como diferentes na família. A partir desta conquista maturacional é possível vivenciar a relação triangular entre filho, mãe e pai (FULGÊNCIO, 2007).

Ao encontrar na figura paterna um ambiente indestrutível de força, segurança e limites, o pai atua como protetor da mãe, controlando os impulsos destrutivos ainda não integrados de seu rebento. Desta forma, possibilita ao filho a vivência sem inibição dos impulsos agressivos e impede que o bebê seja tomado por uma angústia desestruturante que possa atrapalhar seu amadurecimento. Se houver espaço para que a criança experimente estas sensações num ambiente materno e paterno suficientemente bom, ela tem a chance de deparar com sentimentos de preocupação, culpa, solidariedade e possibilidade de se colocar no lugar do outro, e assim progredir ainda mais rumo à integração do *self* (FULGÊNCIO, 2007). Após experienciar estas situações, a criança vai em direção à próxima fase: o Complexo de Édipo.

Para Winnicott, o que já foi internalizado em etapas anteriores será elaborado para que desta maneira ocorra a integração dos aspectos amorosos e destrutivos, e a constituição de uma identidade única. Ao vivenciar as experiências com a tutela e contenção da figura paterna, a criança gradualmente adquire o autocontrole (OUTEIRAL; CELERI, 2002). O pai neste período desempenha um papel importante, pois ao tornar possível rivalizar com ele é porque há confiança que esta figura seja real, participativa e sustentadora das relações familiares desempenhando o papel de representante da lei (FULGÊNCIO, 2007).

Clare Winnicott, Ray Shepherd e Madeleine Davis, organizadores de *Explorações Psicanalíticas*, comentaram sobre a correspondência da perspectiva winnicottiana com a opinião de Freud no que se refere ao pai como importante figura de castração (OUTEIRAL; CELERI, 2002). A ansiedade gerada pela castração, por um lado, provoca na criança raiva e ódio, e por outro, confere ao indivíduo certo alívio por permitir que este entre em contato com sua impotência devido à impossibilidade de realização de seus impulsos.

Desta forma, o pai que rivaliza com seu filho confirma a potência da criança e a auxilia a diferenciar fantasia de realidade, tornando possível que a dupla estabeleça um pacto homossexual e firme uma aliança e identificação entre pai e filho. Para as meninas é ainda mais complexo atravessar o Complexo de Édipo, pois a figura com quem rivaliza é a própria mãe, seu primeiro objeto de segurança e amor (FULGÊNCIO, 2007).

Ao discorrer sobre o Complexo de Édipo, Winnicott (1969/2000) reafirma a necessidade de conquistar a distinção entre eu e não-eu para que o ser humano se sinta unificado ao ponto de conseguir vivenciar a relação triangular libidinizada proposta por Freud. Para Outeiral e Celeri (2002) na perspectiva winnicottiana há uma parcela considerável de pessoas que não avançam até esta fase do amadurecimento emocional.

Nesse sentido, Bittencourt (1997) acrescenta que é na etapa triangular que residem todos os obstáculos e riquezas da vivência humana. A entrada nesta fase sugere um estado saudável e indica que o indivíduo tem uma organização neurótica da personalidade.

A alternativa proposta pelo governo para resolver o impasse da falta da figura paterna, estruturante para o amadurecimento emocional humano, foi criar e regulamentar a profissão de pai social. Até que o projeto de lei não atinja notoriedade nacional, cabe ainda à mãe social a difícil incumbência de sozinha “[...] propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados – além de administrar o lar e as tarefas que são pertinentes à sua atribuição profissional” (BRASIL, 1988).

O movimento legislativo em prol desta causa iniciou em 2004, e teve seu trâmite estendido até outubro de 2011, data em que foi finalmente aprovado pelo Senado em decisão terminativa.¹⁵

A partir do projeto inicial do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) criou e regulamentou a atividade de pai social (PLC 98\09), com o argumento de que as instituições de acolhimento destinadas à proteção de crianças e adolescentes em situação de risco social e privados da convivência familiar, devem se assemelhar a uma família, e portanto, devem oferecer a presença tanto do pai, quanto da mãe social.

Segundo o portal de notícias *Agência do Senado* (2011), a regulamentação da profissão é semelhante à da representante feminina da função. Os pré-requisitos exigidos são: o candidato deve ter no mínimo 25 anos, sanidade física e mental, ensino fundamental completo e boa conduta social. Além disso, exige aprovação em treinamento específico para o trabalho, com duração de 60 dias, bem como em teste psicológico. O pai social deverá se dedicar exclusivamente aos cuidados com as crianças e os adolescentes na Casa-Lar, onde deverá residir.

Antes da votação da lei federal, diante da necessidade desta outra figura que auxiliasse na lida com os moradores das Casas-Lares, dois municípios pleitearam ao Judiciário que decidisse regionalmente sobre a legitimidade da função de pai social. A cidade de Ervália, do Estado de Minas Gerais, e o município de Palmas no Paraná, solicitaram à justiça do trabalho a aplicação da Lei n° 7.644/87 ao trabalhador masculino na condição de pai social no sistema de Casa-Lar, valendo-se do princípio previsto no artigo art. 5° inciso I¹⁶, da Carta Política de 1988 (REIS, 2011).

¹⁵ É aquela tomada por uma comissão, com valor de uma decisão do Senado. Depois de aprovados pela comissão, alguns projetos não vão a Plenário: eles são enviados diretamente à Câmara dos Deputados, encaminhados à sanção, promulgados ou arquivados. Eles somente serão votados pelo Plenário do Senado se recurso com esse objetivo, assinado por pelo menos nove senadores, for apresentado ao presidente da Casa. Após a votação do parecer da comissão, o prazo para a interposição de recurso para a apreciação da matéria no Plenário do Senado é de cinco dias úteis. (BAPTISTA DA SILVA; GOMES, 2000).

¹⁶ “Art. 5° Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (...) (BRASIL, 1988).

Antes da aprovação da lei pelas duas casas legislativas, as crianças e adolescentes afastados da família natural poderiam conviver com uma família composta de pai e mãe se fossem encaminhados para família acolhedora.¹⁷ Tanto em época anterior, como atualmente, o número de famílias cadastradas não consegue atender todos os que se encontram separados judicialmente dos pais. Diante deste problema, o programa privilegia crianças com deficiência e que têm possibilidade de retorno ao lar natural.¹⁸

Vitale (2006/2010) assinala que não se trata de idealizar a instituição familiar. Independentemente da classe social, algumas famílias não oferecem condições saudáveis para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Em muitos casos, a instituição é a melhor opção por fornecer estabilidade ambiental, proteção contra violência, negligência e abusos diversos. A Casa-Lar não deve se limitar, entretanto, a oferecer apenas suprimento material aos institucionalizados, é imprescindível que se preocupe também com a provisão de afetividade e vinculação por parte dos cuidadores mais próximos aos abrigados.

Conforme exposto anteriormente, a teoria winnicottiana considera que o desenvolvimento do *self* do indivíduo necessita da presença de um ambiente suficientemente bom, representados de preferência, por uma dupla de cuidadores sensíveis, constantes, amorosos e atentos às necessidades do sujeito desde o início da vida (WINNICOTT, 1945/1978).

Embora Winnicott (1963/2000) considere a mulher como figura principal e pessoa “naturalmente” mais apta para desempenhar a tarefa de “ser mãe”, o autor demonstrou a grande relevância da participação do cuidador-pai¹⁹ ou de quem pudesse atuar como terceiro no rompimento da díade simbiótica entre o cuidador-mãe e filho, na

¹⁷ A Família "acolhedora": fica apenas provisoriamente (no máximo 2 anos) com a criança/adolescente até que ela volte à família natural ou extensa ou seja colocada em uma família substituta (guarda, tutela ou adoção). Tem por objetivo promover o acolhimento familiar de crianças e adolescentes afastadas temporariamente de sua família de origem, dispensar cuidados individualizados, preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário; possibilitar a convivência comunitária e o acesso à rede de políticas públicas; e apoiar o retorno da criança e do adolescente à família de origem. É regulamentada pelo ECA em seus artigos 101, VIII, e art. 101, parágrafo 2º.

¹⁸ Segundo o artigo 25 do ECA (1990 /2010) a família natural é a comunidade integrada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

¹⁹ Palavra criada para designar cuidadores que desempenham função de pai e mãe independente do sexo, considerando novas configurações familiares contemporâneas formadas por casais homoafetivos, avós, tios e amigos cuidadores.

constituição e continuidade de ser da criança. O gênero²⁰ da dupla de cuidadores não é o principal.

Apesar do expressivo movimento midiático que revela o surgimento de novas configurações familiares na atualidade, ainda existe certa resistência social em reconhecer diferentes formas de parentalidade.

Percebe-se, porém, que em determinados grupos sociais este assunto não é ignorado completamente. Em pesquisa realizada por Ponce e Ribeiro (2010) com vinte e cinco estudantes de psicologia sobre quem acreditavam ser o agente da maternagem de uma criança pequena, um Desenho-Estória revelou um cuidador sem definição de gênero. O autor da produção fez questão de explicar verbalmente que qualquer um pode oferecer um cuidado bom à criança, independente do sexo do cuidador.

Muitos trabalhos recentes têm se dedicado em alertar sobre a possibilidade bem-sucedida de criar filhos nas mais diversas configurações e realidades familiares, ente os quais destacam-se aqui: as contribuições de Passos (2005), Kamers (2006), Wagner et. al (2005), Sutter; Bucher-Maluschke (2008), Ceccarelli (2007) e Souza; Moris (2008).

Diante destes fatos se torna imprescindível ressaltar que a noção de família é um conceito complexo e sofre modificações de tempos em tempos. Sendo a família a instituição que referenda a procriação da espécie e o desenvolvimento de identidades grupais e de características individuais, depende do contexto histórico cultural em que o indivíduo se insere, bem como dos modelos que internaliza ao longo da vida (VITALE, 2006/2010).

Considerando as transformações na configuração das famílias na contemporaneidade Hackner, Wagner e Grzybowski (2005) destacam que:

Os modelos familiares vêm sofrendo alterações ao longo dos anos, quanto à sua configuração, à sua estrutura e ao seu funcionamento. Sendo assim, talvez não seja possível especificar qual é o modelo de família na contemporaneidade, por existirem diversas possibilidades de concebê-lo. (p.74)

²⁰ Para Diniz (2003, p. 17) o conceito de gênero é definido “[...] como uma estrutura social que tem origem no desenvolvimento da cultura humana, ou seja, muito além da biologia ou das questões de procriação. É portanto uma construção socialmente instituída, sobre os papéis e status conferidos a homens e mulheres característico da identidade sexual dos indivíduos” (FERREIRA, 1999, apud STREY, 2007, p. 260). Segundo Louro (1997), o gênero é parte integrante da identidade dos sujeitos, entretanto não é algo rígido, permanente ou coerente, apenas está atrelada a instituições e práticas sociais que também são instituídas de gênero.

Hurstel (1999) enfatiza que, seja qual for a constelação familiar, o que verdadeiramente importa para o indivíduo em desenvolvimento, seja este institucionalizado ou não, é que existam pessoas que se comprometam a cumprir de maneira constante as funções parentais²¹, independentemente de gênero. Desta forma pode se possibilitar a estruturação do mundo simbólico e, ainda, auxiliar a inserção da criança na cultura pelo exercício da afetividade, autoridade e proteção. Bastos (2010) acredita que o sustentáculo desta vivência é a relação de afeto e reconhecimento social, e não o vínculo biológico.

Os laços estabelecidos entre a família institucional e seus moradores, embora diferentes dos formados em uma família natural, podem se configurar de maneira semelhante a ela, tal como sinalizado por Macedo (2009) ao discorrer sobre famílias na atualidade. Para esta autora:

[...] Atualmente se considera família não só a estrutura pai, mãe filhos, mas qualquer outro arranjo formado não somente por consanguinidade e função reprodutora e heterossexualidade. Também se considera família uma série de outros arranjos definidos por seus membros como tal: afeto, amizade, afinidade, responsabilidades compartilhadas [...] (p.61).

Várias são as reflexões que podem ser efetuadas sobre o ‘pai social’ a partir das contribuições de Winnicott, embora não seja este o objetivo principal deste estudo. Considera-se, no entanto, a pertinência de se analisar tal questão até mesmo por ela se assemelhar à da ‘mãe social’ e incidir sobre o que se pensa sobre família na atualidade. Quem são as figuras representativas de parentalidade e o que tem sido requerido destas nas instituições de acolhimento pode ser útil para fomentar discussões e novos entendimentos sobre o assunto.

A concepção de Winnicott sobre “ambiente facilitador” ao amadurecimento emocional, desde a gestação e nascimento, é de fundamental importância para que se pense sobre o ambiente a ser oferecido às crianças abrigadas em Casas-Lares no Brasil. Afinal ao discorrer sobre as funções do pai e da mãe como facilitadores, ou não, do amadurecimento de seus filhos, Winnicott cunhou a expressão e a noção do “suficientemente bom”, que pode muito facilitar a tarefa de se pensar este ambiente

²¹ Thurler (2009) diferencia a função paterna/ materna de função parental. A primeira diz respeito a ser pai e mãe do indivíduo de forma jurídica, biológica, genética e adotiva. A segunda função representa “[...] um processo social de um vínculo a ser continuamente construído e reconstruído, afirmando e confirmando, reconsolidado pelo engajamento na relação paterno-infantil e na relação de solidariedade com a mulher-mãe cidadã”. (p.56).

nestas instituições. Neste sentido, questiona-se o fato de que jamais este ambiente institucional será suficientemente bom no sentido de substituir a noção de família que se tem, mesmo que esta esteja em transição. O porquê de se pensar em um homem e uma mulher, como figuras de gênero, que melhor podem dar conta de acolher crianças e oferecer um ambiente facilitador ao seu processo maturacional pode indicar um pensamento tradicional, preconceituoso, de tal forma que sugira que somente um ambiente com estas duas figuras possa oferecer possibilidade de adequada maturação humana a pessoas privadas de seus genitores. Sabe-se que ambientes compostos de um pai e uma mãe biológicos também falham se não houver uma constituição ambiental suficientemente boa, tal como diz Winnicott.

Trata-se de problematizar neste momento, a questão de que o pai social, assim como a mãe social, *são funcionários* de uma instituição, contratados com uma série de atividades práticas e que jamais será algo, previamente arranjado, tal como uma família. Família, ainda de acordo com Winnicott, necessita de afetos, de um casal que seja e aja como tal para que possa acolher uma criança e, daí sim, oferecer *se possível*, um ambiente facilitador ao seu amadurecimento. Como dois funcionários que não formam um casal poderão sê-lo por contrato de trabalho? Como ambos poderão se constituir como pais por contrato? E por que deveriam sê-lo?

Outra questão que surge, em decorrência destas postas acima, é a de que para ser suficientemente bom e ofertar um ambiente facilitador de maturação emocional, o ser humano que recebe uma criança deva ser, antes de tudo, também amadurecido emocionalmente e desejar receber esta ou várias crianças. Tal fato não se obtém por contrato, nem por simples necessidade. A indicação aqui parece ser, assim como nas famílias constituídas por um casal e que geram filhos biológicos, a de que não haja garantias *a priori* de que se ofertará um ambiente suficientemente bom. Este ambiente depende de tantos fatores que ser um pai e/ou uma mãe social não possibilitam por si que haja um lar adequado para receber crianças abrigadas.

O que se pode pensar é que uma pessoa, não obrigatoriamente duas, possa também ofertar ambiente facilitador à criança. Pode ser esta figura de cuidado, disposta a tentar acertar, amadurecida e atenta às necessidades das crianças abrigadas por ela, qualquer ser humano que possibilite a humanização destas crianças. E, para se chegar ao caminho da busca da independência e ao Complexo de Édipo, não se necessita obrigatoriamente da presença de um homem/pai e de uma mulher/mãe, senão como

ficariam os órfãos de pai e/ou de mãe? Embora se saiba as possíveis consequências deste fato, ele, por si, não determina que se tenha problema maturacional de ordem emocional. A contribuição de Macedo (2009) é importante do ponto de vista de se considerar os afetos na constituição do ser humano como fundamentais ao se pensar em família. Os parlamentares que ditam as Leis denotam considerar família, a constituição “física da mesma” e ignoram o fato de que afetos não se impõem por decreto.

Considera-se que as problematizações decorrentes da função paterna no processo maturacional, assim como da materna, possam ainda ser mais bem compreendidas ao se falar de ambas tal como definidas por Winnicott. Funções não solicitam gênero.

Embora tal assunto, do “pai social”, possa não ser objeto deste estudo, tal como já dito, ele vem acompanhado de inúmeras possibilidades de análise, sejam psicanalíticas, históricas, políticas, entre outras, que não permitem que o ignoremos também. Além do que, ele também perpassa a compreensão que se busca do papel das Casas-Lares e da “mãe-social” na atualidade, esta sim objeto deste trabalho.

4 OBJETIVO GERAL

A finalidade deste estudo foi captar o imaginário coletivo das mães sociais, de uma Casa-Lar do interior do Oeste Paulista nomeada W, no intuito de compreender como imaginam e comunicam a experiência de maternagem que oferecem aos abrigados. Buscou-se realizar uma investigação e análise psicanalítica por meio do uso do Procedimento de Desenho-Estória com Tema (AIELLO-VAISBERG, 1999) e da Entrevista Terapêutica Grupal para a Abordagem da Pessoalidade Coletiva (AIELLO-VAISBERG, 1995) sobre as produções gráficas e escritas das participantes, bem como do conteúdo verbal expresso por elas no momento da coleta de dados.

A partir da obtenção dos campos do imaginário, pretendeu-se também observar e discutir os possíveis reflexos destas concepções e crenças, nos discursos e práticas destas cuidadoras em seus cotidianos profissionais.

4.1 Objetivo específico

Pretendeu-se analisar a espontaneidade manifestada por estas mulheres com o uso dos instrumentos de pesquisa citados, provocar a autorreflexão sobre como suas vivências pessoais e profissionais têm influência na lida diária com os institucionalizados.

5 METODOLOGIA

5.1 O método psicanalítico

Este trabalho adotou o referencial psicanalítico como método de investigação.

Segundo Boaventura dos Santos (1988, p.53) foi só no século XIX que o modelo de racionalidade científica foi estendido às ciências sociais. Até aquele momento “o senso comum” e as chamadas “humanidades”, dentre eles os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos, entre outros, eram considerados não científicos.

O argumento para justificar a validade deste novo modelo de ciência está no fato de que :

A ciência social será sempre uma ciência subjetiva e não objetiva como as ciências naturais; tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais, métodos qualitativos em vez de quantitativos, com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético. (BOAVENTURA DOS SANTOS, 1988, p.53)

Herrmann (2004) confirma a possibilidade de pesquisa em psicanálise, justificando que esta se sustenta no método para construir sua teoria, e serve-se de cada trabalho clínico, na medida em que enriquece sua compreensão. Desta forma, a pesquisa em psicanálise rompe com o paradigma moderno de ciência ao reconhecer a participação do psiquismo do pesquisador, renunciando segundo Silva (1993) à busca da Verdade, substituindo-a pelo cuidado responsável na edificação de conjecturas e teorias cada vez mais conscientes, das distorções que o aparelho mental imprime à percepção. Como modelo necessário para a compreensão da psique humana, a psicanálise e seus conceitos-chave de inconsciente, interpretação, transferência e contratransferência, se circunscrevem na ciência pós-moderna. Como bem assinalou Mezan (1988, p. 61) a psicanálise “sustenta que tudo que é humano traz a marca do inconsciente e é, portanto da sua alçada”.

Herrmann (2004) categoriza os modelos de pesquisa psicanalítica presentes na atualidade como: pesquisa teórica, pesquisa empírica e pesquisa clínica.

A pesquisa teórica tem por objetivo discorrer sobre a psicanálise e os assuntos a ela relacionados. A história da psicanálise; estudos teóricos e conceituais no sentido de auxiliar a sistematização, organização e delimitação dos conhecimentos são exemplos deste tipo de estudo (HERRMANN, 2004).

No que diz respeito à pesquisa empírica, esta tem por finalidade realizar o estudo sistemático dos fenômenos que pode contemplar ou não a análise estatística, a fim de promover verificação de veracidade ou falsidade de algum dado, assim como servir de parâmetro para investigações posteriores da mesma natureza (HERRMANN, 2004).

A terceira espécie de pesquisa, a clínica, ocorre na prática habitual do exercício da psicanálise nos consultórios, e acontece a partir da observação do cotidiano, revelando-se gradualmente por meio do próprio método. Herrmann (2004) entende que a pesquisa em psicanálise não deve meramente reproduzir teorias já referendadas, mas teorias embasadas nos objetos de pesquisa. O método interpretativo da psicanálise não se reduz simplesmente aos tratamentos de consultório como também pode se desdobrar ao sentido psíquico do mundo, à clínica extensa e ao estudo da psique cultural.

Naffah Neto (2006) pormenoriza ainda mais essa classificação acrescentando o termo “pesquisa investigação” como a espécie de pesquisa mais ampla do que a pesquisa-escuta²². Ele escreve:

[...] implica o desejo do pesquisador e pressupõe esquadramento do campo de conhecimento, formulação e seleção de problemas teórico-metodológicos, bem como a sua investigação rigorosamente planejada, tarefas que, no todo, extrapolam o mero relato escrito da pesquisa-escuta. Como salienta Luís Claudio Figueiredo, ela surge sempre a partir de uma demanda do objeto de investigação mobilizadora do desejo do investigador (NAFFAH NETO, 2006, p.281).

Bleger (1963) assinala que os fenômenos humanos, em especial as condutas, devem ser objeto de estudo da ciência psicológica, pois são dotadas de sentido emocional. A via de expressão desta conduta pode se manifestar separadamente no corpo, na mente e na atuação no mundo, ou de forma conjunta, com um predomínio de uma destas áreas sobre as outras. Aiello-Vaisberg, Machado e Ambrósio (2004) em concordância com a posição blegeriana acrescentam que as manifestações dotadas de

²² A pesquisa-escuta é destacada por Naffah Neto (2006) como a pesquisa clínica na qual contam com a atenção flutuante do analista e as associações livres do paciente, e também inclui a possibilidade de análise de alguma biografia ou obras de arte. Segundo o autor é “se deixar impregnar pelo outro, tanto corporal quanto espiritualmente, para depois destilar das marcas desse encontro os ingredientes necessários à formulação do conhecimento buscado” (p.281).

sentido fazem parte do acontecer humano, sendo a psicanálise o método comprometido a incluir toda a variedade de condutas, respeitando a alteridade.

A fim de desvendar o significado e sentido de condutas que permanecem inconscientes se faz necessário a “aplicação do método psicanalítico ao estudo psicológico da conduta” por meio das mais diferentes técnicas, pautando-se nos objetivos pelos quais a investigação/intervenção se dará (AIELLO-VAISBERG; MACHADO, 2000, p.31).

Nas palavras de Aiello-Vaisberg (2004) a conduta está relacionada ao acontecer humano, que nada mais é do que a experiência dramática dotada de sentidos múltiplos, que nem sempre são conhecidos e conscientes.

A conduta humana pode ser abordada nos âmbitos individual e coletivo, estando sempre vinculada às experiências pessoais, e ao contexto histórico, social, e político em que ocorrem. Ao examinar as contribuições de Bleger (1963) sobre os campos de conduta encontra-se a noção de campo psicológico não consciente, que se constitui na vivência, é representativo dos fenômenos individuais e coletivos.

À luz dos preceitos supracitados justifica-se a possibilidade da análise dos campos psicológicos enquanto método e a opção por ele se referenda à medida em que se vincula ao campo inter-humano como o espaço privilegiado do acontecer clínico-investigativo.

5.2 Participantes

Foram convidadas a participar do estudo, todas as mães sociais contratadas pelo Lar W na época da coleta de dados. Das seis mães integrantes da equipe, cinco participaram do trabalho, uma não estava presente por estar gozando da folga semanal.

5.3 Instrumentos de pesquisa

Respaldo no método psicanalítico, optou-se pelo uso de um instrumento que pudesse facilitar a livre expressão das participantes, a fim de captar o imaginário

coletivo do grupo de mães sociais do Lar W, como imaginam e comunicam a experiência de maternagem que oferecem aos abrigados. Para alcançar esse objetivo foram escolhidos três instrumentos: o Procedimento Desenho-Estória com Tema (PDE-T); um questionário fechado para obter dados pessoais das participantes (ANEXO 4) e uma Entrevista Terapêutica Grupal para a Abordagem da Pessoaalidade Coletiva.

O instrumento utilizado para captação do imaginário coletivo foi o Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema²³ – PDE-T – de Aiello-Vaisberg (1999), que adaptou o procedimento Desenho-Estória de Trinca (1972) antes usado para fins de investigação clínica da personalidade.

A adaptação de Aiello-Vaisberg (1999) do procedimento auxilia na identificação do imaginário por meio da transicionalidade²⁴ ao passo que se mostra hábil ao permitir a expressão emocional de forma lúdica, mobilizando poucas defesas. No momento da análise destes imaginários foram levantados os campos psicológicos não conscientes (advindos do conteúdo das histórias e desenhos) dos comportamentos ocorrentes na intersubjetividade, os quais influenciam e direcionam as práticas coletivas e individuais (AIELLO-VAISBERG; AMBROSIO, 2006). Buscou-se identificar as concepções coletivas das mães sociais da Casa-Lar W a respeito da maternagem natural e institucional, para que, então, pudessem ser analisadas as possíveis implicações destas crenças, pensamentos, sentimentos e experiências das cuidadoras no desempenho da função profissional.

Pede-se às participantes que desenhem em uma folha sulfite de acordo uma temática – escolhida segundo o objetivo de pesquisa – e posteriormente solicita-se o desenvolvimento de uma história sobre o desenho que realizaram no verso desta folha. O pesquisador pode também oferecer aos participantes lápis de diversas cores para que usem ao desenhar. A utilização do material e a execução do desenho e história poderão ser desempenhadas livremente pelos sujeitos – eles podem optar por não usar os lápis coloridos, só desenhar ou apenas produzir a história. É importante destacar que, apesar

²³ O termo “estória” foi largamente utilizado para diferenciar a narrativa ficcional, dos acontecimentos reais ocorridos em período anterior descritos pela ciência da História (HOUAISS; VILLAR, 2004). Devido a inevitável porosidade das fronteiras entre o que é história real (história) e história inventada(estória), o uso desta última expressão foi abandonado. Conservou-se, entretanto, no Procedimento a grafia adotada originalmente por Trinca em 1972.

²⁴ Abram (2000) descreve o conceito winnicottiano de fenômeno transicional como uma dimensão do viver situada no espaço entre a realidade interna e externa. Os processos infantis de definição entre o eu e não-eu, a superação do estágio da dependência absoluta para o ingresso no período de dependência relativa, são intermediados pelos objetos transicionais. Além disso, essa passagem leva o sujeito ao uso da ilusão, ao uso dos símbolos e ao uso dos objetos e consequente conquista da realidade externa, compartilhada. Safra (2005) menciona que a transicionalidade está situada entre a experiência de ilusão e o uso dos objetos culturais.

da realização do Procedimento ter sido individual, a análise foi do conjunto das produções de todas as participantes do estudo, a fim de apreender as associações do psiquismo grupal. No presente trabalho foi solicitada a realização de dois PDE-T. O primeiro requereu o seguinte: “Desenhe e escreva uma história sobre uma criança sendo cuidada por seus pais”. O segundo propôs: “Desenhe e escreva uma história de uma criança sendo cuidada pela mãe social.”

O PDE-T foi o recurso escolhido para obtenção de dados sobre o imaginário por permitir que as mães sociais expressem sentimentos e lembranças que possivelmente experienciaram enquanto filhas ou enquanto mães naturais e/ou institucionais. Na perspectiva de Barreto e Aiello-Vaisberg (2010) o PDE-T, respaldado pelo método psicanalítico, permite a abordagem do imaginário coletivo de forma profilática e terapêutica, graças a seu aspecto lúdico e a possibilidade de encontro intersubjetivo transformador .

É necessário salientar, que os procedimentos não foram utilizados como testes projetivos no intento de captar conteúdos psíquicos em que o sujeito estaria projetando no outro como estratégia de defesa (AIELLO-VAISBERG, 2004). O instrumento funcionou de forma apresentativa-expressiva, no qual o terapeuta-pesquisador propôs a realização do PDE-T a cada participante, e por meio da expressão singular de cada indivíduo, foi possível verificar o surgimento de concepções comuns – o imaginário coletivo – deste determinado grupo social situado em determinado contexto histórico, social e cultural (RIBEIRO, 2008). O procedimento também atuou como mediador dialógico²⁵ em enquadre transicional que detém aspectos lúdicos, tal como Winnicott (1971) preconizou sobre o brincar (AIELLO-VAISBERG; RIBEIRO; TACHIBANA, 2008). O mediador aqui empregado se fez importante como recurso facilitador da comunicação e da expressão subjetiva e também das transformações elaborativas não conscientes relacionadas ao imaginário coletivo.

Logo após a realização das produções, ofertou-se um espaço de conversa para que as participantes pudessem discutir coletivamente questões evocadas pelos Desenhos-Estórias.

²⁵ Medeiros (2003) explica que os mediadores dialógicos são fenômenos que ocorrem no contexto terapêutico que têm por intuito facilitar a comunicação entre paciente e terapeuta de forma a propiciar “uma materialidade no encontro psicoterapêutico” diversa da possibilitada pela intervenção verbal.

Nomeado por Aiello-Vaisberg “Entrevista terapêutica individual ou grupal para abordagem da personalidade coletiva”²⁶, este momento tem por intuito funcionar como mediador dialógico, no favorecimento da expressão emocional dos sujeitos e do contato destes com questões individuais evocadas pelo uso do PDE-T, fornecendo acolhimento e suporte necessários para trabalhar estes conteúdos e possibilitar aos participantes, que assumam uma postura integrada diante dos temas surgidos (RIBEIRO, TACHIBANA, AIELLO-VAISBERG, 2008).

Camps (2003) e Tachibana (2011) relembram que no contexto de pesquisa, especialmente ao fazer uso destes instrumentos, é necessário que o pesquisador-psicólogo estabeleça um ambiente suficientemente bom, a fim de possibilitar a aproximação dos participantes, de forma tranquila, aos temas que despertarão conteúdos emocionais, tal como uma mãe suficientemente boa oferece a seu bebê, de acordo com os pressupostos winnicottianos (WINNICOTT, 1971a/1984).

O enquadre diferenciado dos procedimentos apresentativos-expressivos²⁷ é inspirado nas consultas terapêuticas de Winnicott, que brincava com os pacientes num jogo denominado Jogo do Rabisco, oferecendo a eles um espaço lúdico e a possibilidade de uma comunicação emocional profunda, permitindo aflorar nos envolvidos a espontaneidade e criatividade (RIBEIRO; TACHIBANA; AIELLO-VAISBERG, 2008).

Fulgêncio (2011) ressalta que a vivência de novas experiências inter-humanas, fornece ao indivíduo a possibilidade de integração do *self* como uma pessoa total, integrada. Deste modo as mães sociais, no momento da realização do PDE-T e da entrevista terapêutica grupal, ao se depararem com suas concepções, fantasias e defesas sobre o desempenho de sua função, podem ressignificar o modo como enxergam suas práticas e discursos perante os institucionalizados, e experimentar a integração de conteúdos nunca antes explorados com tal finalidade terapêutica.

Há uma gama considerável de trabalhos que utiliza este procedimento como método de investigação válido para captação de campos psicológicos inconscientes. Dentre estes estão os trabalhos de Gonçalves (2008); Barreto, Nunes, Miranda, Teixeira,

²⁶ Anteriormente nomeada “consulta terapêutica coletiva” (AIELLO-VAISBERG, 1995) teve sua terminologia modificada para “entrevista individual ou grupal para a abordagem da personalidade coletiva” no intuito de contemplar a utilização da técnica em pesquisa científica sem demanda clínica espontânea por parte dos participantes.

²⁷ Tanto os Procedimentos Desenho-Estória com Tema, quanto a Entrevista Terapêutica Grupal para Abordagem da Personalidade Coletiva são procedimentos apresentativos-expressivos.

Jardim (2009); Russo (2008); Martins e Aiello-Vaisberg (2009) e Peres, Milaré, Oliveira (2006).

De posse dos PDE-T e dos dados recolhidos na Entrevista, a pesquisadora elaborou uma narrativa interativa do acontecer clínico. Para realizar tal tarefa, apresentou-se o material colhido nos Procedimentos Desenho-Estória com Tema e na Entrevista terapêutica grupal ao orientador responsável e a outra psicóloga-pesquisadora, a fim de, propiciar novas reflexões e sentidos aos conteúdos surgidos no encontro.

As narrativas interativas expostas no próximo capítulo se pautaram nos pressupostos da psicologia, da psicanálise e, sobretudo, nas contribuições winnicottianas. O propósito do narrar neste contexto de pesquisa se concentrou em relatar a experiência vivenciada no acontecer clínico com as cuidadoras, incluindo a análise psicanalítica dos Desenhos-Estórias, bem como os assuntos, diálogos, impressões e sentimentos das partes em relação ao encontro (AIELLO-VAISBERG, MACHADO; AMBROSIO, 2003).

No que diz respeito às narrativas, a psicanálise sempre se serviu delas como recurso que viabiliza a expressão dramática humana no *setting* analítico. Observa-se o uso do narrar para transmitir às comunidades científicas as experiências clínicas (GRANATO; CORBETT; AIELLO-VAISBERG, 2011).

Para Ferreira “as narrativas são, pois, composições partilhadas, criação/encontro de sentidos que podem configurar-se como campo psicológico não consciente, campo este, fundamentalmente vivencial” (2004, p. 89).

A denominação “narrativas interativas” foi tecida por Granato, Corbett e Aiello-Vaisberg (2011) para designar o narrar como proposta metodológica que visa comunicar a experiência emocional, privilegiando a interlocução entre pesquisador e sujeito na produção de um conhecimento baseado na dramática humana. Pode-se afirmar, enfim, que em consonância com os conceitos apresentados, optou-se pelo uso do termo “narrativas interativas” neste estudo como uma ferramenta útil para apreensão do acontecer humano com a participação do pesquisador e até mesmo dos leitores, na captação e elaboração de outros sentidos aos conteúdos surgidos.

A narrativa, portanto é um método coerente com a psicanálise, pois expõe o acontecer clínico do encontro inter-humano por meio da reflexão, da vivência e do sentir do pesquisador obedecendo regimento aos pressupostos da ética (AIELLO-

VAISBERG; GRANATO, 2004). Na perspectiva de Ribeiro “o narrador é a pessoa que se coloca, com sua capacidade de sentir o encontro e o descreve através de seu olhar” (2008, p. 80).

Ao conceber este estudo dentro da perspectiva metodológica psicanalítica é imprescindível considerar que tal modelo leva em conta o psiquismo do pesquisador ao estudar os fenômenos psíquicos, conforme Safra (1994). Tal fato se mostra compatível com o posicionamento perante às produções dos sujeitos e com o uso de associações livres e de narrativas do procedimento de coleta de dados, para posterior análise.

A atenção flutuante esteve presente em todo o processo, desde a coleta de dados até à análise do material produzido, e graças a esta postura, foi possível ser atravessado e se deixar impressionar pelo conteúdo emocional expresso nos Desenhos-Estórias (AIELLO-VAISBERG, 1999a; AIELLO-VAISBERG; MACHADO, 2005).

É importante ressaltar que embora a personalidade dos pesquisadores esteja inevitavelmente presente nas análises psicanalíticas, há também a influência de determinantes mais abrangentes sobre a subjetividade humana, tal como as sociais, políticas e históricas. Bleger (1963) destaca que os conteúdos simbólicos das subjetividades grupais são unitários em seu cerne, mas plurais, no tocante às áreas de expressão. Pautando-se nas afirmações supracitadas, buscou-se, de acordo com Tachibana (2006), o entendimento da conduta do indivíduo para se chegar à compreensão da conduta social do grupo no qual este está inserido, servindo-se dos argumentos teóricos supracitados comprovadamente validados na comunidade científica.

Todo o material resultante da pesquisa foi, portanto, analisado pelo referencial psicanalítico para obtenção dos campos psicológicos inconscientes, nos quais o imaginário coletivo é organizado. A teoria dos campos visa investigar o inconsciente a partir de organizadores lógico-emocionais do imaginário coletivo. Se cabe à Psicanálise interpretar o conteúdo inconsciente das condutas humanas, toda relação, toda representação e toda conduta humana admite portanto, um campo (BLEGER, 1963).

Outro instrumento utilizado neste trabalho é o questionário estruturado, a fim de coletar dados pessoais das participantes. Neste estudo as questões contempladas foram as seguintes: idade, tempo de trabalho como mãe social, e se a profissional tem ou não filhos.

Para Gil (1999) o questionário é como um diálogo assimétrico, no qual uma das partes procura coletar dados e a outra se coloca como fornecedora de informação. Na definição de Fontana; Frey (2000), as questões neste tipo de entrevista obedecem a uma sequência pré-planejada de questões com possibilidades limitadas de resposta a fim de uniformizar os procedimentos para os entrevistados e entrevistadores.

Bardin (1977) e Smith (2000) apontam que a entrevista estruturada pode se apoiar tanto em um roteiro fixo com perguntas objetivas que possibilitem respostas amplas para que seu conteúdo seja analisado quantitativamente, como em um questionário com alternativas de múltipla escolha.

A seguir, serão apresentadas as narrativas sobre cada participante e os campos de sentido que perfazem o imaginário coletivo.

6 RESULTADOS: O ACONTECER CLÍNICO

6.1 Narrativas interativas sobre o uso do procedimento Desenho-Estória com Tema realizado pelas mães sociais

Mediante aprovação do Comitê de Ética, iniciou-se o contato com a instituição W. Após a assinatura do pedido de autorização para a realização da pesquisa junto à diretora e ao presidente do local, foi solicitada a participação das cinco mães sociais contratadas na época. Com a concordância voluntária de todas as profissionais foram esclarecidos os objetivos e procedimentos da pesquisa, e a preservação do sigilo ético em relação às suas identidades e à da instituição envolvida em acordo com Resolução nº 0169/96 do Ministério da Saúde, junto ao Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. As participantes foram convidadas a assinar, após lê-lo, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO 5).

Neste capítulo serão apresentados os resultados do Procedimento Desenho-Estória com Tema (PDE-T) de todas as mães sociais. Primeiramente, serão expostas as narrativas interativas relativas a cada participante, e ao final, haverá três sínteses: uma relativa aos resultados do primeiro tema, outra que expõe as considerações do segundo tema, e a terceira, que apresentará os assuntos que apareceram na intersecção do primeiro e do segundo temas.

A primeira proposta de Desenho-Estória sugeriu o seguinte tema: “Desenhe e conte uma estória sobre uma criança sendo cuidada por seus pais”. Terminada esta etapa solicitou-se a realização de um segundo procedimento com o assunto: “Desenhe e conte uma estória sobre uma criança sendo cuidada por uma mãe social”.

Antes de expor as narrativas e discussões confeccionadas a partir deste instrumento, se faz necessário, apresentar a caracterização das participantes. Os dados pessoais questionados estão elencados a seguir.

Tabela 3. Dados pessoais e profissionais das participantes

Nome fictício da participante	Idade	Tempo de trabalho como mãe social	Filhos próprios	Faixa etária dos abrigados com quem trabalha
Ana	36	3 meses	Sim	Adolescente
Beatriz	22	1 ano e 6 meses	Não	Criança até 12 anos
Cláudia	39	3 meses	Sim	Adolescente
Dayane	21	3 meses	Não	Criança até 12 anos
Elisa	31	8 anos	Não	Criança até 12 anos

6.1.1 Ana

Ana aos 36 anos tem filhos próprios²⁸, e trabalha há três meses como mãe social na Casa-Lar W. Em seu primeiro desenho (apresentado na página 74) retrata quatro cabeças sem corpo, de um lado estão os três filhos, no canto oposto, Ana. Das figuras desenhadas com lápis preto saem flechas que apontam para um coração vermelho no centro, com as seguintes palavras em seu interior “respeito, dedicação e carinho” escritas com caneta azul.

A história²⁹ escrita pela participante foi a seguinte:

“Cuidar com muito carinho e respeito e dedicação; e ensinando as coisas da vida de maneira correta. Porque tudo na vida, precisa desses quatro itens mais importante no meu ver. Como eu disse não consigo me expressar em palavras, mas colocando em prática”.

A dificuldade de Ana para se expressar em palavras é evidenciada de antemão na história, entretanto, há no desenho³⁰ alguns indícios de que ela também encontra empecilhos no desenhar.

²⁸ O termo “filhos próprios” é usado para denominar os filhos que as participantes geraram ou adotaram e fazem parte de sua constelação familiar. A palavra é usada para diferenciar estes dos “filhos” que moram na instituição de acolhimento.

²⁹ As histórias foram transcritas *ipsis litteris* do original

³⁰ Embora não esteja entre os objetivos do trabalho direcionar o foco para os aspectos formais do desenho, as análises mais pormenorizadas das gravuras de algumas participantes foram essenciais, dado à precariedade ou ausência significativa de elementos importantes que comumente deveriam aparecer de acordo com grupo etário, sexo, fase evolutiva e grupo sociocultural em acordo com o preconizado por Van Kolck (1984).

Sujeito A Idade: 36 Tempo de Trabalho como mãe social: 03 meses
 Tem Filhos?: Sim

Cuidar com muito carinho e respeito, amor
 dedicação; e ensinando as coisas da
 vida de maneira correta.



Pa que tuco na vida, precisa desses
⁰⁴
~~dois~~ itens mais importante. ~~no meu ver;~~
 Como eu disse não consigo me expressar
 em palavras, mas colocando em prática

A falta de corpo das figuras humanas que estão soltas no ar, centradas no meio da folha e da estória, sem nenhum outro elemento no entorno, e a necessidade do uso de

palavras para ilustrar o que está se passando no desenho, demonstram a precariedade da expressão lúdica da mãe social frente a este assunto³¹. Para Van Kolck (1984) a cabeça é o centro onde se localiza o próprio eu, é a parte do corpo mais exposta, e se relacionam ao poder intelectual, domínio social e manejo dos impulsos. Quando é apresentada com ênfase pode remeter a uma confiança exacerbada nas funções social, ideacional e de controle.

Outra observação relevante sobre a expressão gráfica da participante se refere à omissão no desenho de uma das palavras citadas no relato, consideradas importantes pela participante, no exercício da maternagem. O termo “amor”, não apareceu dentro do coração, o que pode sugerir a dificuldade que a própria cuidadora citou em demonstrar esse sentimento à sua família. É por meio de atos, colocados “em prática” todos os dias que ela encontra o seu modo de expor seu comprometimento e dedicação aos filhos.

A disposição do desenho – uma figura feminina de um lado, e outras três do lado oposto – parece indicar uma hierarquia familiar com papéis bem definidos. De um lado está ela, oferecendo sentimentos maternos, transmitindo valores corretos e limites, e de outro, se encontram os filhos, recebendo os ensinamentos e sentimentos dirigidos a eles.

Winnicott (1958/1990) acredita que a construção da moralidade e dos valores éticos se desenvolvem naturalmente se houver um ambiente bom e pessoal, que permita ao indivíduo alcançar o estágio do concernimento, no qual é capaz de sentir culpa e tentar reparar o objeto destruído.

Para o autor, a evolução do superego está ligada à estabilidade e confiabilidade do cuidado entre mãe e filho. Um padrão de cuidado vai se formando com a constância no oferecimento destes dois pressupostos, e a partir deste fato começa a se estabelecer uma crença na estabilidade. Este processo tem início desde o nascimento e é baseado no amor e na bondade e não surge em decorrência de um superego cruel e implacável, tal como Freud preconizou (WINNICOTT, 1963/1990).

As palavras de Ana parecem corresponder ao processo descrito acima. Sua história demonstra a crença de que os valores positivos e corretos são incorporados pelas crianças graças a um cuidado carinhoso, respeitoso e dedicado.

³¹ As narrativas psicanalíticas dos PDE-T aqui apresentadas se detiveram em construir hipóteses a partir da análise do discurso escrito e gráfico das participantes, tal como foi realizado em outros trabalhos com este mesmo instrumento, citados na metodologia. Por não se tratar de um estudo de caso clínico, não estiveram dentre os objetivos do estudo determinar diagnósticos ou colher dados detalhados da vida de cada participante. O foco das discussões se concentrou em levantar conjecturas e discutir as possíveis consequências de ser cuidado por cada uma destas mães, e problematizar os efeitos das crenças do imaginário coletivo nas práticas cotidianas destas profissionais.

A omissão da figura paterna tanto no desenho quanto na estória, sugere que o cuidado e educação dos filhos estão sob o domínio materno, seja por considerar a mãe como principal figura de cuidado, seja por não ter com quem dividir esta responsabilidade. Em consonância com esse conjunto de ideias nomeou-se o campo do imaginário “Família tradicional contemporânea”. Apesar da mulher ter sido desde a Pré-História a principal responsável pela manutenção da sobrevivência da prole, foi apenas no século XVIII que o amor materno foi exaltado como um valor desejável (BADINTER, 1985). A partir deste momento, a mãe passou a se dedicar ao cuidado e educação de seus filhos. Ao que tudo indica, além de Ana desempenhar os papéis historicamente cabíveis à mãe, também parece cumprir tarefas esperadas da figura paterna, tal como a função de autoridade e estabelecimento da lei e da ordem, segundo a proposição de Winnicott (1945/1982). Devido às demandas da pós-modernidade, a divisão de tarefas, antes muito bem definidas, passa a seguir outra lógica na qual pode haver um acúmulo de funções para um dos pais devido à ausência de um cônjuge, ou uma distribuição mais igualitária na qual cabe ao casal em conjunto, trabalhar e cuidar dos filhos. Apesar desta visível mudança na dinâmica familiar verificada na contemporaneidade, ainda persiste na concepção popular a ideia de que há funções parentais que são exercidas de maneira mais adequada pela mãe tal como cuidar da alimentação, higiene e tarefas escolares dos filhos (WAGNER et al. 2005).

Diante do segundo tema (apresentado na página 77), a participante retratou figuras humanas completas com cabeça, tronco, pernas e braços. Os desenhos, todos em lápis preto, abordam situações cotidianas de cuidado da mãe social para com os habitantes da Casa-Lar. As situações retratadas no desenho são: preparar e dar comida às crianças, dar banho, vesti-las e conversar com elas.

Na história ela escreve:

“Eu acho que o serviço de uma mãe social é quase como se fosse o papel da mãe em sua casa, tem que colocar limites, se dedicar, ter carinho com eles e com as coisas que está fazendo, encaminhar eles (as crianças ou adolescentes) para a vida, de maneira correta e digna. De um modo geral ser uma mãe: única diferença é que não são filhos biológicos, mais sim filhos “imprestados” por um tempo para nós cuidarmos. Muitas vezes é difícil; o temperamento de uma criança ou outra é diferente e muitas vezes tem alguns conflitos”.

Sujeto A :

Idade : 36

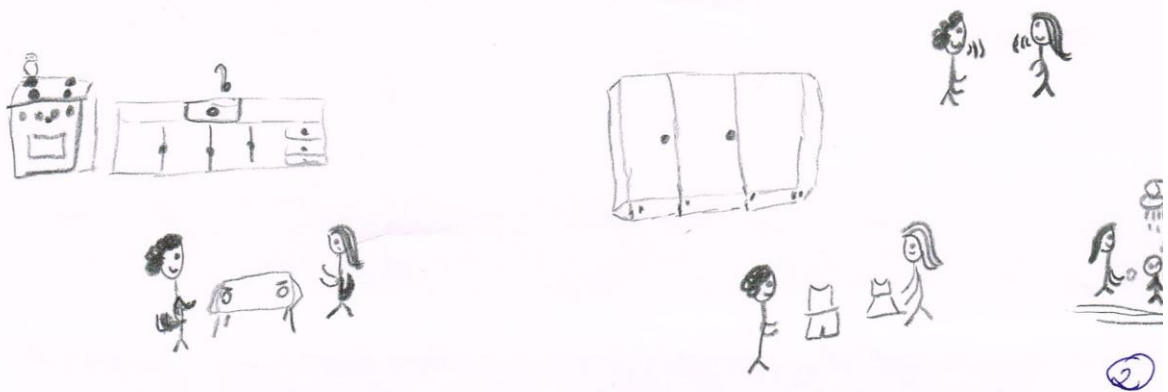
Tempo de Trabalho como mãe social : 03 meses

Tem Filhos? Sim

Dificuldades da mãe social

Eu acho que o serviço de uma mãe social, é ~~base~~ ^{quase} como se fosse o papel da mãe em sua casa, tem que ~~colocar~~ colocar limites, se dedicar, ter cuidado com eles e com as coisas que está fazendo, encaminhar eles (as crianças ou adolescentes) para a vida, de maneira correta e digna.

De um modo geral ser uma mãe é única diferença é que não são filhos biológicos, mais sim filhos "impostados" por um tempo para nos cuidar-mos. Muitas vezes é difícil; o temperamento de uma criança e outra é diferente e muitas vezes tem alguns conflitos.



Neste PDE-T Ana conseguiu se expressar com maior facilidade. Ela fez gravuras de figuras humanas completas, e expôs com clareza as situações que vivencia na Casa-

Lar sem utilizar nenhuma palavra dentro do desenho para explicar do que a gravura tratava. A história descreveu com maior riqueza de detalhes as implicações envolvidas no desempenho do emprego. Dentre as principais atribuições do trabalho consideradas importantes por Ana estão três funções descritas por Winnicott como as de uma mãe suficientemente boa. São elas: o *holding*, *handling* e *apresentação dos objetos* (WINNICOTT, 1949/1996).

O campo do imaginário que reflete estas tarefas maternas foi nomeado “Cuidado suficientemente bom”. De acordo com a perspectiva desta participante, a lida cotidiana com os filhos (tanto os naturais quanto os institucionais) além de envolver aspectos do cuidado físico deve incluir também afeto, dedicação e imposição de limites.

O subcampo que se desdobra do discurso da cuidadora é “Mãe social suficientemente boa”. A participante acredita que para cumprir sua função profissional de maneira adequada ela deve proporcionar aos institucionalizados os mesmos cuidados que uma mãe atenta e sensível oferece aos próprios filhos.

A similaridade entre o papel da mãe social e o da mãe com seus próprios filhos é outro aspecto relevante ressaltado no discurso escrito. O campo da “Mãe adotiva” evidencia a concepção de que é necessário que a profissional considere os institucionalizados como filhos adotivos. Este pensamento pode se tornar a situação de abrigo ainda mais sofrida devido à rotatividade de cuidadoras, limitações do cargo, e o caráter provisório da institucionalização. A falsa ilusão de que as mães sociais podem representar de fato o papel de substituta materna, não se sustenta quando as profissionais tiram folga, deixam o cargo e não podem levar consigo os “filhos institucionais”. Outra questão complexa neste contexto diz respeito à rivalidade, muitas vezes inconsciente, entre cuidadoras e família natural, o que acaba dificultando a relação entre pais e filhos durante a institucionalização e no momento de reintegração à família de origem. A frustração das mães sociais em dividir a autoridade e o amor com os pais naturais que ainda são presentes na vida dos filhos foi encontrada no relato das mães sociais pernambucanas estudadas por Teixeira (2009).

Apesar do conhecimento da participante de que os abrigados são “filhos emprestados por um tempo para que elas possam cuidar” a possibilidade de separação implica em sofrimento para ambas as partes. O caráter transitório da institucionalização pode produzir em algumas cuidadoras a necessidade de se afastar emocionalmente, no intuito de se defender contra angústia de uma iminente separação. Este parece ser o caso

de Ana ao descrever seu trabalho com os habitantes da Casa-Lar, pois, utilizou as mesmas palavras citadas no primeiro procedimento (carinho, dedicação e ensinamento de bons valores) exceto o termo “amor” que foi novamente excluído de seu relato. A tarefa de “ser efetivamente uma mãe suficientemente boa” neste local, torna-se muito complicada diante das variáveis apresentadas acima, sobretudo no caso de Ana, que trabalha com adolescentes e tem um tempo de convívio ainda mais breve, em comparação com as colegas que cuidam de crianças menores.

O estabelecimento de limites foi outro assunto importante no relato de Ana. Os problemas de relacionamento entre mães sociais e residentes da Casa-Lar aparecem no relato escrito da participante, e a ênfase desta dificuldade recai sobre o temperamento difícil de alguns moradores da instituição. O surgimento destas questões apenas no segundo procedimento pode indicar a crença de que os problemas de relacionamento entre cuidadoras e cuidados ocorrem com maior frequência nas Casas-Lares do que em famílias comuns, causadas pelas situações de sofrimento vivenciadas pelos indivíduos encaminhados a abrigos. Nomeou-se este campo do imaginário de “Criança institucionalizada é criança problema”. Embora não seja unânime entre as cuidadoras, algumas delas acreditam que os comportamentos “inadequados” de crianças e adolescentes surgem necessariamente em função do sofrimento familiar anterior e à mudança de ambiente provocada pela institucionalização. Fatores como estes não devem ser desconsiderados como “causadores” de atitudes de rebeldia e agressividade, porém, é imprescindível lembrar que estas atitudes também ocorrem em bons lares. Na perspectiva winnicottiana (WINNICOTT, 1946b/2002) os chamados “atos antissociais” ocorrem devido à perda de provisão ambiental anterior, e devem ser entendidos como um movimento esperançoso que busca reaver o bom ambiente perdido. O autor ressalta que diante deste movimento inicial de retomada, é necessário oferecer à criança ou adolescente um círculo de amor e vigor, com certa tolerância para que não experimente um temor exacerbado quanto a seus próprios sentimentos e fantasias e tenha a possibilidade de prosseguir sem grandes problemas, com seu desenvolvimento emocional. Se houver a oposição do meio apenas com atitude pedagógica, a criança ou adolescente privado se coloca do lado oposto de quem impõe a educação moral. Como decorrente desta situação, pode vir a ocorrer uma falsa socialização e obediência, e como consequência deste fato, o processo de ataque-culpa-reparação será interrompido, impedindo que o indivíduo se torne capaz de assumir a responsabilidade

por seus impulsos destrutivos. Na tentativa de buscar o alívio destes impulsos não integrados, há uma chance de ter como resultado uma depressão, ou um redirecionamento da destrutividade para outro lugar, por meio da projeção (WINNICOTT, 1960/1999).

Nas palavras de Bleger (1992) e Chrispino (2007) situações de conflito são inevitáveis e mesmo indispensáveis para o desenvolvimento humano, ora funcionando como delimitador, ora como possibilidade de desenvolvimento. O temperamento “difícil” de alguns institucionalizados pode se justificar por aquilo que Rizzini (1995) considera como dificuldade para construir vínculos significativos. Isto se dá em parte pela alta rotatividade de cuidadores e por outro lado, devido à esperança persistente de sair da Casa-Lar e integrar uma família estruturada e amorosa.

Pelo que se pode observar no discurso de Ana, os três aspectos esperados na mãe suficientemente boa aparecem na lida com os filhos naturais: o *holding*, o *handling* e a *apresentação dos objetos*. No PDE-T que se refere aos institucionalizados surgem com maior ênfase aspectos de *handling* e uma *apresentação dos objetos*, situação que parece demonstrar que a sustentação afetiva, tão essencial para o indivíduo em desenvolvimento, fica em segundo plano na relação com os abrigados.

Winnicott (1955/1997) ao escrever sobre famílias adotivas afirmou que é possível que uma pessoa ao se preparar para receber uma criança, possa atingir um estado de sensibilidade, tal como a da mulher grávida e desenvolver algo semelhante à preocupação materna primária. Este não parece ser o caso de Ana em relação aos “filhos institucionais” ao passo que o pressuposto essencial para alguém neste estado é que vá ao encontro também das necessidades afetivas e não somente das físicas, para proporcionar um ambiente acolhedor e confiável a quem está sob seus cuidados.

6.1.2 Beatriz

Beatriz tem 22 anos, não tem filhos próprios e trabalha como mãe social há um ano e seis meses na Casa-Lar W. Diante do primeiro tema proposto (apresentado na página 81), ela desenha com muitas cores uma casa, e uma família composta por pai, mãe e três filhos. Há duas crianças brincando felizes no balanço fora da casa enquanto o pai entrega a mamadeira à mãe que segura o bebê no colo.

Sujeito B Idade: 22 Tempo de trabalho como mãe social: 1 ano 6 meses
Tem filhos? não.

Tema: Desenhe uma criança sendo cuidada pelos
seus pais



Esse tema uma criança sendo cuidada pelos seus pais,
hoje que tão importante em nossa sociedade.
O cuidado que devemos ter com nossos filhos,
desde pequenos devemos cuidar e cuidar pela
criança, cuidar significa ter carinho, afeto, atenção
no que as criança está fazendo no que ela necessita
sem dizer não quando é preciso, e principalmente
sem excluir nossos filhos e dar conselhos na hora
que ele precisa, tudo isso é ter cuidado pela
criança.

A partir do desenho pode-se inferir que prevalece para Beatriz, a visão de família com uma configuração tradicional (pai, mãe e filhos) e idealizada, na qual todos os seus membros são felizes. A presença de pessoas sorridentes, uma casa, flores e um balanço, reforça a ideia de lar, aconchego e felicidade. Segundo Ponce e Ribeiro (2010) há um persistente imaginário social de que a maioria das crianças cuidadas por famílias “completas” (compostas de pai e uma mãe) integram famílias felizes.

O campo do imaginário que representa a ideia transmitida pela participante recebeu o nome de “Família natural e/ou biológica é sinônimo de família feliz”.

A história contada por ela foi:

“Esse tema uma criança sendo cuidado pelos seus pais, hoje é tão importante em nossa sociedade. O cuidado que devemos ter com nossos filhos desde pequenos devemos cuidar e zelar pela criança, cuidar significa ter carinho, afeto atenção no que a criança está fazendo, no que ela necessita, saber dizer não quando é preciso, e principalmente saber escutar nossos filhos e dar conselho na hora que ele precisa. Tudo isso é ter cuidado pela criança”

Beatriz inicia seu relato sobre o cuidado infantil pela família natural utilizando-se do que as autoras supracitadas (PONCE; RIBEIRO, 2010) denominam “teoria popular”. Trata-se da difusão na mídia de teorias médicas e psicológicas que acabam sendo incorporadas ao senso comum como um saber importante.

A cuidadora considera imprescindível que os pais promovam às crianças um cuidado suficientemente bom com o oferecimento de aspectos de *holding*, e de *apresentação dos objetos* do mundo em pequenas doses, tão importantes para o amadurecimento emocional de qualquer pessoa. Apesar de apresentar um imaginário social de família idealizada, Beatriz descreve os cuidados familiares necessários para que o indivíduo possa alcançar o estágio do concernimento, segundo o preconizado por Winnicott (1963[1962]/1990). Assim como Ana, Beatriz apresenta em seu discurso gráfico e escrito elementos que remetem ao campo do imaginário “Cuidado suficientemente bom”.

Diante da segunda proposta de PDE-T (apresentado na página 83) Beatriz fez um desenho colorido que retrata os cuidados de *handling* da mãe social para com uma criança. Ela esboçou duas situações: a hora do banho e o momento da refeição. Esse tipo de cuidado, bem como o de *holding*, também estão presentes na segunda estória.

sujeito B

Idade: 22

Tempo de Trabalho como mãe social: 1 ano 6 meses

Tem Filhos? não

○ Cuidado que a mãe social tem pela criança.

Ola, eu não tenho filhos mas o cuidado que eu tenho pelas essas crianças, e o mesmo se eu tivesse um filho.

Cuido em várias formas.

Cuidado na tarefa dos brincar

Cuidado quando fica doente.

Cuidado diariamente, exemplo: dar banho, refeições, medicamentos a mãe social tem o mesmo papel

de uma mãe, cuidado em qual pela criança

e principalmente ser amiga quando seu filho precisa

de e o nosso papel. e cuidado que temos pelas crianças.

lofome
mãe social - cuidando de
hábito



Ela escreve:

“Olá, eu não tenho filhos mas o cuidado que tenho pela essas crianças é o mesmo se tivesse tido um filho. Cuido em várias formas. Cuidado na tarefa da escola. Cuidado quando fica doente. Cuidado diariamente, exemplo: dar banho, refeições medicações. A mãe social tem o mesmo papel de uma mãe , cuidado em geral pela criança de uma mãe, e principalmente ser amiga quando seu filho precisa, esse é nosso papel. É o cuidado que temos pela criança.”

O subcampo “Mãe social suficientemente boa” aparece também na produção desta participante, que revela que as atribuições profissionais necessárias para desempenhar a função de maneira adequada coincidem com as de uma mãe suficientemente boa no sentido winnicottiano.

Pode-se inferir pelo discurso de Beatriz que a cuidadora parece se aproximar do que Winnicott denominou “estado de preocupação materna primária”, visto que ressalta logo na primeira frase de seu relato, que apesar de não ter filhos próprios sente que oferece um cuidado aos habitantes da Casa-Lar equivalente ao que daria a um filho seu. A utilização das palavras “seu filho” e “nosso papel” reafirmam a aproximação emocional desta mãe social com seus filhos institucionais. Ao que tudo indica Beatriz parece acreditar que é necessário atuar como “Mãe adotiva” para que seu trabalho como mãe social seja desempenhado de maneira eficaz. Considerando que a participante pode se aproximar deste estado tão peculiar pode-se presumir que foi suficiente bem cuidada por sua mãe e por meio dela foi apresentada aos objetos do mundo externo em pequenas doses ao vivenciar experiências completas³², podendo “brincar de ser mãe” e lidar transicionalmente com a realidade da maternagem imposta pelo trabalho.

6.1.3 Cláudia

³² O bom ambiente, representado pelos pais, é o que possibilita ao bebê viver uma experiência com o menor número de interrupções possível. Ao observar seu bebê em meio a suas tarefas de alimentação, sono e evacuação, eles oferecem a tranquilidade para que ele possa desenvolver integralmente as mais variadas experiências. Para que este processo se desenrole adequadamente é necessário que haja um padrão no oferecimento dos cuidados para que a criança possa reconhecer como semelhante ao último que lhe foi dispensado (Winnicott, 1941/1993, p.159). O autor ao comentar sobre a importância do oferecimento da experiência completa destaca que deve-se fornecer ao bebê o “direito de concluir uma experiência que possua um valor particular para ele como uma lição dada pelo objeto”. Esta lição promove um aumento da capacidade do bebê de fazer o uso do objeto, o que significa evoluir no modo de relacionar-se com os objetos, saindo do mundo subjetivo, cruzando o espaço intermediário, até alcançar o mundo objetivamente percebido.

Sujeito C: Idade: 33 Tempo de Trabalho como Mãe Social: 3 meses.
Tem Filhos: 3



Cláudia aos 39 anos de idade tem seus próprios filhos, e trabalha há três meses como mãe social. Diante da primeira proposta ela faz um desenho colorido dividido em duas partes: a mãe com seus três filhos, e logo abaixo, está sozinha indo para o trabalho. Não há uma história propriamente dita apenas flechas que indicam os personagens e acontecimentos do desenho. Ela escreve:

“Eu Cláudia e meus três filhos Luiz, Marcos e Gustavo”³³.

Na segunda gravura Cláudia aponta:

“Eu indo para o trabalho ficar com as minhas crianças”.

No desenho da família todas as figuras são do mesmo tamanho, e estão lado a lado, ocupando um pequeno lugar na folha. A expressão do rosto dos filhos é austera, talvez triste. Logo abaixo, na segunda cena ela está sozinha e se autorretrata proporcionalmente maior do que na primeira figura bem no centro da folha. O destaque a esta cena pode indicar sua realização profissional o que está bem evidente em sua feição alegre na gravura que a representa.

Logo no primeiro tema, ela expõe a condição da “mãe que trabalha” e deixa seus filhos descontentes, para cuidar dos filhos de outras pessoas. A figura paterna não é citada pela participante nem no desenho nem na história. O campo do imaginário que traduz essa cena é o “Família tradicional contemporânea”, pois ainda nos dias atuais é responsabilidade materna promover o cuidado, educação dos filhos e para algumas famílias, é necessário que a mulher também assuma o papel de provedora financeira da família por não ter quem o faça em seu lugar. Embora se perceba a reação de tristeza no rosto dos filhos, Cláudia revela claramente a ambivalência do momento em que está atravessando: no primeiro desenho aparece triste por ainda estar vivenciando a dificuldade de se separar dos filhos naturais para trabalhar fora, e no segundo está feliz por desempenhar sua função junto a outras crianças, que considera como “dela” discurso que parece indicar que a participante precisa ser a “Mãe adotiva” dos “filhos institucionais”. O outro campo que se desdobra do PDE-T é o campo da “Idealização profissional”. A felicidade retratada por ela pode ter relação com o início do trabalho, no qual se vivencia o encantamento com o emprego e ainda não se deparou com aspectos desagradáveis da rotina de trabalho de uma mãe social. Para suportar a realidade difícil do abrigamento, a participante lança mão de um meio transicional para

³³ Os nomes foram omitidos do desenho e alterados na história a fim de proteger o sigilo e não expor a participante e sua família.

lidar com a vivência de sofrimento. Tal como a criança pequena “idealiza a mãe e a toma como objeto subjetivo”, esta cuidadora idealiza seu papel como mãe social no primeiro momento, para que consiga alcançar mais tarde, a realidade envolvida no cotidiano profissional.

Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) apontam a dificuldade das mulheres atuais que se encontram sem modelos e referenciais a seguir, para lidar com os problemas da contemporaneidade que são radicalmente distintos da geração anterior. Na perspectiva das autoras, ainda não há uma saída satisfatória que solucione a sobrecarga do acúmulo de funções da mulher profissional e mãe.

Para Azevedo e Arrais (2006) a entrada da mulher no mercado de trabalho verificada desde a Revolução Industrial, tem transformado as relações conjugais, e modificado a participação masculina nos trabalhos domésticos e na criação dos filhos. Apesar da visível contribuição dos homens neste âmbito, ainda cabe à esposa e mãe a maior parte da responsabilidade nos deveres da casa e na criação dos filhos.

Sobre a mulher moderna escrevem:

Assim, entendemos que há uma nova mulher, mas que vive sob o manto das velhas representações, pois continuamos cobrando delas o velho modelo de mãe idealizada. O problema, porém, é que as mulheres de hoje, já não são preparadas, não sabem e nem querem cuidar dos seus filhos como suas mães faziam. Elas têm outros interesses, desejos, informações, expectativas e, sobretudo, outras alternativas para se realizarem como mulher, que não estão mais restritas à maternidade. Novamente, observa-se um conflito na vivência do papel moderno de mãe, que acarreta mais dúvidas, angústias e, sobretudo em culpa, que se revelam através da (des) conhecida ambivalência materna. (AZEVEDO; ARRAIS, p.270)

Parker (1997) explica esse conflito como uma experiência materna de coexistência de dois sentimentos opostos, o amor e ódio em relação ao filho, vivenciada pela maioria das mães. A dificuldade envolvida na lida com sentimentos tão contraditórios pode resultar em uma culpa eterna e muito sofrimento para a mulher, entretanto, é uma realidade com a qual aprendem a conviver. As mudanças nas práticas socioculturais que marcaram a modernidade permitiram às mulheres, que explicitassem uma condição já existente em período anterior, mas que deveria ser reprimida a todo custo, a fim de não se desviar do ideal de “mãe sacralizada” propagado na Idade Média. Refletindo este dilema feminino surge o subcampo “Mulher trabalhadora, mãe ambivalente” que deriva do campo principal “Família tradicional contemporânea”.

Embora as exigências econômicas e sociais da contemporaneidade imponham à mulher sua inserção no mercado de trabalho, o que importa para os filhos, segundo a perspectiva de Winnicott, é a existência de um ambiente afetuoso e cuidadoso, que se esmera em proporcionar o que é necessário para que eles amadureçam emocionalmente, dentro do tempo disponível (GRANDO, KATZWINKEL, BRAZ, 2012).

No desenho da segunda proposta (apresentado na página 89), Cláudia está se encaminhando para a igreja com os residentes da Casa-Lar. Em outro quadro, ela desenha cabeças vistas pela janela da instituição religiosa e um diálogo no qual uma das crianças diz que a ama, e ela responde de dentro da igreja que ela também ama a todas as crianças. Valendo-se do mesmo modo descritivo de contar a história, a participante de modo defensivo, usa flechas para indicar os acontecimentos, o que pode sugerir a dificuldade de se apropriar transicionalmente dos PDE-T.

Ela escreve o seguinte diálogo:

- _ “Crianças vamos para a igreja hoje. – avisa a mãe social
- _ Sim tia – respondem as crianças.
- _ Tia você sabia que eu amo você? – diz um dos institucionalizados
- _ Crianças eu também amo muito vocês” – concorda a cuidadora.

A temática religiosa surgida no segundo PDE-T pode representar a maneira como enxerga sua atividade como mãe social: é mais que um trabalho remunerado, é obra de caridade, que deve ser desempenhada com amor para com os que não dispõem de outra pessoa para lhes oferecer tal sentimento.

Segundo Mollat (1989, p.39) “Entendia-se como primordial para a salvação da alma uma atitude caritativa – de piedade e compaixão – para com os pobres.” Considerando que a alma a ser salva é também culpada de algum modo (por ação ou omissão) pela falha da sociedade com os indivíduos desfavorecidos, a reparação por meio do ato caridoso pode ser entendida como um modo de fusionar os impulsos agressivos e amorosos, numa mesma ação e ainda ser útil socialmente. É interessante observar o uso transicional da igreja pela mãe social, como um meio de realizar a reparação da ambivalência materna, citada acima. Teixeira (2009) também encontrou no discurso de algumas mães sociais nuances que indicam que as cuidadoras encaram a função como uma ação beneficente, na qual é possível ajudar quem necessita de auxílio. O campo que indica esse assunto surgido no discurso da participante é “Mãe social: mais que um trabalho, uma missão”. Outra interpretação possível deste PDE-T é a

crença da que “a grande família da igreja” ofereça amor e afeto que não tiveram na família de origem.



O tema “amor” surgido no diálogo de Cláudia com os institucionalizados denota o aspecto de *holding* esperado da “Mãe social suficientemente boa”.

Ser chamada de “tia” pelas crianças também foi um aspecto curioso do discurso da cuidadora. Segundo Resende (2010) esta denominação reflete claramente a diferenciação entre esta figura familiar e os pais. Os tios têm uma relação de carinho e afinidade com os sobrinhos, sem participar diretamente de sua educação e do desenvolvimento de sua personalidade. O uso do termo pelas crianças pode significar uma maneira defensiva, porém, transicional de lidar com a cuidadora de forma que se distanciem dela, como figura materna, mas se aproximem como figura de afeto. A cuidadora se autodenominar “tia” pode evidenciar a tentativa de se afastar emocionalmente da provisoriedade do cuidado institucional (defesa que poderá ser contornada com o passar do tempo, se a participante teve a chance de vivenciar em sua infância, experiências completas com sua mãe ou cuidadora).

6.1.4 Dayane

Dayane tem 21 anos, não tem seus próprios filhos, e trabalha há três meses como mãe social, assim como Cláudia e Ana. Ao se deparar com o primeiro tema (apresentado na página 91), ela faz um desenho colorido de duas figuras humanas do mesmo tamanho, duas flores, duas nuvens, três pássaros, um sol e uma casa. O desenho da participante chamou a atenção devido ao traço fraco (em alguns pontos invisível), característica que contrastou expressivamente em relação às outras participantes. Os significados deste padrão de desenhar encontrados na literatura especializada, que parecem se encaixar no perfil de Dayane são o medo de revelar seus problemas, inibição e timidez (VAN KOLCK, 1984). O discurso da segunda proposta da participante, exposto mais abaixo, demonstrou certa insegurança e inibição da cuidadora perante o trabalho e às outras mães sociais mais experientes.

Sua história foi a seguinte:

“A criança sendo cuidada pelos pais ao meu ver ela é a mais cobrada. Eles impõe mais disciplina. O pai faz de tudo que o filho quer. Eu não sei muito o que dizer. Vou contar um pouco da minha profissão como mãe social. O meu dever é proteger as crianças,

acolher elas, sou eu quem acompanha a médico, nos deveres de escola, em tudo que a criança precisar eu estou sempre ao lado dela, e gosto muito do meu trabalho.”

Objeto D Idade: 21 Tempo de Trabalho como mãe social: 3 meses
 Tem filhos? não

A criança sendo cuidada pelos pais

A criança sendo cuidada pelos pais ao meu ver, ela é mais educada. Eles impõe mais disciplina.

O pai faz tudo que o filho quer. Eu não sei muito o que dizer.



Vou contar um pouco da minha profissão de mãe Social. O meu dever é proteger as crianças, acolher elas sou eu quem acompanha em médicos, nos deveres de escola, em tudo que a criança precisar eu estou sempre ao lado dela, e gosto muito do meu trabalho.

A princípio, Dayane mostra sua opinião sobre como acredita ser a relação entre pais naturais e seus filhos, levantando um aspecto até então não abordado por nenhuma outra participante: a crença de que as crianças em sua família natural têm uma maior cobrança no que concerne à disciplina, e devem obedecer já que têm pais que se sacrificam para lhes dar tudo. A revelação de seu pesar pela cobrança parental pode demonstrar que Dayane está mais identificada com o papel de filha do que com o de mãe, desempenhado por ela na Casa-Lar. Ela complementa seu argumento afirmando não saber muito o que dizer sobre o assunto por provavelmente não ter ainda seus próprios filhos.

Outro tema relevante levantado apenas por esta participante diz respeito à menção do pai como a figura que deve se desdobrar para satisfazer as necessidades e vontades de seu filho. Esta concepção possivelmente tem base na crença que ainda orienta as concepções sociais sobre gênero e família, de que é responsabilidade masculina ser o provedor financeiro da família de acordo com a afirmação de Costa (2002). Em troca, o filho precisa reconhecer os esforços paternos e os retribuir sendo disciplinado. Logo após descrever a relação pai e filho, Dayane escreve sobre sua função como mãe social, provavelmente por acreditar que tem atribuições parecidas com a de uma mãe natural. Se cabe ao pai desempenhar o sustento, fica a encargo materno, portanto, realizar outras tarefas como as descritas pela cuidadora tais como acolher, proteger, ajudar no dever de casa, acompanhar a médicos. Dois campos do imaginário podem ser deduzidos deste relato. O primeiro “Cuidado suficientemente bom” no qual ela descreve seus deveres de cuidado junto à criança institucionalizada. O segundo campo o da “Família tradicional” difere do campo já citado “Família tradicional contemporânea”, pois no primeiro a divisão de papéis familiares se caracterizam por obedecer a modelos familiares arcaicos determinados por gênero, no que se refere à distribuição de tarefas e funções parentais.

A distinção entre família de origem e família institucional foi um aspecto importante enfatizado indiretamente pela cuidadora. Uma leitura possível desta diferenciação entre essas “famílias” pode ter sido apontada em razão de não existir ainda no espaço da instituição uma figura paterna, que é tradicionalmente a responsável pelo estabelecimento da autoridade e da ordem, imposição de limites e da lei.

Diante do fato de que este encargo foi historicamente desempenhado pelo homem e por retratar sua identificação com o “ser filha” (argumento que se reforça

ainda mais no desenho do segundo PDE-T), Dayane provavelmente encontra dificuldade na imposição de disciplina aos institucionalizados. Talvez seja esta a razão para ter levantado uma questão tão peculiar. O dever dela fica restrito estar presente para a “criança” no que for necessário sem efetivamente decidir sobre sua educação, tal como faz uma amiga.

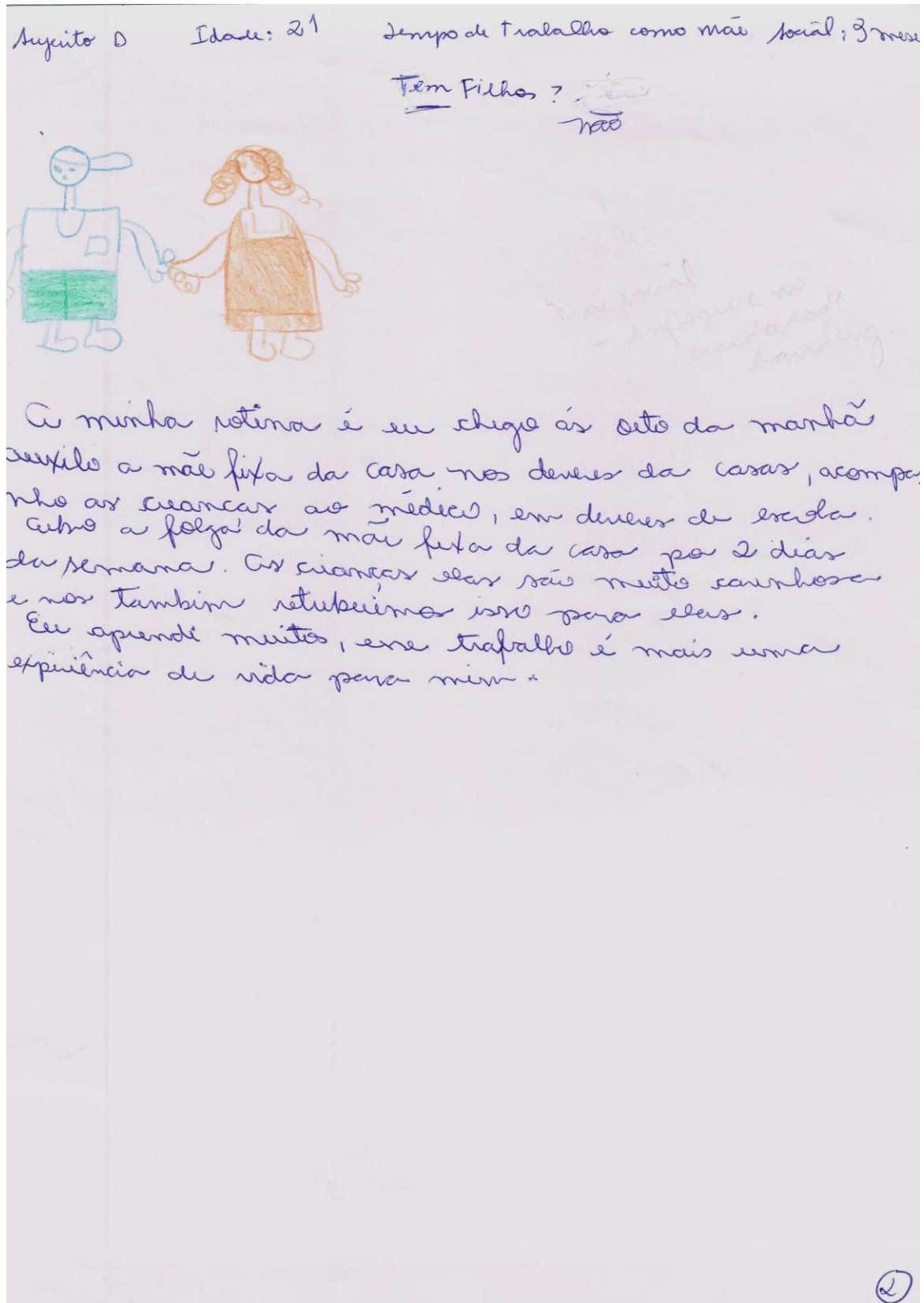
Traçando uma comparação entre duas mães sociais com o mesmo tempo de trabalho, de um lado está Dayane, se deparando pela primeira vez com a experiência da maternagem e até mesmo do trabalho, se encontrando muito identificada com as questões de filha, de outro está Cláudia, vivenciando a ambivalência materna, e demonstrando que já se distanciou do “ser filha” para desempenhar efetivamente a função de mãe natural e institucional.

Dayane encerra a história descrevendo as atribuições de sua função e o prazer envolvido no cotidiano do trabalho. Os aspectos de *handling* materno predominaram sobre os de *holding*, e não houve indícios até o momento da coleta de dados, de que a cuidadora se aproximou da preocupação materna primária tão necessária para um acolhimento efetivo. Bastos (2010) relembra que apesar dos filhos serem criados pelos pais e mães na cultura ocidental, ninguém nasce sabendo como desempenhar essa função. É a partir da construção individual, com base nos conceitos sociais e familiares incorporados, que esta noção vai se edificando e dialogando significativamente com a história de vida de cada pessoa. Deste modo, não está fora de questão que a cuidadora possa se tornar, com o passar do tempo e da experiência, uma mãe social suficientemente boa.

No segundo procedimento (apresentado na página 94) Dayane desenha duas figuras do mesmo tamanho, um menino e uma menina de mãos dadas. As figuras têm dois olhos um ponto no centro do rosto, não sendo possível determinar se representa o nariz ou a boca. Sendo assim, encontrou-se dificuldade para inferir se as pessoas estão felizes ou tristes. As figuras humanas nesta proposta estão mais completas, com tórax, membros superiores e inferiores melhor delineados, e até com roupas que permitem identificar o sexo de cada um dos personagens.

Por meio de seu relato, é possível deduzir que a figura feminina represente a cuidadora, e o menino, com um boné, seja uma das crianças sob sua responsabilidade. A mãe social ao se autorretratar do mesmo tamanho que um de seus “filhos” ratifica ainda mais a hipótese supramencionada de que ela se vê como igual e se identifica com as

crianças, sobretudo, por ser uma mãe social com idade aproximada de muitos dos habitantes da Casa-Lar.



A imprecisão ou ausência da boca pode revelar que tanto ela, como os habitantes da Casa-Lar, não têm voz dentro da instituição, e estão no polo mais frágil da relação.

Eis seu relato:

“Minha rotina é eu chego as 8 da manhã e auxilio a mãe fixa da casa nos deveres da casa, acompanho as crianças ao médico e em deveres de escola. Cubro a folga da mãe fixa da casa por 2 dias da semana. As crianças elas são muito carinhosas e nós também retribuimos isso para elas. Eu aprendi muito, esse trabalho é mais uma experiência de vida para mim.”

Como foi anteriormente explicitado, há sempre duas mães em cada Casa-Lar, uma fixa e uma auxiliar. Esta última deve colaborar com a mãe fixa no que for necessário, cuidando dos abrigados nos dias de folga desta. Apesar da pesquisadora não dispor da informação sobre a categoria de contrato de cada mãe social, é possível afirmar, sem sombra de dúvida, de que há pelo menos duas profissionais que atuam como mãe auxiliar na instituição. Esta diferenciação se mostrou relevante, entretanto, apenas para Dayane que levantou esta diferenciação entre as cuidadoras. Embora a temática seja um assunto relevante no discurso da cuidadora, não parece se constituir efetivamente um campo do imaginário, pois o que é apresentado por ela é um fato trabalhista, uma realidade concreta da hierarquia de funções apresentada à candidata no momento da contratação.

Outras questões que dificultam ainda mais a cuidadora se ver e ser efetivamente uma mãe suficientemente boa residem no fato de ela estar entre as mães mais jovens da casa, e ter apenas três meses de trabalho. A crença de que ainda tem muito a aprender, e que a especificidade do trabalho lhe traz “experiência de vida”, reafirma mais uma vez a hipótese de insegurança e inferiorização perante as colegas de trabalho.

Dayane também ressalta o aspecto afetivo que envolve sua profissão, e relata que retribui o carinho que recebe das crianças que cuida. Nas mães sociais pesquisadas por Teixeira (2009) também foi citado o afeto como elemento indispensável na realização do trabalho. Segundo o depoimento de uma das participantes deste estudo, o carinho que recebem dos filhos institucionais, alivia o estresse do dia a dia, dá sentido e incentivo ao emprego, fazendo com que permaneçam no cargo, mesmo em meio a tantas dificuldades. O campo do imaginário “Mãe social suficientemente boa” aparece novamente entre as participantes, reafirmando que além dos aspectos do cuidado físico é necessário o elemento afetivo no cotidiano do trabalho. Outro campo derivado deste

discurso é o campo da “Idealização profissional”. Do mesmo modo que Cláudia, a participante, provavelmente devido ao pouco tempo na função, exaltou apenas características positivas de seu emprego na instituição.

6.1.5 Elisa

Elisa tem 31 anos, não tem filhos próprios, e trabalha como mãe social há oito anos. Em sua primeira produção (apresentada na página 97) fez um desenho colorido de uma casa, duas flores, e uma família formada pelo pai, mãe e dois filhos. Ela nomeia³⁴ cada um dos personagens e faz o seguinte relato:

“Famílias unidas por Deus, pai, mãe e filhos, pai e mãe base alicerce quem confiamos. Pai e mãe dar amor educação limites preparação para a vida. Saber educar, dar limites. Para serem confiantes, passar para frente o que viveram de bom.”

O aparecimento de figuras como casa e flores sugere a ideia de lar feliz e família idealizada, fato este confirmado pela história contada pela participante. Apenas as figuras masculinas estão sem boca, o que pode indicar que provavelmente os homens não têm voz na família, ou há uma culpa por agressão oral, em acordo com o preconizado por Van Kolck (1984).

O personagem que representa o pai está com braços sem contorno, aparentemente por terminar, entretanto, nenhum dos personagens desenhados tem mãos propriamente ditas. A omissão das mãos pode indicar, segundo a mesma autora, problemas de adaptação ou contato físico deficiente ou comprometido, já que é por meio das mãos que se afaga e toca o outro.

O surgimento do aspecto religioso nesta proposta comunica que para Elisa, as famílias “unidas por Deus” oferecem ao sujeito bons valores e sentimentos, limites, educação, confiança e amor. Estar inserido neste meio para a cuidadora, certamente possibilita ao indivíduo apenas a vivência de boas experiências, para que se possa difundir mundo afora. Weber (1996) destaca a existência de uma generalização social que evidencia os laços biológicos como “verdadeiros e naturais”, enquanto os adotivos são vistos como artificiais, antinaturais, ilegítimos. Diante deste discurso fica claro o campo de imaginário “Família natural e /ou biológica é sinônimo de família feliz”.

³⁴Os nomes foram omitidos do desenho a fim de proteger o sigilo e não expor a participante e sua família.

Instituto E

Idade: 31

Tempo de trabalho como mãe social
8 anos

Tem filhos: 4

Criança cuidada pelos pais.



Família unidas por Deus, pai, mãe e filhos,
pai e mãe base alicerce quem confiamos.

Pai e mãe dar amor educação limites prepara-
ção para a vida.

Saber educar, dar limites.

Para serem confiantes, passar para frente
o que viveram de bem.

①

Na segunda proposta Elisa retrata outra realidade.

myto E

Idade: 31

Grupo de 1 trabalho como
- Mãe social 3 meses

Tem Filhos? Não

Giança cuidada pela Mãe Social.




Giança assim que chega abrigo assustadas e
triste, com medo do desconhecido.

Pls nos apresentamos e acolhemos seja bem
vindas, apresentamos seu quarto.

Entendamos suprir sua perda, família biológica,
conversamos, damos atenção.

Pois criança e adolescentes eles nem sempre
acerta que ao lado eles estavam tinha algum
risco, mas que aquela vivência era normal à
eles ou agressões, passando necessidades ou abor-
donados.

Cuidei de uma menina que ficava sejinha
não tinha o que comer seus genitores saiam sempre
mas tudo o que aconselhava que eu pedia
para não fazer, não tinha paciência. 

Com muita paciência e amor as

coisas vão ficando melhor para lidar.

Cuidamos com carinho e com amor.

No desenho colorido, só há duas pessoas. Não há casa nem flores. A figura menor tem um aspecto facial mais austero, e foi retratada sem mãos. A gravura humana maior está sorrindo, e também tem as mãos omitidas. Apresenta-se de forma andrógina, com cabelos curtos, e nos pés, há uma espécie de sapato de salto alto, e uma cintura marcada com um cinto. Van Kolck (1984) acredita que a cintura marcada com o cinto pode indicar repressão da sexualidade, e um forte conflito entre expressão e controle do impulso sexual.

Eis o relato da cuidadora:

“Criança assim que chega abrigo assustadas e triste, com medo do desconhecido. Nós nos apresentamos e acolhemos seja bem vindas, apresentamos seu quarto. Tentamos suprir sua perda, família biológica, conversamos damos atenção. Pois criança e adolescentes eles nem sempre aceita que aonde eles estavam tinham algum risco, mas que aquela “vivença” era normal à eles ou agressões, passando necessidades ou abandonados. Cuidei de uma menina que ficava sozinha, não tinha o que comer seus genitores saiam sempre, mas tudo que aconselhava que eu pedia para não fazer, não tinha aceitação. Com muita paciência e amor as coisas vão ficando melhor para lidar. Cuidamos com carinho e amor.”

A história da participante retrata a forma como a mãe social lida com um recém-chegado à instituição. Para ilustrar o sofrido processo de adaptação e integração do indivíduo encaminhado à Casa-Lar Elisa se recorda de uma situação desafiadora vivenciada por ela enquanto cuidadora. Trata-se de uma menina que, ao ser afastada da família, passa a apresentar um comportamento de desobediência e não aceitação da nova realidade lhe imposta. Algumas considerações podem ser tecidas a partir do relato escrito da mãe social. O primeiro aspecto relevante se refere à contradição da participante ao descrever a família biológica. No primeiro PDE-T, a família biológica, mais especificamente a sua própria, é uma instituição na qual só é possível vivenciar situações positivas, pois há a presença do Pai maior, que confirma o aspecto divino de sua família natural. Na segunda proposta, a cuidadora apresenta a família biológica da personagem da história como um ente incapaz de oferecer um ambiente seguro, livre de agressões e abandono, do qual o abrigado nem deveria sentir falta. Escapa da compreensão da mãe social que é necessário à criança ou adolescente privado da convivência da família natural, lidar com a ambivalência de sentimentos perante a perda

do único lar que conheceu. O campo que revela esta ideia de Elisa sobre a família de origem dos habitantes da Casa-Lar é: “Família natural do institucionalizado é inadequada”. Como já foi explicitado anteriormente, este tipo de julgamento moral sobre os parentes dos abrigados acirra ainda mais a rivalidade entre as figuras de amor e autoridade dos pais naturais e mãe institucional.

Diante da visível contradição da participante sobre um tema que perpassa seu trabalho com os institucionalizados, cabe a proposição de Winnicott (1947/2002b) sobre cuidadores amadurecidos, que mantêm a coerência e a naturalidade diariamente, por serem sempre eles mesmos. Graças ao amadurecimento emocional evoluído conseguem suportar a tensão dos inúmeros testes a que são submetidos dentro do abrigo.

É muito provável, no entanto, que a qualidade do ambiente oferecido anteriormente pelos pais não tenha sido confiável o suficiente, de tal modo que não foi possível que a criança continuasse a viver com eles. A função das mães sociais deveria se pautar então no provimento do que Winnicott (1948/2002) denominou “lar primário”. Ao proporcionar a primeira vivência de um ambiente suficientemente bom, as cuidadoras minimizam o fracasso do próprio lar original do sujeito. As mães sociais também devem ser capazes de suportar o surgimento de sentimentos ambivalentes de amor e ódio para que o abrigado possa descobrir o sentimento de culpa e o desejo de restaurar o que tentou destruir. O entendimento deste processo tão comum em crianças privadas dos pais não parece estar muito claro a Elisa, que apesar dos oito anos de experiência profissional, não compreende que a rebeldia, agressividade, e a falta de obediência são reações esperadas de uma criança recém-chegada em uma Casa-Lar. Esta concepção sugere a reincidência do campo de imaginário “Criança institucionalizada é criança problema”, já explicitado anteriormente na página 79. Ao receber um ambiente melhor, a criança começa a restabelecer sua saúde emocional, tornado-se capaz de se enfurecer com as deprivações passadas. Para Winnicott (1965a/1995) enquanto este ódio não for experienciado, não há saúde.

A descrição da recepção do novo morador, também foi um aspecto revelador no discurso da cuidadora. Elisa parece seguir um protocolo de ação no qual deve se apresentar, mostrar a casa e o quarto, e dizer que são bem-vindos. Seu discurso soa engessado, impessoal, e distanciado emocionalmente, como se reproduzisse fielmente a maneira como foi ensinada a receber um novo morador, sem acrescentar espontaneamente nenhum aspecto pessoal no modo de realizar o acolhimento. Na

perspectiva winnicottiana (WINNICOTT, 1971) o gesto espontâneo assinala uma das diversas formas de expressão do verdadeiro *self*. Refere-se ao núcleo do ser e representa um movimento autêntico e genuíno, inicialmente direcionado ao objeto subjetivo, para mais tarde se dirigir a um objetivamente percebido. O autor também alerta (WINNICOTT, 1947/2002b) que os cuidados às crianças deprivadas, especialmente as que ainda necessitam de um ambiente adaptável às suas necessidades, deve ser desempenhado por pessoas dotadas de uma espontaneidade e senso agudo de responsabilidade. Cuidadores com um plano rígido de cuidado não estão aptos a exercer esta função.

Na concepção da mãe social, a mudança positiva do comportamento da personagem da narrativa ocorreu após o oferecimento de paciência e amor por parte da cuidadora. Diante destes elementos discursivos da produção de Elisa o campo do imaginário que revela a importância de oferecimento de *holding* é o da "Mãe social suficientemente boa". Entretanto, diante da falta de espontaneidade, e da dificuldade afetiva encontradas no desenho e na história é provável que a transformação da menina reflita a conformidade ao ambiente diante da impossibilidade de modificar a situação. Winnicott (1958/2002) explica que diante de uma agonia impensável (desencadeada neste caso pela separação familiar) a criança reage num primeiro momento, com rispidez ou afastamento, entretanto, ao perceber que nada mudará esta circunstância, acaba se submetendo ao ambiente. A situação se torna ainda pior, se o cuidador agir de maneira meramente pedagógica, se mostrando incapacitado de agir criativamente perante as situações cotidianas, tal como provavelmente agiu Elisa diante do comportamento difícil da garota em questão. Para Winnicott (1947/2002b) uma pessoa com tais características não é útil e nem poderá ocupar um lugar de importância na vida da criança, pois este relacionamento não é sentido por ela, como real.

Outro tópico importante da história de Elisa diz respeito à crença de que é tarefa da mãe social suprir a perda da família natural. O campo derivado desta ideia foi nomeado "Mãe social idealizada" devido às expectativas irreais desta cuidadora de preencher o lugar da família natural e desempenhar o papel de "mãe perfeita" no lugar daquela que falhou. Ao desempenhar as funções de *holding*, *handling* e *apresentação dos objetos* é possível que a profissional responsável pelo cuidado promova aos abrigados a retomada do processo de amadurecimento emocional estacionado, porém, o

lar oferecido por elas não será sentido pelo privado da convivência da família natural, como o original.

Diante das idealizações significativas nos dois PDE-T, dos indícios de falta do gesto espontâneo, das “mimetizações” expressas pela reprodução das falas ensinadas e pela tentativa de “tomar o lugar a família original”, é possível conjecturar a possibilidade de que Elisa tenha um falso *self* cindido ³⁵.

Além dos aspectos citados acima, outra característica do sujeito que apresenta esta psicopatologia é a dificuldade de apropriação dos impulsos sexuais, “impedindo a formação da sexualidade ou, no melhor dos casos, gerando uma sexualidade incipiente” (NAFFAH NETO, p.79-80). Alguns elementos dos desenhos das figuras humanas realizados pela cuidadora reforçam a hipótese de problemas com os impulsos sexuais, tal como foi exposto em análise anterior, na página 96.

As mimetizações ambientais visam à autoproteção e camuflagem entre as outras pessoas, no intuito de convencer o ambiente para satisfazer suas necessidades próprias, parecendo bem adequado social e intelectualmente, exceto nos casos de esquizofrenia latente (NAFFAH NETO, 2010). Na perspectiva winnicottiana, (WINNICOTT, 1952/1993) o falso *self* desenvolvido a partir da submissão não consegue alcançar a independência da maturidade emocional. Para este autor, a tarefa de “ser pai e mãe” já é um processo difícil por si só, pois necessita dos cuidadores a capacidade de nutrir, direcionar e controlar o filho. Jones e Wells (1996) acrescentam que é necessário aos pais ou cuidadores, maturidade emocional, contudo, nem sempre estes a possuem, por não terem recebido em sua própria infância, cuidados parentais suficientes que possam habilitá-los a ser pais suficientemente bons.

A criança cuidada por uma pessoa falso *self* sente, portanto, a inconsistência dos comportamentos e crenças de seu cuidador, e assim, se depara com a impossibilidade de direcionar a esta pessoa seus impulsos destrutivos e amorosos, e completar o ciclo benigno. O sucesso deste processo é imprescindível, para que o indivíduo alcance o estágio do concernimento, etapa que indica evolução no amadurecimento emocional. Embora Elisa fale de carinho e amor na última frase de seu relato, o conteúdo está desconectado do restante da história, e parece ter sido colocado de última hora devido à

³⁵ Por não se tratar de um estudo de caso clínico, o diagnóstico de *falso self* foi levantado apenas como hipótese, não sendo possível e nem o objetivo principal da dissertação, colher informações mais detalhadas sobre a participante e seu histórico pessoal. Considerou-se imprescindível, porém, expor esta conjectura a fim de discutir possíveis os reflexos, para os institucionalizados, de estar sob os cuidados de uma pessoa com um amadurecimento emocional tão rudimentar.

necessidade de expressar os sentimentos “exigidos” na função e exaustivamente repetidos por suas colegas de profissão. Seu discurso altamente idealizado, calcado em chavões sociais como Deus, alicerce, amor e paciência, são apresentados em suas histórias sem contemplar efetivamente aspectos de um cuidado amoroso e espontâneo em nenhum dos PDE-T.

6.2 Discussão e síntese das análises referentes ao primeiro tema

As primeiras impressões gerais sobre o procedimento com o tema “criança sendo cuidada pelos pais” revelaram a prevalência de elementos gráficos que sugerem alegria, união, amor nos Desenhos-Estórias de todas as participantes. Os cenários apresentados contêm as seguintes figuras: coração, casa, flores, pássaros, sol, balanço e pessoas sorrindo. Dois deles (nas produções de Ana e Elisa) apontam claramente, tanto na estória, quanto nos desenhos, apenas os aspectos positivos da família natural.

Pensando justamente no impacto desta concepção idealizada entre as cuidadoras, o problema foi exposto em discussão preparatória para o Seminário Abrigar em 2004. O texto confeccionado neste encontro apontou uma tendência entre as responsáveis pelos abrigados em reforçar com suas atitudes e discursos, o mito de que só na família de origem é possível encontrar a possibilidade de ser amada incondicionalmente. Desta forma, a adaptação à Casa-Lar e a formação de vínculo com os próprios cuidadores ficam dificultados, além disso, o poder desta crença pode acompanhar muitos institucionalizados, caso o assunto não seja abordado adequadamente.

A figura paterna foi evocada em dois desenhos (Beatriz e Elisa) e é citado diretamente nas histórias de Dayane e Elisa. A ênfase dada à mãe na maioria dos desenhos-estórias pode estar relacionada ao movimento em prol da valorização do amor e dos cuidados maternos, que tiveram início com o Iluminismo e têm seus reflexos até os dias atuais, apesar das notáveis mudanças nas relações e nos costumes, verificados na pós-modernidade. De acordo com Lasch (1999) na configuração pós-moderna de estrutura familiar, a mulher ainda está no centro da família e representa a moral. Para Dolto (1993)

O amor materno passou a ser exaltado como um valor, ao mesmo tempo “natural” e social. Assim, deslocou-se o valor dado à autoridade paterna para

o amor materno, entendido, a partir desse momento, como condição para a sobrevivência e a educação da criança. E muitas mulheres encontraram, desse modo, uma forma de reconhecimento de sua importância no discurso (p.213).

A profissão de mãe social foi citada por duas participantes (Cláudia e Dayane) logo no primeiro tema. A produção da primeira cuidadora revelou a ambivalência materna da participante ao deixar os filhos em casa para trabalhar fora. O PDE-T da segunda cuidadora pareceu ilustrar a equiparação das funções de maternagem desempenhadas pela mãe social e pela mãe natural.

6.3 Discussão e síntese das análises referentes ao segundo tema

O assunto preponderante, presente em todos os PDE-T da proposta: “criança cuidada pela mãe social” abordou os cuidados de *handling*. Observa-se tanto nos desenhos quanto nas histórias, grande destaque aos cuidados físicos oferecidos aos abrigados tal como dar banho e comida, acompanhá-los a médicos, e auxiliá-los nas tarefas do cotidiano. A presença massiva de aspectos de cuidado físico no relato provavelmente ocorra em razão do enfoque da capacitação das profissionais nestes quesitos. Embora as questões afetivas também sejam requeridas, a própria Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) aprecia, na maioria de seus itens, a descrição dos cuidados físicos indispensáveis aos institucionalizados. Os cuidados de *holding* também apareceram de alguma forma nos discursos de todas as participantes do estudo como um aspecto desejável da profissional que lida diretamente com os abrigados.

As mães sociais que descreveram sua ocupação explicitando apenas aspectos positivos de seu cotidiano junto aos institucionalizados, foram Dayane e Cláudia, provavelmente devido ao pouco tempo de trabalho (três meses) das duas nessa função.

No que se refere às dificuldades de relacionamento entre mães sociais e habitantes da Casa-Lar, Ana e Elisa abordaram este assunto. Ana especificou em seu relato que o “temperamento difícil” de algumas crianças pode trazer alguns conflitos. Elisa retratou sua vivência com uma menina recém-chegada à instituição que não obedecia a cuidadora e nem aceitava estar em uma Casa-Lar.

Elisa foi a única participante a escrever diretamente que a função da mãe social é suprir a perda da família biológica, porém, a ideia aparece de maneira indireta na produção de Ana, Beatriz e Dayane. A concepção de que a cuidadora institucional deve

atuar como substituta da família também foi encontrada no estudo de Teixeira (2009). No ponto de vista do autor, isto dificulta a reintegração com a família de origem, pois a mãe social baseia suas atitudes e opiniões na crença de que instituição é a melhor opção para os que lá estão.

Observaram-se em todas as produções uma espécie de equiparação entre as funções desempenhadas pela mãe social e as realizadas pela mãe natural. Segundo Teixeira (2009) o aparecimento de um sentimento materno dificulta a separação entre desejo materno e atividade profissional.

A satisfação profissional foi um tema que surgiu claramente na estória de Dayane, que acredita que esta ocupação lhe proporciona uma grande experiência de vida. Nas produções de Cláudia, esse aspecto foi verificado por meio das feições de felicidade da personagem que a representa, e por ter citado sua profissão, logo no primeiro PDE-T.

Os temas que apareceram em apenas um procedimento foram: a crença de que a criança abrigada não tem consciência do sofrimento que vive (no de Elisa); o aspecto religioso e beneficente por trás do trabalho de mãe social (no de Cláudia); o sentimento de inexperiência perante as outras colegas por ter pouco tempo de trabalho, e ser uma “mãe social jovem” (no de Dayane).

6.4 Entrevista terapêutica Grupal para a Abordagem Pessoalidade Coletiva.

Após a confecção dos procedimentos, realizados em uma sala da instituição, em período de trabalho, foi oferecido às cuidadoras um espaço para a livre manifestação de qualquer comentário advindo do encontro, ou para que as participantes pudessem expor, caso desejassem, suas criações/produções.

A dificuldade em desenhar e escrever a respeito de duas vivências tão abrangentes – fazer parte de uma família natural e institucional – foi o primeiro aspecto abordado. Duas cuidadoras levantaram diretamente o problema, as outras, anuíram de forma unânime, verbal ou gestualmente a este comentário.

O próximo assunto evocado por uma das cuidadoras sem filhos próprios foi a dificuldade de lidar com crianças pela primeira vez. Quando começou no trabalho, aos 18 anos, se sentia imatura e incapaz de lidar com o “trabalho que as crianças dão”. Hoje aos 22 anos, acredita que a experiência profissional lhe proporcionou maturidade,

embora, admita que existam momentos de ansiedade e insegurança na lida cotidiana com os abrigados. Ela completa sua fala afirmando que o cuidado que tem pelos filhos institucionais é o mesmo que teria se tivesse um filho natural, corrigindo-os ou oferecendo conselhos, de acordo com a necessidade. Quando pensa sobre a importância de sua função crê que todo o esforço despendido “vale a pena” e tem resultados positivos na vida de quem cuida.

O depoimento de outra mãe social revela que seu maior obstáculo ao realizar os procedimentos foi falar da profissão. Segundo ela, mesmo que seja mais fácil falar da família original, considera sua função como semelhante à desempenhada pela mãe natural, porém, sem efetivamente ter laços “biológicos” com os institucionalizados. Em seu trabalho com adolescentes busca diariamente, conversar e ensinar a eles as “coisas certas da vida”. Ressalta que cada idade tem seus conflitos, mas, garante que são os jovens os que mais sofrem e questionam a permanência na instituição, pois consideram o local como uma “prisão longe da família”. Para esta cuidadora estar na instituição é “a mesma coisa que estar em casa”, no tocante às regras a serem cumpridas, e responsabilidades a serem desempenhadas pela mãe social.

Outra cuidadora, disposta a falar sobre suas produções, expôs que o tema que teve maior facilidade em desenvolver foi o primeiro, que requer das participantes que discorram sobre a família natural. Nesta produção ela relata ter descrito sua vivência familiar feliz e o convívio com seus próprios filhos. A participante observou também que o primeiro desenho “fala por si” dispensando qualquer explicação. Com relação ao segundo PDE-T, a mãe social encontrou maiores dificuldades por estar há pouco tempo na função. Seu discurso revelou a crença de que crianças são “iguais” em muitos aspectos (ao disputar atenção e brinquedos) estando na instituição ou não, todavia, destacou que a grande diferença existente entre as que moram com a família e aquelas que estão no abrigo é o “trauma” que elas viveram antes de chegar à Casa-Lar, e que segundo sua perspectiva, o carregam ao longo de toda a vida. No momento em que esta participante aborda o sofrimento infantil relatado pelas próprias crianças, todas as cuidadoras concordam que esta é a parte mais complicada do trabalho.

Uma terceira mãe social ressalta ser necessário muita “estrutura emocional” para lidar com esse conteúdo, e comenta sobre uma conhecida que desistiu do emprego por não aguentar lidar com tamanho sofrimento. Ela encerra seu relato dizendo que apesar da primeira impressão ser chocante, se mantém no trabalho graças ao vínculo afetivo

que estabeleceu com os institucionalizados, pensando neles até mesmo quando está de folga com seus próprios filhos.

Concluídos os comentários espontâneos, a pesquisadora-psicóloga agradeceu a presença e colaboração das profissionais. Ao final do encontro, quatro cuidadoras agradeceram a oportunidade de participar do estudo, e declararam explicitamente sobre os benefícios de se refletir sobre o exercício de sua profissão e sobre a importância deste espaço para discussão de sentimentos e situações vivenciadas no trabalho. Uma delas acrescentou o desejo de participar de mais encontros como esse, para que pudesse pensar com mais frequência sobre os sentimentos que envolvem o cotidiano de sua função.

Apesar do espaço oferecido não ter sido suficiente para tratar de um assunto tão amplo e complexo, quase todas as participantes do estudo fizeram um uso transicional e terapêutico da entrevista grupal. Quatro de cinco participantes falaram espontaneamente durante a entrevista terapêutica. Três comentaram mais delongadamente sobre os PDE-T e a respeito dos assuntos que emergiram das produções; uma fez um comentário pontual sobre seu Desenho-Estória, explanando sobre as atividades de sua função; e outra, se ateve apenas em concordar com as colegas sobre a dificuldade de se deparar com o sofrimento infantil.

Tal como Winnicott (1971) em suas consultas terapêuticas, buscou-se realizar com as mães sociais um momento de reflexão e comunicação significativa entre elas e a psicóloga-pesquisadora a fim de superar eventuais dificuldades impostas pela função e possibilitar, de algum modo, a retomada do amadurecimento, de acordo com o preconizado por Lescovar (2004).

6.5 Discussão e síntese sobre os aspectos comuns aos dois temas e aos conteúdos surgidos na entrevista terapêutica grupal para a abordagem da personalidade coletiva.

Nesta seção serão expostos alguns aspectos relevantes que apareceram nas duas propostas de PDE-T e na entrevista terapêutica grupal para a abordagem da personalidade coletiva.

Três participantes (Ana, Dayane e Elisa) apresentaram em alguma das produções gráficas desenhos precários (com traço fraco, quase invisível) ou com ausência significativa de elementos importantes (como corpo, boca, mãos) esperados em seu grupo etário, sexo, fase evolutiva e grupo sociocultural de acordo com Van Kolck (1984).

Nenhuma das participantes contou a estória de maneira lúdica em qualquer proposta. Todas se concentraram em descrever um sentimento, situações típicas ou as tarefas a serem desempenhadas no cuidado com a criança.

Não ter filhos próprios foi um dos assuntos abordados por duas participantes. De forma direta, Beatriz inicia o segundo PDE-T reafirmando o fato de não ser mãe natural. Dayane, de maneira indireta, relata no primeiro procedimento não saber muito o que dizer sobre a criança sendo cuidada por seus pais, provavelmente por ainda não ter os próprios filhos.

Cláudia e Dayane citaram a profissão logo no primeiro tema que requeria das participantes que retratassem uma família natural. Cláudia expôs em sua produção a cena de deixar os filhos para ir ao trabalho, situação que possivelmente afeta sua relação com eles. Dayane citou a profissão no primeiro PDE-T por provavelmente julgar que os cuidados à criança se assemelham aos que dispensa aos habitantes da Casa-Lar.

Três participantes asseguram que o cuidado que dispensam aos institucionalizados é o mesmo cuidado que tem ou teriam com seus próprios filhos. Cláudia escreve no primeiro PDE-T que vai para o trabalho cuidar das “suas” crianças. Ana afirma na segunda produção, que os residentes do abrigo são filhos “emprestados”. Beatriz, frente à segunda proposta, garante que os cuidados oferecidos são os mesmos que daria se tivesse filhos próprios.

A diferença entre família natural e família institucional é apontada por duas mães sociais. Elisa no segundo PDE-T confirma seu pensamento ao escrever que seu papel é *tentar* suprir a perda da família biológica. Dayane no primeiro Desenho-Estória acredita que os filhos que moram com suas famílias são mais cobrados e devem ser disciplinados.

Além dos aspectos de *handling*, enfatizados por todas as cuidadoras (discutidos em análise anterior) a presença de palavras que ilustram o *holding* e *apresentação dos objetos* também foram citadas de algum modo por todas as participantes, nos dois procedimentos propostos. As palavras utilizadas por elas na descrição do cuidado

infantil, seja pelos pais naturais, seja pelas mães sociais são: amor, carinho, paciência, acolhimento, dedicação, amizade, colocar limites, encaminhá-los para vida de maneira digna e correta.

A prevalência dos campos do imaginário por participante surgidos nas duas propostas de PDE-T, se encontram organizados na tabela a seguir:

Tabela 4 Campos e subcampos do imaginário coletivo das Mães Sociais da Casa-Lar W.

Campos e subcampos do Imaginário	Participantes
Família tradicional contemporânea	Ana e Cláudia
Cuidado suficientemente bom	Ana, Beatriz, Dayane
Mãe social suficientemente boa	Ana, Beatriz, Cláudia, Dayane e Elisa
Mãe adotiva	Ana, Beatriz e Cláudia
Criança institucionalizada é criança problema	Ana e Elisa
Família natural e/ou biológica é sinônimo de família feliz	Beatriz e Elisa
Idealização profissional	Cláudia e Dayane
Mulher trabalhadora, mãe ambivalente	Cláudia
Mãe social: mais que um trabalho, uma missão	Cláudia
Família tradicional	Dayane
Mãe social idealizada	Elisa
Família natural do institucionalizado é inadequada	Elisa

Os assuntos levantados como hipóteses nos PDE-T que surgiram claramente na entrevista foram: a dificuldade das participantes em desenhar e escrever, especialmente sobre a profissão; a crença de algumas cuidadoras de que há equiparação entre lar natural e institucional e aos cuidados oferecidos a ambos os “filhos”; a necessidade do estabelecimento de afeto, atenção e aconselhamento na relação mãe social-abrigado; a ideia de que família natural é necessariamente família feliz; a concepção de que a vivência de sofrimento marca profunda e negativamente a vida dos institucionalizados; e que o cotidiano profissional da função proporciona maturidade e experiência de vida valiosa aos que têm esta oportunidade.

De posse das análises realizadas serão apresentadas no próximo capítulo algumas considerações finais deduzidas a partir de todo o material exposto ao longo do trabalho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo almejou investigar e analisar psicanaliticamente, por meio do uso do Procedimento de Desenho-Estória com Tema e da Entrevista Terapêutica Grupal para a Abordagem da Pessoaalidade Coletiva, o imaginário coletivo das mães sociais, no intuito de compreender como imaginam e comunicam a experiência de maternagem que oferecem aos institucionalizados. A partir dos dados obtidos nas análises, elaboraram-se campos de sentido, a fim de observar e discutir possíveis reflexos de concepções e mitos coletivos, nos discursos e práticas destas cuidadoras em seu cotidiano profissional.

A princípio, é indispensável elencar algumas variáveis importantes que devem ser consideradas como influentes no modo como as cuidadoras enxergam e realizam sua atribuição na instituição. A primeira diz respeito à diferença significativa no manejo de cuidado com crianças e adolescentes. A variação de faixa etária parece ter incidido diretamente sobre os campos de tal modo que as que trabalham com os primeiros citaram dentre suas tarefas principais, auxiliar os institucionalizados nos afazeres cotidianos que ainda não são capazes de realizar de maneira autônoma, enquanto as responsáveis pelos segundos, descreveram a importância de aconselhar, escutar e “encaminhá-los para a vida ensinando valores corretos e dignos”. Outro fator externo que se mostrou relevante para as profissionais foi o fato de ter ou não filhos próprios. As participantes que tiveram a experiência de maternagem natural demonstraram estar mais familiarizadas com as tarefas e dificuldades inerentes à função, enquanto as que se ocuparam com o cuidado pela primeira vez, pareceram bastante impactadas a princípio, com as grandes responsabilidades que envolvem o cuidado de outro ser humano.

No que se refere aos instrumentos utilizados para detectar as concepções coletivas sobre os temas escolhidos, percebeu-se certo estranhamento das participantes perante as atividades de desenhar e escrever propostas no PDE-T. Mesmo com o esclarecimento de que a pesquisa não tinha por objetivo determinar a qualidade profissional das mães sociais, tudo indica que elas ficaram inibidas durante o primeiro momento da atividade, e em virtude disso, lançaram mão da racionalização como defesa, o que as impediu de contarem histórias de maneira lúdica. A situação de transitoriedade que envolve o abrigo, e a extrema pressão da sociedade que exige da mulher que seja boa profissional e exímia mãe, podem estar entre os motivos

inconscientes que as levaram a buscar estratégias defensivas de afastamento emocional. No contexto deste estudo a situação é ainda mais delicada, pois, “ser uma boa mãe” significa também cumprir satisfatoriamente seus deveres profissionais. Apesar destes entraves, o uso do Procedimento Desenho-Estória com Tema permitiu, por outro lado, que a psicóloga-pesquisadora se aproximasse das mães sociais e dos temas propostos de maneira menos intimidadora, sem questioná-las formal e diretamente sobre sua atuação junto aos institucionalizados.

Diante da entrevista grupal as cuidadoras demonstram estar mais confortáveis na presença da psicóloga-pesquisadora e encontraram maior facilidade em discutir sobre suas produções, e também sobre sentimentos despertados pela rotina da profissão. Os tópicos da conversa surgiram espontaneamente por iniciativa de uma das participantes, o que provavelmente incentivou as outras mães sociais a falarem livremente sobre os aspectos que mais as mobilizaram. Ao que parece, elas se apropriaram de maneira transicional deste momento e “usaram” o enquadre terapêutico acolhedor oferecido para expressar suas vivências e afetos, se identificar com situações relatadas pelas colegas, e refletir sobre as peculiaridades do trabalho.

O estudo do imaginário coletivo tem se mostrado uma ferramenta útil no desvendar de crenças e mitos, muitas vezes inconscientes, presentes em determinado grupo social. Ao trazer à consciência estes conteúdos é possível compreender condutas e promover espaços potenciais que podem vir a ser de transformações de pensamentos preconceituosos e discriminatórios. Verificou-se a correspondência de muitos elementos nos discursos e práticas entre participantes desta pesquisa, que residem no interior do Oeste Paulista, e as mães sociais pernambucanas pesquisadas por Teixeira (2009), apesar de se encontrarem geograficamente distantes. Pode-se inferir, então, que alguns destes pensamentos, discursos e práticas sejam compartilhados por outras mães sociais em todo o país, considerando o fato da inserção deste grupo num mesmo tempo “histórico-social”, inevitavelmente atravessado por conjunto cultural semelhante de noções e crenças. Graças à acessibilidade e à globalização da comunicação midiática da informação, pelos meios eletrônicos e impressos, a veiculação e propagação de concepções atingem um enorme número de pessoas, ditando comportamentos, e uniformizando opiniões.

É importante ressaltar, entretanto, que apesar de muitas ações serem motivadas por concepções coletivas, nem sempre as atitudes são coerentes ao pensamento vigente.

Um exemplo disso pode ser verificado nos PDE-T das participantes, que apesar de contemplarem no discurso a importância do *holding* como desejável no exercício da função, não foi possível afirmar, com certeza, que todas as mães sociais o ofereçam efetivamente aos institucionalizados. Há inclusive alguns indícios gráficos e discursivos de que algumas delas encontram dificuldades em se aproximar afetivamente dos habitantes da Casa-Lar.

Os campos de sentido levantados na intersubjetividade participante/pesquisadora/colaboradores, a partir das produções, se relacionam em geral com os seguintes assuntos: a criança institucionalizada e sua família são problemáticas e inadequadas; a mãe que trabalha enfrenta um dilema emocional ao deixar suas crianças para cuidar de outras; as expectativas e idealizações que envolvem a família natural, a profissão de mãe social, e a função que desempenha ou deveria desempenhar junto aos institucionalizados dentro da Casa-Lar.

As “atribuições materno-profissionais” foram os aspectos mais debatidos pelas participantes, e apareceram, de forma direta ou indireta, em nove dos doze campos de sentido. A máxima “mãe é quem oferece cuidado físico e afetivo, sendo ela natural ou institucional” é um bom resumo do conteúdo exposto pelas cuidadoras. Dentre as atividades retratadas com maior ênfase, as situações de *handling* se destacaram provavelmente motivadas pelo discurso institucional, que embasa massivamente sua atuação no conteúdo nas duas tabelas da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A Tabela das Atividades Específicas da Mãe Social (ANEXO 3, p.135-137) dedica a maioria dos quesitos enumerados aos aspectos dos cuidados físicos que incluem o cuidar do ambiente domiciliar e institucional, a educação e cultura, higiene, alimentação, saúde, controle das atitudes dos abrigados, bem como acompanhá-los nas atividades fora da Casa-Lar (MTE, 2002). Apenas uma das sete colunas destina-se à “promoção de bem-estar” do abrigado, o que pode indicar que há uma preocupação maior dos legisladores em garantir a subsistência material dos institucionalizados enquanto estão no abrigo, relegando à sobrevivência psíquica, pouco ressaltada nestes textos e tão importante para a qualidade de vida de qualquer ser humano, menor prioridade

A segunda diretriz (Competências Pessoais Indicadas pela CBO para a Mãe Social, encontrada na página 136-137, ANEXO 3) se propõe a descrever as atitudes

esperadas da cuidadora em sua lida diária, delineando expectativas vagas e idealizadas sobre como essa mulher-“mãe”-profissional deve agir perante os institucionalizados. Um dos tópicos mais curiosos desta lista sugere que a mãe social deve “*promover momentos de afetividade*”, ignorando completamente o fato de que para que estas situações sejam sentidas como verdadeiras devem surgir naturalmente, por meio do convívio e graças ao estabelecimento da intimidade entre os envolvidos, tal como Winnicott preconiza ao longo de sua obra. Outros pontos interessantes se referem à expectativa de onipotência que as autoridades esperam das profissionais ao exigir que elas possam “*perceber e suprir carências afetivas*”, “*doar-se*”, e “*em situações especiais superar seus limites físicos e emocionais*”. É desejável que elas também disponham de conhecimentos psicológicos relativamente aprimorados, autoconhecimento e estar com a saúde emocional bem resolvida nas mais diversas áreas. As cuidadoras deverão: “*dar apoio psicológico e emocional*”, “*lidar com agressividade, perdas e mortes, e seus próprios sentimentos negativos e frustrações*”.

Diante de tamanha cobrança questiona-se se as idealizações que apareceram nas produções escritas e gráficas das participantes não são motivadas pelo discurso presente nas tabelas acima mencionadas. Interroga-se também sobre a real possibilidade de satisfazer estes requisitos, e tantos outros, ali requeridos a uma “mãe suficientemente boa”; quais sejam, conhecer, contemplar e compreender e se adaptar às necessidades e peculiaridades da personalidade e da história de vida de cerca de doze crianças, simultaneamente. De acordo com os preceitos winnicottianos para que uma relação alcance a experiência de mutualidade, tão indispensável e estruturante ao ser humano, é preciso tempo, intimidade, respeito à transicionalidade, à hesitação e à etapa maturacional do indivíduo em desenvolvimento. A conquista destes requisitos se mostra complexa na medida em que a realidade de uma casa populosa apresenta múltiplas necessidades e urgências, que invadem e extrapolam os limites reservados para cada dupla mãe/abrigado.

Apesar da visível e significativa redução no número de habitantes por Casa-Lar, a situação ainda demonstra estar longe do desejável, e, portanto, não pode ser considerada solucionada. É preciso continuar a refletir para que se encontre um modelo institucional que ofereça aos abrigados algo além do mínimo aceitável proposto até o momento.

Além deste obstáculo, ainda há a dificuldade de se manter preenchido o quadro de profissionais do cuidado na instituição de acolhimento. Em virtude da necessidade premente de sempre se ter duas mães sociais por casa é possível inferir que o período de preparação não seja suficiente para que cada nova funcionária receba orientações satisfatórias referentes ao cargo e se prepare emocionalmente para atuar com crianças e adolescentes marcados pelo sofrimento. Na Casa-Lar W as candidatas são “testadas” por dois ou três dias e devem começar o mais rápido possível. A preocupação principal dos gestores institucionais é ensinar os aspectos materiais da “técnica de cuidado”, passando brevemente pelas questões emocionais dos institucionalizados e das mães sociais. Resende (2010) alerta sobre a necessidade de se considerar a condição emocional do cuidador no contexto da instituição, pois esta pode refletir os próprios problemas infantis reativados, que retornam na situação atual de maternagem sob a forma de sentimentos indiferenciados de compaixão, raiva, desprezo, impotência ou onipotência, preterindo os aspectos emocionais dos abrigados e desviando-se do verdadeiro sentido do trabalho que desenvolvem ali.

É imprescindível deste modo, que se ofereça às mães sociais uma sustentação afetiva e psicológica capaz de possibilitá-las a se deparar e lidar com as questões problemáticas e negativas referentes à profissão, tal como o sofrimento que permeia as vivências dos institucionalizados, a recepção de novos moradores, e o partir de outros. Segundo a perspectiva winnicottiana o *holding* é um elemento importante no decorrer do desenvolvimento e por toda a vida (WINNICOTT, 1991). Na falta deste pressuposto fundamental para sustentar as vivências despertadas pela função, algumas profissionais podem lançar mão do afastamento emocional como estratégia defensiva para proteger a integridade do seu *self* desta trama inesgotável de angústias.

Analisando de forma crítica os aspectos legais das diretrizes concernentes à profissão, observou-se que o grande foco destas determinações repousa na regulamentação dos assuntos trabalhistas. Até onde se tem conhecimento, não existem iniciativas que determinem, aconselhem ou instrumentalizem as instituições a oferecer espaços de promoção e manutenção da saúde emocional para as cuidadoras institucionais. Fica a critério de cada Casa-Lar promover ou não um acolhimento psicológico mais profundo, e não meramente fiscalizatório das atitudes, pensamentos e sentimentos das cuidadoras perante o trabalho e os abrigados com quem convivem.

Reconhecendo a importância social da profissão e a sensibilidade exigida pela atribuição profissional, a seleção das mães sociais candidatas ao emprego deveria contemplar, tal como escreveu Winnicott (1947/2002b, p.76) “a capacidade para assimilar experiências para lidar de modo autêntico e espontâneo com os acontecimentos e relações”, ao invés de se concentrar na verificação das experiências anteriores e no ensinamento exaustivo de técnicas do cuidado físico. O cuidador suficientemente bom deve também ser capaz de estabelecer vínculos, e ter confiança em si mesmo para poder pensar “de acordo com diretrizes psicológicas e discutir os problemas com outros colegas e pessoas experientes” (WINNICOTT, 1947/2002b, p.77). Se o perfil do profissional estiver baseado nestes pressupostos é bem provável que esta pessoa esteja integrada, tenha atingido o estágio do concernimento, tenha condições de apresentar ao outro a realidade em pequenas e toleráveis doses, permitir o exercício da onipotência e da destrutividade, e possibilitar aos institucionalizados que também alcancem a maturidade emocional.

Pelas razões suficientemente discutidas neste trabalho e em outros estudos é incoerente acreditar que a instituição pode funcionar como substituto “perfeito” de um lar familiar. Segundo Winnicott (1947/2002b, p.77) “é a natureza permanente do lar que o torna valioso, mais do que o fato de o trabalho ser realizado com inteligência”. Embora, haja grande esforço por parte dos legisladores e responsáveis pela instituição em equiparar cuidadores institucionais aos pais naturais, na tentativa de minimizar o sofrimento da separação da família e do estranhamento gerado pela mudança de vida, observa-se que para os institucionalizados é impossível não se reconhecer diferente dos colegas da escola da mesma idade que moram numa casa familiar, com seus pais naturais.

Ainda que este cuidado seja sentido por parte das mães sociais como equiparado ao que oferecem ou ofereceriam para seus próprios filhos – fato que se verificou pelo surgimento do campo “Mãe adotiva” na produção de três das cinco participantes – a diferença de papéis fica óbvia quando os entraves judiciais, empregatícios e institucionais se impõem à relação. Demarcam-se nas situações de demissões, afastamentos devido às férias ou folgas, separações ou rompimentos definitivos que não existem no seio familiar. A confirmação de que os institucionalizados têm consciência da alteridade entre os dois âmbitos pode ser constatada pela oscilação ao nomear suas cuidadoras. Teixeira (2009) evidencia que a variação do discurso representa a

multiplicidade de papéis atribuídos a elas, sendo tomadas como “mães”, “educadoras”, “tias” ou meras funcionárias no desempenho de sua função. Resende (2010) ressalta ser saudável assumir essa diferença entre pais naturais e institucionais, pois o que realmente importa para o institucionalizado é saber que há alguém dedicado às suas necessidades específicas durante o período que permanece na Casa-Lar. Isso ajuda inclusive a superar idealizações e logo se deparar com a realidade institucional, que gira em torno de uma lógica diferente da familiar.

A partir das questões elucidadas até o momento, questiona-se, portanto, sobre a viabilidade de se insistir no modelo de família tradicional em abrigo provisório. A lei recém-aprovada pelo Senado para a inclusão do “pai social” no rol de funcionários parece ter tido como intuito dar por resolvida e encerrada a problemática da “ausência da família” para os institucionalizados. A simples presença de duas figuras de cuidado com designações de parentesco impostas por lei não apagam as vivências e lembranças que o abrigado tem de sua família natural. Também não garantem que a relação entre estas pessoas seja envolta de afeto, ou que possam promover ao indivíduo em desenvolvimento o que é necessário para que amadureça emocionalmente e siga rumo à independência.

Perante a dimensão complexa que permeia o cuidado institucional e o caráter qualitativo da pesquisa, que teve por objetivo direcionar o foco de atenção para o acontecer clínico, não foi possível com este estudo contemplar todas as variáveis que permeiam o tema, tampouco esgotar as discussões e reflexões sobre as ressonâncias, para os institucionalizados, da maternagem oferecida pelas mães sociais dentro da Casa-Lar.

Espera-se que as considerações aqui expostas despertem o interesse dos administradores de instituições de acolhimento para a importância da seleção e formação criteriosa dos cuidadores, afinal, são eles a referência de afeto, valores, proteção, acolhimento, e são, ainda, os acompanhantes mais próximos do desenvolvimento dos institucionalizados no abrigo, por um período que pode ser longo.

Destaca-se por fim, a relevância deste estudo também como fomento de reflexões no meio científico. Ainda nos dias atuais, poucos trabalhos acadêmicos se dedicam a investigar esta temática, tão significativa também devido ao caráter social

implicado na institucionalização de pessoas ainda em processo de amadurecimento pessoal.

REFERÊNCIAS

ABRAM, J. **A linguagem de Winnicott**: dicionário das palavras e expressões utilizadas por Donald W. Winnicott. Tradução de Elinor Romaguerra. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

AGÊNCIA Senado. **Portal de Notícias**, 2011. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/10/19/cas-aprova-regulamentacao-da-atividade-de-pai-social>. Acesso em: 15 fev. 2013.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J. **Encontro com a loucura**: transicionalidade e ensino de psicopatologia. 1999. Tese de livre-docência não publicada. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J. O uso de procedimentos projetivos na pesquisa de representações sociais Projeção e Transicionalidade, **Psicologia**, USP, São Paulo, v.6, n.2, p.103-127, 1995.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J. **Ser e Fazer**: enquadres diferenciados na clínica winnicottiana. Aparecida: Idéias e Letras, 2004.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J.; AMBROSIO, F. F. (Orgs.). **Cadernos Ser e Fazer**: imaginários coletivos como mundos transicionais. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2006

AIELLO-VAISBERG, T. M. J.; GRANATO, T. M. M. Tecendo a pesquisa clínica em narrativas psicanalíticas. **Mudanças**, v. 12, n. 2, p.253-271, 2004.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J.; MACHADO, M. C. L. Narrativas: o gesto do sonhador brincante. In: **IV Encontro Latino Americano dos Estados Gerais da Psicanálise**, São Paulo, 2005.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J.; MACHADO, M. C. L.; AMBRÓSIO, F. F. Transicionalidade e fisionomia coletiva. In: AIELLO-VAISBERG, T. M. J.; AMBRÓSIO, F.F. (Orgs.). **Cadernos Ser e Fazer**: apresentação e materialidade. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, p.6-35, 2003.

AINSWORTH, M. D. S.; BOWLBY, J. An ethological approach to personality development. **American Psychologist**, 46, p.333-341, 1991.

AINSWORTH, M.D.S.; BLEHAR, M.; WATERS, E.; WALL, S. **Patterns of attachment**: a psychological study of the strange situation. Hillsdale: Erlbaum, 1978.

ALMEIDA, A. M. O.; CUNHA, G. G. Representações sociais do desenvolvimento humano. In: **Psicologia**: Reflexão e Crítica, v.16, n. 1 p. 147-155, 2003.

AMAZONAS, M. C. L. A.; BRAGA, M. G. R. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. **Ágora**, v.9, n. 2, 177-191, 2006.

AZEVEDO, K. R.; ARRAIS, A. da R. **O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto**. Universidade Católica de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v19n2/a13v19n2.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2013.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARIÈS, P.; CHARTIER, R. **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAPTISTA DA SILVA; O. A.; GOMES, F. L. **Teoria geral do processo civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

BARBOSA, P. Z.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Revista Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol.19, n.1, p.163-185, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, M. A. M. **Do vôo preciso: considerando o imaginário coletivo de adolescentes**. 2006. Dissertação (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2006.

BARRETO, M. A. M.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. O tornar-se adulto no imaginário coletivo de adolescentes interioranos. **Psicologia e Revista**, Belo Horizonte, v.16, n.2, p.310-329, 2010.

BARRETO, M. A. M.; REIS, C. N.; MIRANDA, I. B. de; JARDIM, L. C. R.; TEIXEIRA, M. P. Ser médico: o imaginário coletivo de estudantes de medicina acerca da profissão de médico. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, ano 4, n.11, 2009.

BASTOS, L. F. **A função parental e os papéis sociais de homens e mulheres na contemporaneidade**. 2010. Artigo apresentado ao programa de pós-graduação *lato sensu* em Psicologia Jurídica da Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2010.

BAUMAN. Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

BAUMAN, Z. **O mal estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2007.

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BICK, E. Notes on infant observation in psycho-analytic training. In: HARRIS, M.; BICK, E. **Collected papers of Martha Harris and Esther Bick**. Great Britain: Roland Harris Educational Trust, 1987.

BIRMAN, J. Laces e desenlaces na contemporaneidade. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v.40, n.72, p.47-62, jun. 2007.

BITTENCOURT, A-M. de L. O complexo triângulo simples em Winnicott: o brincar e a realidade. In: OUTEIRAL, J. O.; ABADI, S. (Orgs.). **Donald Winnicott na América Latina**: teoria e clínica psicanalítica. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

BLEGER, J. **Psico-higiene e psicologia institucional**. Tradução de Emília de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

BLEGER, J. **Psicologia da conduta**. Tradução de E. O. Diehl. Porto Alegre: Artes Médicas, 1963.

BLEGER, J. **Temas de psicologia**: entrevista e grupos. Tradução de Rita M. de Moraes. São Paulo: Martins Fontes, 1960.

BOGOMOLETZ, D. **O pai em Winnicott**. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.saude.inf.br/davy/opaidewinnicotti.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2011.

BOSSE-PLATIÈRE, S. **Les maternités professionnelles**. Toulouse: Érès, 1989.

BOWLBY, J. Cuidados maternos e saúde mental. In: BOWLBY, J. **Apego**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Trabalho original publicado em 1951).

BOWLBY, J. Problemas teóricos. In: BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002a. (Trabalho original publicado em 1951).

BOWLBY, J. Algumas causas da doença mental. In: BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Trabalho original publicado em 1951).

BOWLBY, J. Efeitos sobre o comportamento do rompimento de um vínculo afetivo. In: BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001a. p.95-111. (Trabalho original publicado em 1968).

BOWLBY, J. Formação e rompimento de vínculos afetivos. In: BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001b. p.167-208. (Trabalho original publicado em 1977)

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069** de 13 de agosto de 1990. Pinto, Antônio Luiz de Toledo; Windt, Maria Cristina Vaz dos Santos; Céspedes, Livia. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. (2002). **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5162-15>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

BRASIL. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente. **Lei nº 7.644**, de 18 de dezembro de 1987. Disponível em: <http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1987-007644/1987-007644-.htm >. Acesso em: 10 mar. 2013.

BURLINGHAM, D.; FREUD, A. **Meninos sem lar**. Tradução de R. Real. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960. (Trabalho original publicado em 1954).

CALLIGARIS, C. O reino encantado chega ao fim: a criança vira paródia dos devaneios adultos na era pós-industrial. **Folha de S. Paulo** (Caderno Mais), 24 jul. 1994.

CAMPS, C. I. C. de M. **A hora do beijo**: teatro espontâneo com adolescentes numa perspectiva winnicottiana. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, USP - São Paulo. São Paulo, 2003.

CARVALHO, M. C. Trabalhando abrigos. In: **Série Programas e Serviços de Assistência Social, MPAS**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

CASTORIADIS, C. **A criação histórica**. Tradução de Denis L. Rosenfeld. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 5. ed. Tradução de Guy Reynaud. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Trabalho original publicado em 1982).

CASTRO, L. R. O lugar da infância na modernidade. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 9, n. 2, p.307-335, 1996.

CECCARELLI, P. R. Novas configurações familiares: fatos e mitos. **Jornal de psicanálise**. São Paulo, v. 40, n. 72, jun. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-583520070>. Acesso em: 25 fev. 2013.

CHAVES, A.M; CABRAL, A., RAMOS, A. E.; LORDELO, L.; MASCARENHAS, R. Representação social de mães acerca da família. In: **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v.12, n.1, p. 1-8, 2002.

CHRISPINO, A. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, v.15, n.54, p.11-28, 2007.

CLAUSSEN, A.H; CRITTENDEN, P.M. Maternal sensitivity. In: CLAUSSEN, A.H; CRITTENDEN, P.M. (orgs.). **The organization of attachment relationships: maturation, culture and context**. Nova York: Cambridge University Press, 2000. p.115-122.

CONSELHO MUNICIPAL dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro (CMDCA-RJ). Política de abrigo para crianças e adolescentes do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001. CONSELHO MUNICIPAL dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (CMDCA-SP). **Resoluções 04/94, 40/98, 53/99**. São Paulo, [s.d.]

COSTA, R. G. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.2, p.339-356, 2002.

CUNHA, A. S. **A história de uma criança abrigada: uma compreensão winnicottiana**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

DAHER, M. P. Família substituta. **Jus Navigandi**. Teresina, ano 3, n. 27, 23 dez. 1998 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/1655>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

DAVID, M. La parole est aux soignantes! In: DAVID, M. (Org.). **Le bébé, ses parents, leurs soignantes**. Ramonville Saint-Agne: Érès, p.11-24, 2001.

DAVID, M. Les besoins psycho-affectifs des enfants privés de famille. **L'information Psychologique**, 45, mars, p.43-50, 1972.

DAVID, M. Pour une meilleure connaissance du bébé. Contributions de l'Institute Emmi-Pikler. In: SZANTO-FEDER, A. (Org.). **Lóczy: Un nouveau paradigme? L'institute Pikler dans un miroir à facettes multiples**. Paris: Presses Universitaires de France, 2002. p. 32-50

DEVEREUX, G. Cultural thought models in primitive and modern psychiatric theories. **Psychiatry**, p.359-374, 1958.

DIAS, E. O. **A teoria das psicoses em D. W. Winnicott**. 1998. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 1998.

DINIZ, G. R. S. Gênero e psicologia: questões teóricas e práticas. **Psicologia Brasil**, São Paulo, v. 2, n.17, 2003.

DOLTO, F. **No jogo do desejo: ensaios clínicos**. São Paulo: Ática, 1996.

DUPUIS, J. **Em nome do pai**: uma história da paternidade. Tradução de Antônio de Pádua Dancsi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FALK, J. Soins corporels et prevention. **Médecine et enfance**, v.15, n.1, p.283-292, 1986.

FERREIRA, J. C. **Encontrando a mulher**: a psicanálise do *self* na abordagem de um singular plural. 2004. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

FONTANA, A.; FREY, J. H. The interview: from structured questions to negotiated text. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **Handbook of qualitative research**. London: Sage Publications Inc, 2000. p.645-672

FORNA, A. **Mãe de todos os mitos**: como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FREITAS, M. C. de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2001.

FREUD, S. Além do princípio do prazer (1920). In: FREUD, S. **Obras completas**. Tradução de Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1969 (b). Vol. XVIII. p.17-85

FREUD, S. Os instintos e suas vicissitudes (1915). In: FREUD, S. **Obras completas**. Tradução de Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1969 (a). Vol. XIV. p.137-162

FULGÊNCIO, L. A importância da noção de experiência no pensamento de D. W. Winnicott. **Estudos de psicologia**, Campinas, v.28, n.1, p.57-64, 2011.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GILLIGAN, C. **Uma voz diferente**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

GOLSE, B. Les très jeunes enfants en institution: un paradigme pour les psychanalystes. In. SZANTO-FEDER, A. (Org.). **Lóczy: Un nouveau paradigme? L'institute Pikler dans un miroir à facettes multiples**. Paris: Presses Universitaires de France, 2002. p. 23-29

GONÇALVES, M. **O imaginário coletivo de professores de Ioga Brasileiro**: um estudo sobre campos psicológicos. Campinas: PUC-Campinas, 2008.

GRANATO, T. M. M.; COBERTT, E.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Narrativa interativa e Psicanálise. **Psicologia em Estudo**, v.16, n.1, p.157-163, 2011.

GRANDO, M. S.; KATZWINKEL, A. S; BRAZ, M. M. Mãe suficientemente boa na contemporaneidade: uma (re)leitura winnicottiana. **IX Anped Sul. Seminário de**

Pesquisa e Educação da Região Sul. 2012. Paper. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1499/322>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

GUARÁ, I. M. F. R. Trabalhando abrigos. In: **Série Programas e Serviços de Assistência Social, MPAS.** 2. ed. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

GULASSA, M. L. C. R. A fala dos abrigos. In: BAPTISTA, M. V. (Coord.). **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação.** 2. ed. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2010. (Coletânea Abrigar, 1). (Trabalho original publicado em 2006)

HERRMANN, F. Pesquisando com o método psicanalítico. In: HERRMANN, F; LOWENKRON, T. (Orgs.). **Pesquisando com o método psicanalítico.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p.43-83.

HERRMANN, F. Teoria dos campos: uma pequena história. **J. psicanal.** [online], vol.40, n.73, p.69-75, 2007.

HETCH, B; SILVA, F. R. P. da. Crianças institucionalizadas: a construção psíquica a partir da privação do vínculo materno. 2009. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. – PUC – RS. Porto Alegre, 2009. **O portal dos psicólogos.** Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0199.pdf>>. Acesso: 27 fev. 2012.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HURSTEL, F. A função paterna, questões de teoria ou: das leis à lei. In: ALTOÉ, S. (Org.). **Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise.** Rio de Janeiro: Revinter, 1999.

IPEA/DISOC. **Levantamento Nacional de Abrigos da Rede SAC.** Relatório de Pesquisa número 1. Brasília, outubro de 2003 (não publicado).

JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo: Ática, 1996.

JONES, R. A.; WELLS, M. An empirical study of parentification and personality. **The American Journal of Family Therapy**, 24(2), p. 145-152, 1996.

KAMERS, M. As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. **Revista Estilos da Clínica**, v. 11, n. 21, 108-125, 2006.

KLEIN, M. **Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963).** Tradução da 4. ed. inglesa por Elias Mallet da Rocha e Liana Pinto Chaves. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, J. **Escritos.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.96-104.

LAGACHE, D. La psychanalyse comme science exacte. **Psychologie française**, 19, 217-246, 1974.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de psicanálise**. 4. ed. Direção de Daniel Lagache. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LASCH, C. **A mulher e a vida cotidiana**: amor, casamento e feminismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LES CARENCES institutionnelles: un entretien avec Myriam David. Myriam David; Richard Martin; Pierre H. Tremblay; Alan Bouvarel; Hôpital Rivière-des-Prairies. Centre de communication en santé mentale. Montréal: CECOM, 1998. **Vídeo** (174 min.): VHS, Ntsc, son., color. Legendado. Port.

LESCOVAR, G. Z. As consultas terapêuticas como possibilidade de atenção intensiva em saúde mental. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, São Paulo, v.21, n.2, p.43-61, 2004.

LÉVY, P. Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LIPOVETSKY, G. **A era do vazio**. Tradução de T. M. Deutsch. Barueri: Manole, 2005.

LOPARIC, Z. O "animal humano". **Revista natureza humana**, São Paulo, v. 2, n. 2, 2000. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302000000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 mar. 2013.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma abordagem pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LYRA, J. et al. Homens e cuidado: uma outra família. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. .A. F. (Orgs.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE, 2003.

MACEDO, R. M. S. Questões de gênero na terapia de família e casal. In: OSORIO, L. C.; VALLE, M. E. P. (Orgs.). **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MANNONI, M. **Elas não sabem o que dizem**: Virgínia Woolf, as mulheres e a psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil Colonial. 1726-1950. In: FREITAS, M. C. de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p.51-76

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARIN, I. da S. K. **Febem, família e identidade**:o lugar do outro. 3. ed. São Paulo, Editora Escuta, 2010.

MARTINS, P. C. R.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Dificuldades sexuais masculinas e imaginário coletivo de universitários: um estudo psicanalítico. **Revista Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 31, 2009.

MEDEIROS, C. Brincar, sonhar, ser: reflexões sobre intervenções não-interpretativas em diferentes contextos clínicos. In: AIELLO-VAISBERG, T. M. J.; AMBROSIO, F. F. **Ser e Fazer**: trajetos do sofrimento: rupturas e (re) criações de sentido. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2003. p.138-150

MEZAN, R. Querela das interpretações. In: MEZAN, R. **A vingança da esfinge**: Ensaios de Psicanálise. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.61

MOLLAT, M. **Os pobres na Idade Média**. Tradução de Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MORÉ, C. L. O. O.; SPERANCETTA, A. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. **Psicologia & Sociedade**, 22(3), 2010. Disponível em: <519-528. 00100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 fev. 2013.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (Trabalho original publicado em 1961)

NAFFAH NETO, A. A pesquisa psicanalítica. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 39 n.70, p. 279-288, jun. 2006.

NOGUEIRA, P. C.; COSTA, L. F. Mãe social: profissão? Função materna?. Estilos da clínica, 10(19), 162-181, dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571282005000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 fev. 2013.

OLIVEIRA, P. M. B. de. Mãe social: profissão de agenciamento de discurso? In: **8º Colóquio Internacional do Lepsi: O declínio dos saberes e o mercado do gozo**: a psicanálise na educação. 11/11/2010 – 13/11/2010. São Paulo, FEUSP. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032010000100056&lng=en&nrm=isso&tlng=pt>. Acesso em: 22 fev. 2012.

OLIVEIRA, R. de C. A história começa a ser revelada: panorama atual do abrigamento no Brasil. In: BAPTISTA, M. V. (Coord.). **Abrigo**: comunidade de acolhida e socioeducação. 2. ed. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2010. (Coletânea Abrigar, 1)

OUTEIRAL, J.; CELERI, E. H. R. V. A tradição freudiana de D. W. Winnicott - A situação edípica. E sobre o pai? **Revista Brasileira de Psicanálise**, v.36, n.4, p.757-777, 2002.

PASSOS, M. C. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. **Revista Psicologia clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 mar. 2013.

PARKER, R. **A mãe dividida**: a experiência da ambivalência na maternidade. Tradução de Alice e Doralice Xavier de Lima Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

PERES, M. R.; MILARÉ, S. A.; OLIVEIRA, M. H. M. A. O psicopedagogo bem sucedido: estudo do imaginário coletivo de psicopedagogos acerca da profissão por meio do Procedimento Desenho-Estória com Tema. **Cadernos Ser e Fazer**, Imaginários coletivos como mundos transicionais. São Paulo, Instituto de Psicologia Universidade de São Paulo, 2006.

PONCE, L. G.; RIBEIRO, D. P. de S. A. O imaginário coletivo de estudantes de psicologia sobre a maternagem. In: **Relatório final do projeto de iniciação científica financiado pela FAPESP**. Trabalho não publicado, 2010. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP.

PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

REIS, J. T. dos. Mãe e pai social. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 88, 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9197>. Acesso em: 15 fev. 2013.

RESENDE, V. da R. Um lugar para psicanálise no abrigo. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. de F.; RESENDE, V. da R. (Orgs.). **A produção da violência na família e nas relações de gênero**: estudos e pesquisas. Curitiba: CRV, 2010.

RIBEIRO, D. P. S. A. **Transicionalidade e uso do Procedimento Desenho-Estória com Tema nas primeiras entrevistas clínicas**. 2008. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC-Campinas. Campinas, 2008.

RIBEIRO, D. P. S. A.; TACHIBANA, M. A.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. A experiência emocional do estudante de psicologia frente à primeira entrevista clínica. **Aletheia**, Canoas, n. 28, p.135-145, 2008.

RIZZINI, I. **Deserdados da Sociedade**: Os “meninos de rua” da América Latina. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 1995.

ROHNER, R. P. Father, love and a child development: history and current evidence. **Current directions in psychological science**, v.7, n.5, p.157-161, 1998.

RUSSO, R. C. de T. **O imaginário coletivo de estudantes de educação física sobre pessoas com deficiência**. Campinas: PUC-Campinas, 2008.

SAFRA, G. **Curando com histórias**: a inclusão dos pais na consulta terapêutica das crianças. São Paulo. Edições Sobornost, 2005.

SANTOS, B. R. **A emergência da concepção moderna de infância e adolescência**. Mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 1996.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.2, n.2, maio/ago. 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 ago. 2013.

SCAGLIA, A. P. **Experiência paterna em diferentes configurações familiares e o desenvolvimento do *self* infantil**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2012.

SILVA, E. R. A. da. (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2005.

SILVA, M. E. L. Pensar em psicanálise. In: SILVA, M. E. L. (Coord.). **Investigação e psicanálise**. Campinas: Papyrus, 1993. p.11-25

SIMÕES, C. H. D. **Sofredores, impostores e vítimas da sociedade: imaginário de saúde mental sobre o paciente psiquiátrico**. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC-Campinas. Campinas, 2012.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Tradução de Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SMITH, C. Content analysis and narrative analysis. In: REIS, H. T., JUDD, C. M. (Orgs.). **Handbook of research methods in social and personality psychology**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2000. p.313-338

SOUZA, R. M. de; MORIS, V. L. Famílias homoafetivas e a parentalidade homossexual masculina. **Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. ST 21: Masculinidades e paternidade: leituras feministas e de gênero. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST21/Souza-Moris_21.pdf>. Acesso em: 6 de mar. 2013.

SPITZ, R. A. **O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. (Trabalho original publicado em 1965)

SUTTER, C.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa. **Psico**, Porto Alegre - PUCRS, v. 39, n.1, p.74-82, jan./mar. 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1488/2799>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

TACHIBANA, M. **Fim do mundo: o imaginário da equipe de enfermagem sobre a gravidez interrompida**. Tese (Doutorado) - Centro de ciências da vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC-Campinas. Campinas, 2011.

TACHIBANA, M. **Rabiscando desenhos-estórias:** encontros terapêuticos com mulheres que sofreram aborto espontâneo. 2006. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC-Campinas. Campinas, 2006.

TEIXEIRA, P. A. S. **Produção de sentido de desabrigo de mães sociais em sistemas de casas-lares.** 2009. Monografia (Especialização *Lato sensu* em Intervenções psicológicas na infância e adolescência) - Faculdade Frassinetti do Recife, Congregação de Santa Dorotéia do Brasil. Recife, 2009.

THURLER, A. L. **Em nome da mãe:** o não reconhecimento paterno no Brasil. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

TOMÁS, C. A. A transformação da infância e da educação: algumas reflexões sócio-históricas, São Paulo, **Paidéia**, FFCLRP-USP, v.11, n.20, p.69 -73, 2001.

TRINCA, W. **O desenho livre como estímulo de apercepção temática.** Tese de doutorado não publicada. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1972.

VAN KOLCK, O. L. **Testes projetivos gráficos no diagnóstico psicológico.** São Paulo: EPU, 1984.

VASCONCELLOS, V. C. O imaginário do trabalho em saúde mental: elementos para discussão. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 29, n.64, p.51-64, 2011.

VITALE, M. A. F. Famílias: pontos de reflexão. In: BAPTISTA, M. V. (Coord.). **Abrigo:** comunidade de acolhida e socioeducação. 2. ed. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2010. (Coletânea Abrigar, 1) (Trabalho original publicado em 2006)

WAGNER, A. et al. . Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 21, n. 2, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722005000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 fev. 2013.

WEBER, L. N. D. **Famílias adotivas e mitos sobre laço de sangue.** Artigo online. 1996. Disponível em: <<http://lidiaweber.com.br/Artigos/1996/1996Familiasadotivasemitossobrelacoedesangue.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação.** Tradução de Irineu C. S. Ortiz. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

WINNICOTT, D. W. O desenvolvimento da capacidade de se preocupar. In WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação.** Tradução de Irineu C. S. Ortiz. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983. p.70-78 (Trabalho original publicado em 1963[1962])

WINNICOTT, D. W. Distorções do ego em termos de falso e verdadeiro *self*. In: WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. (Trabalho original publicado em 1960)

WINNICOTT, D. W. A capacidade de estar só. In: WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos maturacionais**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990(b). (Trabalho original publicado em 1958).

WINNICOTT, D. W. A moral e a educação. In: WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos maturacionais**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. (Trabalho original publicado em 1963).

WINNICOTT, D. W. Posição depressiva .*Concern*, culpa e realidade psíquica pessoal interna. In: WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos maturacionais**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990(c). (Trabalho original publicado em 1954b).

WINNICOTT, D. W. Provisão para a criança na saúde e na crise. In: WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos maturacionais**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990(a). (Trabalho original publicado em 1962).

WINNICOTT, D. W. Psicanálise do sentimento de culpa. In: WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos maturacionais**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. (Trabalho original publicado em 1958).

WINNICOTT, D. W. A mãe dedicada comum. In: WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica e tradução da introdução de Maria Helena de Souza Patto. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.1-11 (Trabalho original publicado em 1949).

WINNICOTT, D. W. O papel do espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: WINNICOTT, D.W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro, Imago, 1971.

WINNICOTT, D. W. A construção da confiança. In: WINNICOTT, D.W. (1969/1993a). **Conversando com os pais**. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1969)

WINNICOTT, D. W. Roubar e dizer mentiras. In: WINNICOTT, D. W. **A criança e seu mundo**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Editora LTC, 1982. p.183-188 (Trabalho original publicado em 1957/1964a).

WINNICOTT, D. W. Desenvolvimento emocional primitivo. In: WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Tradução de Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2000. p.268-285 (Trabalho original publicado em 1945)

WINNICOTT, D. W. A mente e sua relação com o psique-soma. In: WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Tradução de Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2000. (Trabalho original publicado em 1949c).

WINNICOTT, D. W. A observação de bebês em uma situação estabelecida. In: WINNICOTT, D. W. Winnicott. **Textos selecionados**: da pediatria à psicanálise. Tradução de Jane Russo. Rio de Janeiro: F. Alves, 1993. (Trabalho original publicado em 1941).

WINNICOTT, D. W. Preocupação materna primária. In: WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise**: obras escolhidas. Tradução de Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2000. (Trabalho original publicado em 1963).

WINNICOTT, D. W. Psicose e cuidados maternos. In: WINNICOTT, D. W. **Textos selecionados**: da pediatria à psicanálise. Tradução de Jane Russo. Rio de Janeiro: F. Alves, 1993. p.375-387. (Texto original publicado em 1952).

WINNICOTT, D. W. Teoria do relacionamento paterno infantil. In: WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise**: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2000. p.38-54. (Trabalho original publicado em 1960).

WINNICOTT, D. W. O conceito de Regressão Clínica comparado com o de organização defensiva. In: WINNICOTT, D. W. **Explorações psicanalíticas**. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p.151-1566. (Trabalho original publicado em 1967).

WINNICOTT, D. W. O conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo dentro da família. In: WINNICOTT, D. W. **Explorações psicanalíticas**. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. São Paulo: Artmed, 1994. p.102-115 (Trabalho original publicado em 1965).

WINNICOTT, D. W. A experiência mãe-bebê de mutualidade. In: WINNICOTT, D. W. **Explorações psicanalíticas**. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p.195-202

WINNICOTT, D. W. O medo do colapso. In: WINNICOTT, D. W. **Explorações psicanalíticas**. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p.70-76 (Trabalho original publicado em 1963)

WINNICOTT, D. W. Considerações teóricas no campo da psiquiatria infantil. In: WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento do indivíduo**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Texto original publicado em 1958b)

WINNICOTT, D. W. Sobre a criança carente e como ela pode ser compensada pela perda da vida familiar. In: WINNICOTT, D. W. **The Family and Individual Development**. London: Routledge, 1995. (Trabalho original publicado em 1965a).

WINNICOTT, D. W. **Holding e interpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WINNICOTT, D. W. Estabelecimento da relação com a realidade externa. In: WINNICOTT, D. W. **Natureza humana**. Tradução de Davy Litman Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 1990(b). p. 120-135. (Trabalho original publicado em 1954a).

WINNICOTT, D. W. Os estados iniciais. In: WINNICOTT, D. W. **Natureza humana**. Tradução de Davy Litman Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 1990(b). p.147-152

WINNICOTT, D. W. O valor da ilusão e dos estados transicionais. In: WINNICOTT, D. W. **Natureza humana**. Tradução de Davy Litman Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 1990(c). p.126-127

WINNICOTT, D. W. A adolescência das crianças adotadas. In: WINNICOTT, D. W. (1997/1996a). **Pensando sobre crianças**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. (Trabalho original publicado em 1955).

WINNICOTT, D. W. Para um estudo objetivo da natureza humana. In: WINNICOTT, D. W. **Pensando sobre crianças**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. (Trabalho original publicado em 1955)

WINNICOTT, D. W. Alguns aspectos psicológicos da delinquência juvenil. In: WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. 3. ed. Tradução de A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2002c. p.127-134 (Trabalho original publicado em 1946b)

WINNICOTT, D. W. O alicerce da saúde mental. In: WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. 3. ed. Tradução de A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2002(b). p.191-194 (Trabalho original publicado em 1951)

WINNICOTT, D. W. Alojamento para crianças em tempo de guerra e em tempo de paz. In: WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. 3. ed. Tradução de A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2002(b). (Trabalho original publicado em 1948).

WINNICOTT, D. W. A criança desapossada e como pode ser compensada pela falta de vida familiar. In: WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. 3. ed. Tradução de A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2002(a). p.195-213. (Trabalho original publicado em 1950).

WINNICOTT, D. W. A criança evacuada. In: WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. 3. ed. Tradução de A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2002c. (Trabalho original publicado em 1945)

WINNICOTT, D. W. A tendência antissocial. In: WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. 3. ed. Tradução de A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2002c. (Trabalho original publicado em 1958c)

WINNICOTT, D. W. Tratamento em regime residencial para crianças difíceis. In: WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. 3. ed. Tradução de A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2002(b). (Trabalho original publicado em 1947)

WINNICOTT, D.W. Agressão, culpa e reparação. In: WINNICOTT, D.W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Trabalho original publicado em 1960).

WINNICOTT, D. W. O conceito de indivíduo saudável. In: WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Trabalho original publicado em 1967)

ANEXOS

ANEXO 1

Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades , assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

- I - orientação e apoio sócio-familiar;
- II - apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III - colocação familiar;
- IV - acolhimento institucional;
- V - liberdade assistida;
- VI - semiliberdade;
- VII - internação,

(BRASIL, 1990/ 2000 p.17-18)

ANEXO 2

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:

- I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
 - II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
 - III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
 - IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
 - V - não desmembramento de grupos de irmãos;
 - VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
 - VII - participação na vida da comunidade local;
 - VIII - preparação gradativa para o desligamento;
 - IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
- Preservação dos vínculos familiares.

- Integração em família substituta quando esgotados os recursos de investimento na família de origem.

- Atendimento personalizado e em pequenos grupos.
- Desenvolvimento de atividades em regime de co-educação.
- Não-desmembramento do grupo de irmãos.
- Evitar transferência para outras entidades.
- Participação na vida da comunidade local.
- Preparação gradativa para o desligamento.

(BRASIL, 1988/ 2010)

ANEXO 3

Tabela 1. Áreas de Atividades Específicas da Mãe Social segundo a CBO (MTE, 2002)

A - CUIDAR DA PESSOA

1. Informar-se sobre a criança (C) e o jovem (J)
2. Cuidar da aparência e higiene pessoal
3. Observar os horários das atividades diárias da CJ
4. Ajudar a CJ no banho, alimentação, no andar e nas necessidades fisiológicas
5. Estar atento às ações da CJ
6. Verificar as informações dadas pela CJ
7. Informar-se do dia-a-dia de CJ no retorno de sua folga
8. Relatar o dia-a-dia da CJ aos pais ou responsáveis
9. Educar a criança e o adolescente nos deveres da casa e comunitários

B - PROMOVER O BEM-ESTAR

1. Ouvir CJ respeitando sua necessidade individual de falar
2. Dar apoio psicológico e emocional
3. Ajudar a recuperação da auto-estima, dos valores e da afetividade
4. Promover momentos de afetividade
5. Estimular a independência
6. Orientar CJ na sua necessidade espiritual e religiosa

7. Acompanhar a CJ na sua necessidade espiritual e religiosa

C - CUIDAR DA ALIMENTAÇÃO

1. Participar na elaboração do cardápio
2. Verificar a despensa
3. Observar a qualidade e a validade dos alimentos
4. Fazer as compras conforme lista e cardápio
5. Preparar a alimentação
6. Servir a refeição em ambientes e em porções adequadas
7. Estimular e controlar a ingestão de líquidos e de alimentos variados
8. Reeducar os hábitos alimentares da CJ

D - CUIDAR DA SAÚDE

1. Observar temperatura, urina, fezes e vômitos
2. Controlar e observar a qualidade do sono
3. Ajudar nas terapias ocupacionais e físicas
4. Ter cuidados especiais com deficiências e dependências físicas de CJ
5. Manusear adequadamente CJ
6. Observar alterações físicas
7. Observar as alterações de comportamento
8. Lidar com comportamentos compulsivos e evitar ferimentos
9. Controlar guarda, horário e ingestão de medicamentos, em domicílios
10. Seguir a orientação médica

E – CUIDAR DO AMBIENTE DOMICILIAR E INSTITUCIONAL

1. Cuidar dos afazeres domésticos
2. Manter o ambiente organizado e limpo
3. Promover adequação ambiental
4. Prevenir acidentes
5. Administrar o dinheiro recebido (*per capita*)
6. Fazer compras para casa e para CJ
7. Cuidar da roupa e objetos pessoais da CJ
8. Preparar o leito de acordo com as necessidades da CJ
9. Cuidar dos afazeres domésticos

F – INCENTIVAR A CULTURA E EDUCAÇÃO

1. Estimular o gosto pela música, dança e esporte

2. Selecionar jornais, livros e revistas de acordo com a idade
3. Ler histórias e textos para CJ
4. Organizar biblioteca doméstica
5. Orientar a criança nos deveres educacionais, morais e cívicos
6. Ajudar nas tarefas escolares
7. Participar da elaboração do projeto de vida da criança e do adolescente
8. Acompanhar e apoiar o projeto profissional do jovem

G - ACOMPANHAR EM PASSEIOS, VIAGENS E FÉRIAS

1. Planejar e fazer passeios
2. Listar objetos de viagem
3. Arrumar a bagagem
4. Preparar a mala de remédios
5. Preparar documentos e lista de telefones úteis
6. Preparar alimentação da viagem com antecedência
7. Acompanhar CJ em atividades sociais e culturais

Tabela 2. Competências Pessoais Indicadas pela CBO (MTE, 2002) para a Mãe

Social

1. Manter capacidade e preparo físico, emocional e espiritual
2. Cuidar da sua aparência e higiene pessoal
3. Demonstrar educação e boas maneiras
4. Respeitar a privacidade da criança (C) e do jovem (J)
5. Demonstrar sensibilidade e paciência
6. Saber ouvir
7. Perceber e suprir carências afetivas
8. Manter a calma em situações críticas
9. Demonstrar discrição
10. Observar e tomar resoluções
11. Em situações especiais, superar seus limites físicos e emocionais
12. Manter otimismo em situações adversas
13. Reconhecer suas limitações e quando e onde procurar ajuda
14. Demonstrar criatividade
15. Lidar com a agressividade

16. Lidar com seus sentimentos negativos e frustrações
17. Lidar com perdas e mortes
18. Buscar informações e orientações técnicas
19. Obedecer normas e estatutos
20. Reciclar-se e atualizar-se por meio de encontros, palestras, cursos e seminários
21. Respeitar a disposição dos objetos de CJ
22. Dominar noções primárias de saúde
23. Dominar técnicas de movimentação de CJ para não se machucar
24. Dominar noções de economia e atividade doméstica
25. Dominar noções de educação pedagógica
26. Educar crianças e jovens
27. Transmitir valores a partir do próprio exemplo e pela fala
28. Conciliar tempo de trabalho com tempo de folga
29. Doar-se
30. Demonstrar honestidade
31. Conduta moral

ANEXO 4

Participante X

Idade:

Tempo de trabalho como mãe social:

Tem filhos próprios:

ANEXO 5

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dirigido aos sujeitos da pesquisa
(de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde – Brasília – DF)

Nome do participante: _____
Endereço: _____
Telefone: _____

Esclarecimentos

1. O objetivo desta pesquisa é investigar o imaginário coletivo o das mães sociais sobre o cuidado que fornecem às crianças institucionalizadas, almejando conhecer como elas percebem o cuidado infantil dos abrigados que acompanham. A compreensão de como estas profissionais sentem o cuidado fornecido às crianças, justifica a importância da pesquisa, uma vez que são estas mulheres as figuras que acompanham de forma mais direta o desenvolvimento das crianças institucionalizadas, participando de seu cotidiano e acompanhando-as por um longo e decisivo período de suas vidas.
2. O procedimento adotado é a aplicação do procedimento de Desenhos-Estória com Tema nas Mães Sociais.
3. A duração do trabalho é de até duas horas;
4. A possibilidade de risco é mínima, pois durante a realização do Procedimento o participante pode lançar mão de suas defesas psíquicas como recurso protetor para se defender de um possível desconforto. O participante não sofrerá qualquer risco durante a pesquisa, caso se sintam perturbados diante do tema proposto será oferecido acolhimento psicológico da pesquisadora responsável
5. Todas as informações requeridas bem como dúvidas surgidas serão imediatamente prestadas ao participante pela pesquisadora;
6. Ao participante é facultada a possibilidade de interrupção de sua participação a qualquer momento sem nenhum prejuízo e o direito de não responder as perguntas presentes no questionário;
7. A pesquisadora compromete-se em divulgar ao participante todos os resultados obtidos ao final do trabalho, assim como a inclusão da narrativa o uso do Procedimento Desenho-Estória no “corpus” da pesquisa.
8. Os dados pessoais do participante serão mantidos em absoluto sigilo, bem como qualquer outro dado que possibilite sua identificação.

Depois de lidos os 8 (oito) itens de esclarecimento acima, eu, _____, portador do RG _____, abaixo assinado, declaro-me ciente e de pleno acordo em participar voluntariamente da pesquisa sabendo que os resultados farão parte da dissertação de mestrado de Larissa Garcia Ponce, mestranda no Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Linha de Pesquisa: Contextos Histórico e Cultural no Núcleo Método Psicanalítico e Formações da Cultura do Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC- SP campus Monte Alegre, sob orientação da Dr. Alfredo Naffah Neto, docente do referido curso de pós graduação. Declaro, também, que recebi cópia do presente termo de consentimento.

Caso seja necessário contato com a pesquisadora o telefone (18)9741-9486 estará disponível, assim como do Comitê de Ética (18) (11) 3670-8466 – e-mail: cometica@puccsp.br

Presidente Prudente, _____ de _____ de 2012.

Participante (assinatura): _____

RG: _____

Pesquisador: _____

RG: _____

Data: ____/____/2012